

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA**

RITA DE CÁSSIA SOUZA LEAL

**CÂMERAS DE VIGILÂNCIA: AS NOVAS TECNOLOGIAS NA
GOVERNAMENTALIDADE CONTEMPORÂNEA**

Rio de Janeiro

2006

RITA DE CÁSSIA SOUZA LEAL
CÂMERAS DE VIGILÂNCIA: AS NOVAS TECNOLOGIAS NA
GOVERNAMENTALIDADE CONTEMPORÂNEA

ECO/UFRJ

RITA DE CÁSSIA SOUZA LEAL

**CÂMERAS DE VIGILÂNCIA: AS NOVAS TECNOLOGIAS NA
GOVERNAMENTALIDADE CONTEMPORÂNEA**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof^a Doutora Ivana Bentes.

Co-orientadora: Prof^a Doutora Fernanda Bruno.

Rio de Janeiro

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

LEAL, Rita de Cássia Souza.
Câmeras de Vigilância: As novas tecnologias na governamentalidade contemporânea/ Rita de Cássia Souza Leal
Rio de Janeiro, 2006.
166 f.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2006.
Orientadora: Ivana Bentes
1. Câmeras de vigilância 2. medo 3. Risco 4. segurança. 5.governo
I. Bentes,Ivana (orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. III. Título.

RITA DE CÁSSIA SOUZA LEAL

CÂMERAS DE VIGILÂNCIA: AS NOVAS TECNOLOGIAS NA
GOVERNAMENTALIDADE CONTEMPORÂNEA

Dissertação de Mestrado apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura:

Rio de Janeiro, de de 2006.

Prof.^a Dr.^a Ivana Bentes – Orientadora – UFRJ/ ECO

Prof.^a Dr.^a Fernanda Bruno – UFRJ/ ECO

Prof. Dr. Henrique Sobreira – UERJ/ FEBEF

SUPLENTE:

Prof. Dr. Paulo Vaz – UFRJ/ ECO

Prof. Dr. Marco Silva - UERJ

RESUMO

LEAL, Rita de Cássia Souza. Câmeras de Vigilância: As novas tecnologias na governamentalidade contemporânea. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

Este trabalho tem como objeto de estudo o uso crescente das câmeras de vigilância, em espaços públicos e privados, buscando identificar quais são os discursos midiáticos e as práticas sociais que contribuem para que esta proliferação ocorra e seja aceita pela sociedade. Nesse sentido, estes dispositivos se configuram como dispositivos de governo da população, que se efetiva por meio da prevenção, da visibilidade e do controle. Nas questões referentes a segurança, ao prometerem proteger, assegurar, ou “cuidar”, estes discursos apelam, primordialmente, para uma das mais antigas paixões humanas, o medo. Utilizando a mídia impressa, nomeadamente o Jornal Folha de São Paulo, como campo empírico, a pesquisa documentou, analisou e disponibilizou informações sobre as matérias divulgadas referentes à presença das câmeras de vigilância, considerando um período temporal de dez anos. Nos discursos midiáticos, as câmeras de vigilância aparecem, na maior parte das vezes, de forma positivada, como capazes de antecipar e de inibir os riscos aleatórios decorrentes da ação do outro. Este discurso se encontra em perfeita sintonia com a nova forma de governamentalidade contemporânea, em que a liberdade de escolha e a responsabilidade individual, apregoam a co-responsabilização e convocam todos os segmentos sociais a participarem do modelo de assepsia preditiva promovido pela sociedade do risco.

ABSTRACT

LEAL, Rita de Cássia Souza. Surveillance Cameras: The new technologies in contemporary governmentality. Rio de Janeiro, 2006. Dissertation (MA in Communication and Culture) School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2006.

This work aims to investigate the increasing use of surveillance cameras (CCTV) in both public and private spaces, trying to identify which mediatic discourses and social practices contribute to the acceptance of this proliferation by society at large. In this sense, these devices can be seen as a mean of control of the population, which is achieved by prevention, visibility, and control. Regarding the issue of security, when these discourses offer a sentiment of protection, and assurance, they, in fact, appeal to one of the most ancient human feelings, the fear. By using the press media, namely the daily newspaper Folha de São Paulo, as the empiric field, this research has documented, analyzed, and made available information about articles dealing with the issue of the presence of surveillance cameras within a period of ten years. Most of times, surveillance cameras are portrayed in a positive fashion within the mediatic discourses by being able to anticipate, and inhibit random risks coming from the other. This discourse finds a perfect tune with the new form of contemporary governmentality, where the freedom of choice and the individual responsibility pray for a type of co-responsibility model, and call all social segments to take part of the predictive aseptic model promoted by the society of risk.

Ao meu marido e aos meus filhos, Rafael e Eduardo, por compreenderem as ausências e por serem mais generosos comigo do que eu própria. A minha irmã Rose, que mesmo distante se fez presente ouvindo e incentivando nos momentos de crises e incertezas. À amiga Monique Franco, por me fazer acreditar na possibilidade do improvável e na probabilidade do impossível.

AGRADECIMENTOS:

Ao Poder maior, por ter me dado a existência e a capacidade de persistir na luta.

A CAPES, por incentivar o desenvolvimento à ciência, viabilizando, por meio do fornecimento de bolsas de apoio, a realização desta e de tantas outras pesquisas.

A professora Ivana Bentes, minha orientadora, por ter me acolhido nessa trajetória, por suas interferências, e por ao mesmo tempo, ter me permitido o exercício da autonomia.

A professora Fernanda Bruno, pela co-orientação, pelo rigor crítico, e pelas sugestões que foram de grande relevância para a concretização desse trabalho.

Ao Professor João Freire, agradeço pelo carinho, por sua amizade e pela disponibilidade em participar da etapa final deste trabalho. Por esta contribuição serei eternamente grata.

Um agradecimento especial ao professor Paulo Vaz, por me apresentar ao ‘mundo do risco’, pela generosidade em compartilhar suas idéias e reflexões, fornecendo material de leitura, apontando caminhos e abrindo perspectivas, sem as quais este trabalho não teria se tornado possível.

Aos amigos Wilson, Aline, Mônica e Myriam, com os quais pude não somente dividir as angústias, mas também desfrutar de momentos de cumplicidade e descontração. Cabe aqui um agradecimento especial à amiga Beatriz Martins por sua generosidade, lealdade e companheirismo.

Aos colegas e pesquisadores do CiberIDEA, e aos professores Henrique Antoun, André Parente e Kátia Maciel, pelas discussões que ampliaram e complementaram a construção desta pesquisa.

E por fim, mas não menos importante, a toda a comunidade da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela acolhida carinhosa e por ter me permitido tantos encontros inesquecíveis.

Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim.

E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam nosso cão,
e não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da
garganta.

E já não podemos dizer nada.

Trecho de No caminho com Maiakóvski

SUMÁRIO

Capítulo 1.	Introdução.....	11
1.1	Apresentação do objeto.....	11
1.2	Relevância para a comunicação.....	15
1.3	Estrutura, metodologia e referenciais teóricos.....	17
Capítulo 2.	A Vigilância como prática de governo.....	22
2.1	A vigilância pelo medo.....	23
2.2	A “arte de governar” e o poder soberano.....	37
2.3	Vigilância e governo por meio da norma.....	52
Capítulo 3.	O Risco como prática de governo.....	63
3.1	Governo e controle: quando o risco substitui a norma.....	64
3.2	Um breve estudo da noção atual de risco.....	78
3.3	O controle por meio do risco.....	88
Capítulo 4.	Câmeras de vigilância na mídia.....	93
4.1	Considerações metodológicas e apresentação dos dados iniciais.....	97
4.2	Nova distribuição para a aferição de outros dados.....	115
4.2.1	“Comporte-se, você está sendo filmado!” – análise da dimensão afetiva.....	116
4.2.2	“Atenção, você está sendo filmado!” – analisando a dimensão política.....	126
4.2.3	“Não ria, você está sendo filmado!” – análise da dimensão econômica.....	131
4.2.4	“Sorrio, estou sendo filmado!” – uma análise da dimensão subjetiva.....	136
4.2.5	Outros usos e abusos.....	149
5	Considerações finais.....	154
	Referências bibliográficas.....	161
	Anexo.....	
	I - Relação das matérias encontradas por esta pesquisa.....	
	II - Tabela e gráfico 1.....	
	III - Tabela e gráfico 2.....	

Capítulo 1 – Introdução

1.1 Apresentação do objeto

A crescente proliferação das câmeras de vigilância, objeto de estudo do presente trabalho, apresenta implicações políticas, econômicas, afetivas, discursivas e éticas que promovem novos agenciamentos entre os sujeitos, modificando a forma como estes se relacionam com a alteridade e com o meio, ao mesmo tempo em que inauguram novas formas de visibilidade, de controle e de produção das subjetividades. O objetivo geral deste trabalho é buscar identificar quais são os discursos e as práticas sociais que contribuem para que essa proliferação ocorra e seja aceita pela sociedade contemporânea.

Os discursos que legitimam a inserção desses dispositivos¹, nos espaços públicos e privados, ecoam na tensão entre segurança e liberdade, valores preciosos e cobiçados, contudo, impossíveis de serem vivenciados em sua totalidade, visto que a garantia de um implica, necessariamente, na diminuição do outro. Ao prometerem proteger, assegurar, ou “cuidar”, estes discursos apelam, primordialmente, para uma das mais antigas paixões humanas, o medo. Por ser uma paixão visceral e necessária, o medo, conforme demonstra a História, foi e continua sendo comumente utilizado como estratégia política de governo da população. Sempre que se vê diante do medo do caos e da desordem, a população se torna favoravelmente receptiva a políticas

¹Embora o termo seja utilizado no corpo do trabalho para se referir a concretude do objeto, o entendimento do conceito de dispositivo adotado aqui é aquele dado por Deleuze ao analisar o pensamento de Foucault: “um dispositivo é um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente, que não limitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras”. Nesse sentido, o que vale destacar nos dispositivos não são apenas seus elementos e sim as relações que eles estabelecem, as passagens que eles operam na medida em que articulam elementos heterogêneos, seu caráter processual, seus usos e apropriações, sua capacidade de produzir experiências e subjetividades, e sua capacidade de se transformar em outra coisa “por ter como componentes linhas de visibilidade, de enunciação, de força, de fraturas e de fissuras que se entrecruzam e se misturam, acabando umas por dar nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento” (Deleuze, 1996: 82-89).

autoritárias de disciplinarização, ordenamento e controle social, plenamente justificadas pela construção e difusão do discurso do medo.

Não que os perigos e as ameaças não sejam reais. É certo que, em muitos casos, eles partem de um acontecimento real, a exemplo do ataque terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos. Mas também é certo que, em outros casos, eles podem ser forjados, “como as armas de destruição em massa do Iraque”, e se tornarem um meio de manipulação da opinião pública, como foram, no passado, outras ameaças.

Outra característica desses discursos é construir, no imaginário social, um inimigo cuja face é, invariavelmente, mutante e idealizada. Ou seja, a ameaça é rotulada por meio de classificações generalistas de grupos tais como: os narcotraficantes, os guerrilheiros, os imigrantes, os contrabandistas etc. Nesse sentido, o rótulo desliza facilmente de um inimigo para outro, reforçando a sensação de que todos, ou qualquer um, são um inimigo em potencial, podendo vir a se transformar em uma ameaça real, segundo as conveniências do momento.

Um bom exemplo pode ser encontrado no período da guerra fria, em que a manipulação do medo da outra superpotência, por ambos os lados, justificou grande parte dos altos investimentos consumidos pela corrida armamentista. No entanto, com a queda do muro de Berlim, as despesas militares não diminuíram. Rapidamente tomaram corpo novos inimigos – terroristas, traficantes, palestinos, muçulmanos, negros, favelados, ou mesmo os avanços tecnológicos e científicos – deixando claro que os perigos não vão desaparecer, pelo contrário, sempre vão existir.

Em qualquer sociedade marcada por diferenças sociais, étnicas e culturais profundas, onde as taxas de criminalidade e os níveis de insegurança apresentam índices elevados, somados à falta de crença, por parte desta sociedade, na capacidade das instituições públicas para garantir a segurança da população, a sensação de ameaça se faz permanente. É nesse sentido que a produção e difusão do medo, por meio da ênfase dada às notícias sobre o descontrole da

violência, reforçada pelas imagens assustadoras – comumente divulgadas pelos meios de comunicação de massa, principalmente televisão e jornal – fabrica uma realidade que, além de produzir e direcionar a indignação social produz também o estereótipo do criminoso, que serve como alvo canalizador dessa indignação. Este, invariavelmente, pertence a um grupo minoritário, e/ou a uma classe economicamente desfavorecida.

Quando as apreensões sociais passam a ser publicamente encenadas no palco das mídias, reconhecido e legitimado como mediador da realidade, o medo se torna o discurso estético² que encena, acentua e dissemina, na sua platéia, a sensação de habitar em uma “sociedade sitiada”. Assim, os medos, lúcidos no início, quando mediados pelos meios de comunicação, costumam pintar uma realidade com cores fortes e assustadoras que derivam para procedimentos inquisitoriais e preventivos que, ancorados pelo discurso da proteção e da segurança, legitimam novas e antigas práticas de vigilância e controle, de visibilidade e poder.

A inserção das inovações tecnológicas no cotidiano, e suas utilizações em diversos campos do conhecimento inauguram novas possibilidades de identificação prévia de padrões de comportamento e de tendências que, baseadas na identificação de exposições a fatores de risco³, dão sustentação às ações das instituições, públicas e privadas, nas mais diversas áreas, com o objetivo de antecipar os riscos, prevenir e otimizar os resultados.

No modelo da predição, o medo passa a ser constantemente alimentado por meio do

²O conceito é aqui utilizado seguindo o pensamento de Terry Eagleton, que considera a categoria de estético como fundamental para o pensamento moderno, porque ao falar de arte ela fala também de outras questões que se encontram no centro da luta da classe média pela hegemonia política. “A construção da noção moderna do estético é assim inseparável da construção das formas ideológicas dominantes da sociedade de classes modernas, e na verdade, de todo um novo formato de subjetividade apropriada a esta ordem social” (EAGLETON, 1993: 08).

³Como base para a definição de **fatores de risco**, configuram-se as situações que estudos estatísticos demonstraram estar relacionadas ao aumento da probabilidade da ocorrência de um fato e que poderão levar o indivíduo a colocar-se diante de agressões. Os fatores de risco podem ser encontrados no ambiente físico, ser herdados ou representar hábitos ou costumes próprios de um determinado ambiente social e cultural. O estudo de fatores de risco, isolados ou combinados, tem permitido estabelecer relações de causa e efeito entre eles, em vários campos do conhecimento, à exemplo da saúde e da criminalidade.

discurso das mídias. Estas assumem papel central como vaticinadoras e divulgadoras de notícias relacionadas a situações de risco que, ao incentivar práticas preventivas, instauram o que aqui ficará definido como uma “estética do medo”⁴. Não que as mídias inventem as notícias ou distorçam os dados que exibem. Tampouco se trata de engrossar o coro daqueles que acusam as mídias de, deliberadamente, fomentar o medo e a violência. Mas, ao comercializar suas histórias, os meios não somente contribuem para ampliar o nosso estoque de relatos sobre violência e criminalidade, como também reitera a percepção, por vezes já existente no social, de insegurança generalizada. Ao selecionar e enfatizar o **que**, o **como**, o **quando** e o **quanto** mostrar, os *mass media*, com ou sem intencionalidade, manipulam as percepções e lucram com as ansiedades.

Nesse contexto, em que predomina a sensação de violência e desordem, a pesquisa buscará evidenciar como se faz presente, na sociedade contemporânea, uma grande demanda pelas questões que envolvem a prevenção e a segurança. Essa demanda, que na percepção social supostamente poderia ser atendida por meio da adoção de uma política de segurança pública mais rigorosa e punitiva, convive no mesmo espaço com uma outra percepção, aparentemente antagônica, de que o Estado se encontra totalmente incapacitado para garantir a segurança da população. Em meio a estas percepções é que se verifica o crescimento da indústria da segurança eletrônica, e com ela, a invasão dos espaços pelas câmeras de vigilância. Estas, têm suas bases assentadas nas potencialidades abertas pelas novas tecnologias.

⁴O conceito de “estética do medo” desenvolvido neste trabalho é inspirado nas considerações propostas por Zygmunt Bauman ao se referir à necessidade da “comunidade estética” que se apresenta e é consumida no “círculo aconchegante” da experiência, movida pela volatilidade, mutabilidade e flexibilidade das paixões. A comunidade estética, gerada pelo processo contínuo de construção/destruição da identidade, ao mesmo tempo em que cria a necessidade, cria também a busca pela satisfação dessa necessidade que nunca será satisfeita. Dessa maneira, constitui-se como campo preferencial que alimenta a indústria do entretenimento. Para Bauman, a imensa capacidade advinda da tecnologia eletrônica possibilita a criação de espetáculos compartilhados por uma multidão indeterminada de espectadores, que propiciam experiências orientadas não mais pela moral ou pela ética, e sim pela estética. Nesse sentido, o medo compartilhado se torna um objeto de experiência estética, com sua orientação insinuada pela indústria do entretenimento, que atua muito mais pela sedução do que pela ameaça ou pela imposição (BAUMAN, 2003: 62-63).

1.2 Relevância para a comunicação

As tecnologias reconstróem o ambiente não somente do ponto de vista técnico, mas, também do ponto de vista comunicacional, por promoverem alterações no modo como os sujeitos interagem e se relacionam com o outro e com o meio. Por possibilitarem a interconexão entre vários indivíduos ao mesmo tempo; por promoverem a visibilidade; por diluírem as barreiras temporais e espaciais, mediando o encontro entre os que estão geograficamente distantes; pela capacidade de produzir, acumular, armazenar, multiplicar e disponibilizar informações, que facilitam e agilizam as transações cotidianas, aumenta cada vez mais o poder de penetração e de aceitação destes novos dispositivos no cotidiano da sociedade atual.

Este cenário altamente tecnologizado altera e complexifica a forma como as subjetividades são produzidas, reconfigurando as bases da produção de sentido e os processos comunicacionais, impondo trocas de paradigmas no campo da comunicação. Os padrões até então compartilhados pela sociedade para descrever, explicar e compreender a realidade são modificados pelas mediações tecnológicas que, ao estabelecer e mediar novas práticas sociais engendram novas relações entre os sujeitos, originando, por conseguinte, novas formas de saber e de poder.

Os antigos dispositivos de poder e as antigas formas de saber, visíveis ou enunciáveis, identificados por Foucault⁵ como próprios da sociedade disciplinar moderna, convivem na contemporaneidade com novos dispositivos que propiciam novas formas de visibilidade e de controle. Estes passam a incidir não apenas sobre o corpo, mas também sobre os desejos e os afetos, abrindo espaço para a disputa de sentidos entre indivíduos e grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, que lutam para impor seus significados à sociedade mais ampla.

⁵FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, 25ª, Petrópolis: Vozes, 2002.

É nesse campo das forças sociais que as subjetividades vão sendo construídas.

A contemporaneidade seria assim um momento de transição entre o modelo disciplinar e a sociedade de controle preconizada por Deleuze⁶, em que as relações de poder saem de uma forma de encarceramento completo atrelado a uma determinada classe social, a um grupo de pessoas ou a uma instituição específica, para uma espécie de controle aberto e contínuo, em um tempo não mais durável, e sim, instantâneo e de alta rotação – via informação, relações sociais, produção cultural e consumo – dotado de forte aparato tecnológico.

Essa passagem, contudo, não é de oposição, e sim de intensificação. Embora as subjetividades continuem sendo produzidas pelas instituições sociais⁷, essas produções se intensificaram e foram levadas ao extremo, e toda subjetividade é reconhecida como artificial. Para Hardt o controle pode ser definido como “uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre fora e dentro”⁸. Sob esta ótica, a sociedade contemporânea do controle não mais se organiza em torno de um conflito central, mas em uma rede flexível de microconflitualidades; o desmoronamento dos muros das instituições é uma característica dessa sociedade em que, com o mercado mundial, o capital informacional circula livremente por meio das novas tecnologias, não encontrando fronteiras; quando muito, limites fluidos e móveis.

Partindo da importância que a abordagem tecnológica vem adquirindo no campo comunicacional, o objetivo desta dissertação é articular uma reflexão crítica acerca do uso crescente das câmeras de vigilância, em espaços públicos e privados, como ferramenta de

⁶DELEUZE, Gilles. *Conversações*, Rio de Janeiro: 34, 1992.

⁷Este trabalho amplia o entendimento do conceito de instituições sociais para além da forma como estas se estruturaram na modernidade – organizações sociais como a família, o exército, a escola, o Estado, a religião, a cultura – incluindo também nesta definição as relações, trocas, conflitos e interações estabelecidos pelos sujeitos no seio destas instituições, e que interferem, diretamente, na produção das subjetividades (nota da autora).

⁸HARDT, Michael. *A sociedade mundial do controle*, in ALLIEZ, Eric (org.), Gilles Deleuze: uma vida filosófica, São Paulo: 34, 2000, p. 369.

prevenção, visibilidade e controle. As imagens capturadas por estes dispositivos são, como definiu Virilio⁹, decorrentes de uma “visão sintética”, ou seja, uma visão sem olhar, destinada a “ver, a prever, em nosso lugar”. Imagens apreendidas em “tempo real”, sem o suporte do olhar humano, sem preparação prévia (ensaio, movimentos de câmera, iluminação, edição) que se convertem em prova material do acontecimento, na medida em que, supostamente¹⁰, exibem um “fato”, no momento exato do seu acontecimento. É interesse deste trabalho analisar a configuração da sociedade de controle – também chamada de sociedade do risco¹¹ – que fabrica uma demanda crescente por dispositivos de vigilância, por meio de discursos que ressaltam a necessidade de consumo, de visibilidade e a insegurança social, ao mesmo tempo em que enaltece o grande potencial desses dispositivos para atender a estas demandas.

1.3 Estrutura, metodologia e referenciais teóricos.

Diante desse quadro há, no entendimento desta pesquisa, três pontos fundamentais que merecem serem destacados, visando desse modo proporcionar uma melhor compreensão do tamanho e da natureza do problema a ser pesquisado. Assim, em termos estruturais esta dissertação, além da introdução, se dividirá em mais três capítulos, e ainda uma última parte destinada à apresentação das considerações finais.

No primeiro capítulo, por meio de rastreamento bibliográfico, a pesquisa vai procurar

⁹VIRILIO, Paul. *A máquina de visão*, 2ª, Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 08.

¹⁰O “supostamente” cabe aqui no sentido de que, em muitos casos, as imagens antes de serem exibidas são manipuladas por meio da preparação, da seleção ou da edição, o que possibilita cortes, supressão e montagens que alteram a imagem final a ser veiculada, modificando dessa maneira o sentido da mensagem (nota da autora).

¹¹Em seu livro *Risikogesellschaft* (Sociedade do risco), lançado em 1986 na Alemanha, Ulrich Beck propõe que o final do século XX inaugurou uma segunda modernidade, ou “modernidade reflexiva”, definida pelo autor como uma *sociedade do risco*, em consequência das insuficiências e das antinomias gestadas na primeira modernidade (globalização, individualização, desemprego e subemprego, crise ecológica, avanços tecnológicos, turbulência dos mercados financeiros) que gerou riscos globais, consolidando um novo tipo de capitalismo e um novo estilo de vida, caracterizados pela necessidade de encarar e lidar com esses riscos.

evidenciar a importância do papel desempenhado pelo medo na constituição da vigilância e do controle e sua apropriação para a instauração das práticas de governo consolidadas na modernidade. Este rastreamento tem como ponto de partida o período definido como pré-modernidade que, como aponta Delumeau, apresenta uma concepção de medo desvinculada da razão e articulada com o religioso e o sobrenatural, na qual predominava o medo da ira de um Deus colérico e impiedoso, sempre pronto a punir as almas pecadoras com os mais terríveis castigos. No século XVI, com a repercussão do pensamento de Maquiavel (1469-1527), reforçado posteriormente pela teoria política de Hobbes (1588-1679), se verifica um processo de racionalização do medo como elemento necessário às práticas de governo. Essas práticas, para Foucault¹², alcançam a sua máxima eficácia e produtividade, como elemento regulador e ordenador, por meio das instituições disciplinares e normativas criadas na modernidade¹³.

O segundo capítulo aprofundará as discussões presentes na sociedade do risco, analisada por autores como Garland (1999), Douglas (1982), Beck (1992) e Bauman (1998), entre outros, procurando demonstrar como, na contemporaneidade, marcada pela instabilidade dos valores e pela ditadura do consumo, os dados estatísticos e os discursos dos peritos, comumente divulgados pelas mídias, inauguram novas práticas de governo ancoradas na estética do medo e da prevenção, que legitimam o risco como uma nova forma de controle.

Já o terceiro capítulo apresentará os resultados de uma investigação empírica que buscará estudar como as câmeras de vigilância aparecem na mídia impressa e quais as relações que podem ser estabelecidas entre estes dispositivos técnicos e os conceitos de medo, segurança, risco e governo.

¹²FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 19ª, Rio de Janeiro: Graal, 2004.

¹³DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (sécs. 13-18)*, Vol. I e II, tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: EDUSC, 2003.

Orientada pela perspectiva crítica presente no campo dos Estudos Culturais da comunicação, esta pesquisa entende as notícias como produtos culturais e unidades narrativas dotadas de intencionalidade, sentidos e significados. Estes se fazem presente durante todo o processo de construção das matérias jornalísticas e, no final do processo, traduzem um certo tipo de informação que passa a ocupar um lugar privilegiado na construção de valores, opiniões, e subjetividades. Com base nessa perspectiva, será adotada nesta pesquisa uma metodologia híbrida, utilizando dados estatísticos e classificações quantitativas, intercalando-os com análises qualitativas dos discursos (explícitos e implícitos), destacando as construções discursivas e estéticas das notícias estudadas.

Embora ciente dos riscos inerentes à escolha de trabalhar com a hibridização, esta opção se pauta, prioritariamente, na crença de ser esta a forma metodológica mais adequada para alcançar os resultados pretendidos por esta pesquisa. Com base nessa crença, esta opção encontra respaldo no trabalho de Feyerabend (1989) denominado “Contra o método”, citado por Minayo¹⁴, em que ele observa que “o progresso da ciência está associado mais à violação das regras do que à sua obediência”. Nesse mesmo texto, Minayo, parafrazeando o historicista Dilthey (1956), lembra que, devido a nossa mediocridade, precisamos de parâmetros para caminhar no conhecimento; contudo, nada substitui a criatividade do pesquisador. É com base nessa visão que este trabalho investe na hibridização metodológica, por entender ser esta uma opção que enriquecerá a pesquisa apresentada, possibilitando uma análise mais ampla dos dados e dos discursos observados durante o trato com o material coletado.

O campo empírico recortado nesta investigação compreende as matérias sobre câmeras de vigilância publicadas no Jornal Folha de São Paulo, durante o período de 1995 a 2005.

¹⁴MINAYO, Maria Cecília. *Ciência, técnica e arte: desafio da pesquisa social*, in: MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social, teoria, método e criatividade*, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-29. Neste texto Minayo faz referência ao livro *Contra o método* publicado por Paul Feyerabend, Lisboa: Relógio D'Água, 1975.

Frente à impossibilidade de realizar, no escopo deste trabalho, análise aprofundada de um universo tão amplo (dez anos), os dados inicialmente obtidos serão submetidos a um processo de filtragem e seleção, que por sua vez será norteado pelas dimensões que interessam a esta pesquisa contemplar. Nomeadamente: a dimensão afetiva; a dimensão política; a dimensão econômica e a dimensão subjetiva.

A escolha do Jornal Folha de São Paulo como campo empírico de pesquisa encontra-se ancorada em dois critérios fundamentais para a concretização deste trabalho. O primeiro critério deve-se ao fato dessa publicação se configurar como o jornal mais vendido no país, ocupando, nos últimos quatro anos, o primeiro lugar no ranking dos maiores jornais brasileiros em circulação, apresentando em 2004 uma circulação média de 350 mil exemplares em dias úteis e 430 mil exemplares aos domingos¹⁵.

O segundo critério deve-se ao fato do jornal favorecer o trabalho de pesquisa ao disponibilizar, em sua página na Internet, ferramentas de busca em seus arquivos e edições anteriores. Na prática isso representa maior acessibilidade, redução de custos e otimização do tempo destinado a esta etapa da pesquisa¹⁶.

Vale ainda destacar que – considerando a linha editorial do jornal, sua apresentação, a qualidade da impressão, a linguagem utilizada, o tratamento dado às matérias e ainda o preço praticado – essa publicação, cuja tiragem é diária, pode ser classificada como sendo destinada às chamadas “classe média” e “classe média alta”. Estas também as principais consumidoras das parafernalias produzidas pelo setor de segurança eletrônica, dentre elas, as câmeras de vigilância.

¹⁵Estes dados constam da página do Instituto Verificador de Circulação – IVC, que apresenta tabelas comparativas entre os maiores jornais brasileiros em circulação no país. Conforme os resultados apresentados por este órgão, nos últimos quatro anos (2001 a 2004), o Jornal Folha de São Paulo ocupa o primeiro lugar como jornal de maior circulação no país, apresentando uma diferença de quase 50 mil exemplares se comparado com o Jornal O Globo que ocupa a segunda posição no ranking das grandes publicações jornalísticas atualmente em circulação no país. Disponível em www.ivc.org.br/, consultado em 20/09/2005.

¹⁶Essa ferramenta é disponibilizada, sem qualquer custo extra aos assinantes do provedor UOL – universo on line.

O caminho que pretende ser trilhado por esta pesquisa considera de antemão que toda investigação é uma construção, um recorte que o pesquisador faz dentro de um universo mais amplo e que, por conseguinte, seus resultados além de temporários, não exprimem diretamente a realidade em si. Nesse sentido, vale destacar a incompletude desse trabalho, apresentando-o como o produto efetivo e possível do difícil, porém prazeroso, exercício de conduzir o pensamento pelo caminho a ser trilhado nesta aventura intelectual.

Capítulo 02 – A vigilância como prática de governo

Este capítulo busca estabelecer algumas relações entre o sentimento de medo, considerado aqui como inerente à condição humana, e sua reapropriação pelos discursos religiosos e políticos. Ao tentar interpretar este sentimento, definindo suas causas e conseqüências, esses discursos o configuram como um instrumento de poder capaz de dar sustentação às práticas de vigilância e de governo. Em um breve passeio histórico, que tem como ponto de partida a Idade Média e de chegada a constituição do Estado Moderno, este capítulo visa apontar alguns indícios das mudanças ocorridas no modo como os homens lidam com este sentimento, definido pela filosofia clássica como “a mais temível das paixões tristes, ou seja, aquelas que diminuem a capacidade de pensar, criar e agir”¹⁷.

Seguindo essa linha de raciocínio, o medo não só se alimenta de si mesmo, alimentando todas as outras paixões tristes, como também, em última instância, pode vir a transformar os homens em inimigos uns dos outros. Ao analisar momentos diferenciados da história do ocidente fica claro que o medo foi, e continua a ser até hoje, utilizado como instrumento de poder, ora servindo a ideais religiosos ora a ideais políticos e econômicos. Ao ser utilizado como estratégia de persuasão e, em muitos casos, de opressão, o medo converte-se em uma construção social expressiva e reveladora dos processos de sociabilidade com vistas a diminuir a capacidade de autonomia dos sujeitos, conformando os homens à obediência e a sujeição aos valores (morais, éticos, políticos e estéticos) de cada época. Esta é a idéia central que norteia este capítulo.

¹⁷Vale ressaltar que o medo, embora como sentimento se apresente inerente à condição humana, não possui, na concepção desta pesquisa uma definição unívoca. Sua percepção, suas causas, sua vivência, sua definição, sua compreensão etc. sofrem as influências de inúmeros fatores que incluem construções imaginárias e simbólicas, valores culturais, sociais e econômicos, o interesse de quem faz o discurso, como também a situação em que se dá sua experimentação. Assim, optamos aqui pela definição fornecida durante a apresentação da palestra de abertura proferida pelo professor Aduino Novaes durante o ciclo de palestras intitulado “Congresso Internacional do Medo” realizado no Teatro da Maison de France, Rio de Janeiro, no período de 23/08 a 28/09/2004.

Cabe destacar, entretanto, que não se pretende englobar a totalidade das questões decorrentes da articulação entre o medo, a vigilância, e as formas de governo dos homens. Ao contrário, são trazidos para a discussão apenas alguns aspectos dessa articulação que se referem, de modo geral, à maneira como o medo, em diferentes momentos históricos, é utilizado para legitimar formas de governo e práticas de vigilância. Este recorte busca contribuir para o entendimento de como, no interior de um determinado processo histórico, passamos de um modelo de vigilância engendrado no primeiro momento pela Igreja, depois pelo Estado, ambos visando à conformação do corpo social, para um modelo de controle contínuo, que conta, na atualidade, com a cooperação da própria sociedade.

2.1 A vigilância pelo medo

Em todos os tempos o homem sempre experimentou o sentimento denominado medo. Considerado por muitos pensadores como a mais visceral, e talvez, a mais antiga emoção do homem, o medo foi um aliado necessário para a preservação da espécie humana e, sem ele, provavelmente seria uma espécie extinta há tempos. Para a psicanálise, sempre que o ser humano se depara com uma situação que desperta o medo tende a fugir, mas essa fuga, ao contrário do que possa parecer, não é uma atitude passiva, mas ativa, em que o homem apropria-se de seus recursos para superar uma situação de perigo e dela libertar-se, preservando a vida. Por um lado, o medo coloca o homem em contato com sua finitude e sua fragilidade. Por outro lado, é o medo que o permite escapar provisoriamente da morte. “Na vida humana, tudo conta, porque os homens são mortais e sabem disso”¹⁸.

¹⁸BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 191.

Os antigos atribuíam ao medo um poder mais forte e superior que dos homens. Na Grécia, em épocas de guerra, os guerreiros faziam oferendas e cumpriam rituais em que buscavam conciliar-se com *Deimos* (temor) e *Fobos* (medo), para não serem atingidos por eles durante as batalhas, acreditando que com isso desviariam para seus inimigos a ação aterrorizante do medo. Também a literatura grega é recheada de relatos de homens corajosos que vencem feras, monstros e deuses. Os heróis gregos, muitas vezes, ingressam no mundo dos mortos e dos espíritos, e ao voltarem vivos, se tornam eternos, posto que tinham vencido o medo prioritário: a morte¹⁹.

Partindo da premissa de que fundamentalmente o principal medo é o da morte, e admitindo que a morte não vai desaparecer, seja qual for o período da história que esteja sendo considerado, verifica-se, por consequência, que os homens seguirão sempre tendo algo para temer. Isto pode ser comprovado desde a Antiguidade, repleta de certos tipos de medos, até o imaginário contemporâneo também povoado por medos, ainda que de outra ordem. O medo, assim como a morte, se apresenta como parte essencial da vida, sendo considerado, em muitos casos, necessário como tomada de consciência de um perigo ou de uma ameaça. Sob esse ponto de vista, o medo é inerente ao ser humano, e mais do que isso, é responsável por sua sobrevivência.

Todavia, a filosofia epicurista teve como um dos seus objetivos curar o homem do medo²⁰. Epicuro acreditava que as crenças na ação dos deuses sobre o mundo e sobre os homens decorriam da ignorância das causas reais das coisas e eram, por esse motivo, a origem dos temores que assolavam os homens. Para o epicurismo, a filosofia só fazia sentido porque os homens eram dominados por medos vazios – como o medo da morte e o medo dos deuses – que

¹⁹Na mitologia grega verifica-se a recorrência da ida e volta do herói ao mundo dos mortos. É também a morte que proclama a condição sobre-humana do herói, posto que sua ação se prolonga mesmo depois da morte (ver o mito de Hércules in: BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia grega, Vol. II, Rio de Janeiro: Vozes, 1993).

²⁰Não é a intenção desse trabalho o aprofundamento das teorias filosóficas constituídas pelo epicurismo, mas apenas apontar a preocupação dessa corrente filosófica que parece ter sido a primeira a relacionar a temática do medo com as causas da infelicidade humana (nota da autora).

os mantinha em estado de espera por um mal que não existe. “Esses medos são vazios não porque os deuses – ou a morte – não existam, mas justamente porque eles existem!”²¹.

Na visão epicurista, o destino dos homens e do mundo não era preocupação dos deuses. Estes apenas existiam, em perfeita paz e em eterna contemplação, afastados e distantes de tudo o que se passava com os homens. Já a morte, entendida como a privação absoluta da consciência, não deveria ser motivo para temores, posto que, quando estamos aqui, a morte não está; quando a morte chega, não existimos mais. Sendo assim, para o epicurismo, o medo da morte é irracional e vazio. Ao propor explicações para os fenômenos do mundo e para as crenças humanas desvinculadas de seres sobrenaturais e de qualquer religiosidade, de modo a torná-los compreensíveis e conhecidos, a filosofia epicurista objetivava evitar assim o medo e afastar o homem da submissão opressora gerada pelas explicações religiosas.

O conhecimento das explicações físicas e materiais para o mundo e sua origem, fundamental para afastar o medo, era condição para uma vida de prazer e de tranqüilidade. Além disso, na concepção da filosofia epicurista, “a alma humana que animava a vida, mas que, da mesma maneira que o corpo, era composta de átomos, (atomismo)²², desintegrava-se junto com o

²¹ANDERY, Maria Amália *et al.* *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*, 6ª, São Paulo: Edusc, 1996, p. 117.

²²A teoria atomista foi desenvolvida no século V a.C. por Leucipo de Mileto e seu discípulo, Demócrito de Abdera, que conciliou as constantes mudanças postuladas por Heráclito com a unidade e imutabilidade do ser proposta por Parmênides. Demócrito postulava que a realidade se compõe de partículas indivisíveis ou “átomos” de natureza idêntica e do vácuo ou não-ente e que estes existem desde a eternidade em mútua interação dando origem ao movimento. Segundo Demócrito, os átomos por si só apresentam as propriedades de tamanho, forma, impenetrabilidade e movimento, dando lugar, por meio de choques entre si, a corpos visíveis. Além disso, ao contrário dos corpos macroscópicos, os átomos não podem interpenetrar-se nem dividir-se, sendo as mudanças observadas em certos fenômenos químicos e físicos atribuídas pelos atomistas gregos a associações e dissociações de átomos. Nesse sentido, o sabor salgado dos alimentos era explicado pela disposição irregular de átomos grandes e pontiagudos. Epicuro, criador do epicurismo, entre os séculos IV e III a.C., e Lucrécio, poeta romano, dois séculos depois, enriqueceram o atomismo de Demócrito e Leucipo, atribuindo aos átomos a propriedade do peso e postulando sua divisão em “partes mínimas”, além de uma “espontaneidade interna”, no desvio ou declinação atômica que rompia a trajetória vertical do movimento dos átomos, o que, em termos morais, explicava a liberdade do indivíduo. Retirado de “<http://pt.wikipedia.org/wiki/atomismo>”. Consultado em 05/05/2005.

corpo; e com isso desfaziam o último e o mais intocável dos medos, o medo da morte”²³.

Contudo, como pode ser facilmente constatado, frente ao grande espaço ocupado pelo medo na vida humana até hoje, essa corrente filosófica não obteve muito sucesso. Em todas as épocas, permanece o medo da morte, associado a outros medos, próprios de cada época e sociedade, que se unem para manter o homem e a sociedade em que vive sitiados pela forma temerosa de como vêem os outros, a si mesmos e o mundo.

Delumeau, historiador e profundo estudioso das questões relacionadas ao medo dedica-se, em toda a sua obra, a mapear os medos com os quais o homem se torna vítima de seu próprio horror. “Os fatos passados são lições para que evitemos cair nos mesmos erros”²⁴.

Entendendo a vida humana como uma construção entre o medo e a necessidade de segurança, o objetivo principal desse autor parece ser o de arrumar um lugar no pensamento para o medo, pois se o mesmo existe e sempre existiu, não se pode deixar de admiti-lo. Deve inseri-lo no interior de um complexo sentimental vivido pelo homem que, considerando-se as latitudes e as épocas, não pôde deixar de desempenhar um papel capital na história das sociedades humanas. Tanto que, para Delumeau, as sociedades atuais ainda sentem os seus ecos e ainda vivem, em muitas situações, com os mesmos medos de outrora. Elucidar e localizar estes medos se constitui como uma tentativa de elaborar uma melhor compreensão da nossa época atual²⁵.

No caso específico da Idade Média, a Igreja, como conselheira espiritual, procurou classificar e escalonar os medos existentes. Assim, havia os medos definidos como espontâneos, que se diferenciavam daqueles considerados como medos refletidos. Os medos espontâneos dividiam-se entre os permanentes, vivenciados por todas as pessoas em geral – medo das forças

²³ANDERY, *op.cit.* p. 118.

²⁴DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (sécs. 13-18)*, Vol. I e II, tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 07.

²⁵DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*, 3ª, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

naturais, fantasmas ou monstros – e os cíclicos, sentidos por uma ou outra parcela da população em um ou outro espaço e tempo: pestes, fome, aumento dos impostos ou guerras etc. Já os medos refletidos, que envolviam o bem-estar dos indivíduos, eram manipulados de acordo com os interesses eclesiásticos. A cultura religiosa especificou quais os males que esses medos podiam provocar, quem eram os seus agentes e como combater esses malefícios, ao mesmo tempo em que incentivava os medos coletivos, especificando-os por meio de sermões, versículos extraídos da cultura eclesiástica ou das iconografias cristãs. Segundo aponta Delumeau, o medo da morte, das pestes, da fome e das guerras, entre outros, são cíclicos, não só vividos em uma época específica. Retornam de tempos em tempos e quando não são evidentes são latentes. Nesse sentido, os medos coletivos eram também, certamente, individuais. Ou seja, não só o homem em particular vive o medo, mas também toda a coletividade²⁶.

Contudo, o medo coletivo era vivido com conseqüências mais danosas na medida em que causava reações em conjunto, levando populações inteiras a estados de sublevações e loucura. O medo coletivo ocorrendo em uma multidão tomada de surpresa, por esta ou aquela causa, extrapola o comportamento pessoal de cada um de modo proporcional à sua vivência histórica, liberando agressividade ou pânico desmedido, além do fato de que qualquer agrupamento humano é mais facilmente influenciável para assumir um caráter absoluto em seus julgamentos, devido à rapidez dos contágios que a atravessam, podendo ocorrer, dentre outros, o enfraquecimento ou a perda do espírito crítico, a diminuição ou o desaparecimento do senso de responsabilidade pessoal²⁷.

Já o medo individual baseia-se em um estado emocional de choque, pois geralmente é precedido do elemento surpresa que nos coloca em prontidão devido à tomada de consciência de

²⁶Idem, 1989.

²⁷Idem, 1989.

um perigo iminente, provocando uma reação (defesa ou ataque) que tem por objetivo preservar nossa integridade física ou mental. Delumeau observa que, por ser um sentimento psicofísico, sempre que experimentamos o medo nosso organismo imediatamente apresenta reações características desse sentimento. Os efeitos físicos provocados por essa emoção diferem de indivíduo para indivíduo ou até no próprio indivíduo, dependendo das circunstâncias; mas normalmente são:

(...) aceleração dos movimentos do coração ou sua diminuição; uma respiração demasiadamente rápida ou lenta; uma contração ou uma dilatação dos vasos sanguíneos; uma hiper ou uma hiposecreção das glândulas; constipação ou diarreia; poliúria ou anúria; um comportamento de imobilização ou exteriorização violenta. Nos casos-limite, a inibição irá até uma pseudoparalisia diante do perigo (estados catalépticos) e a exteriorização resultará numa tempestade de movimentos desatinados e inadaptados, característicos do pânico (DELUMEAU, 1989, p. 23).

Em resumo, ocorre uma grande descarga de energia que percorre todo o nosso corpo a fim de nos preparar para uma reação de legítima defesa. Uma característica significativa que vale ser destacada neste trabalho sobre o medo individual é o fato de nunca ter havido honra em admiti-lo, pois o medo sempre foi relacionado à covardia e a fragilidade, portanto, em posição oposta à coragem e a força, sendo um atributo admitido nas mulheres e nas crianças. Essa idéia, embora já se encontrasse presente no imaginário grego, se acentuou na era medieval, vinda da inspiração da educação cavaleirística. Todo cavaleiro, para ser considerado digno, deveria não somente desafiar os perigos (por amor da glória, da honra ou de sua dama) como também ser insensível ao medo.

Outra parcela da civilização para quem o medo também é permitido são os pobres. A explicação que Delumeau dá a esse conceito da coragem do homem, associado também à valentia é que, desde a Antiguidade, esse conceito do herói sem medo e perfeito não podia ser almejado pela massa, considerada sem coragem, conforme Virgílio (*apud* Delumeau, 1989: 14) escreveu em *Eneida*: "O medo é a prova de um nascimento baixo". Ou seja, era necessário passar essa

idéia, pois assim só os heróis poderiam dirigir a sociedade, haja vista o conceito de valentia (individual) ser premissa dos nobres e o conceito do medo (coletivo) dos pobres. Estes, descreditando dos seus direitos e capacidades, com base nessa premissa não ameaçariam e tampouco buscariam o poder. Assim, a bravura e a valentia eram tidas como características dos nobres e endinheirados, enquanto que aos miseráveis atribuía-se a condição do medroso, mascarando-se o fato de que era justamente a miséria, socialmente e em si mesma humilhante, destrutiva e opressora que induzia à fragilidade e à covardia²⁸.

Contudo, como destaca Delumeau, independente de origem ou pertencimento, o certo é que, de algum modo, todos temiam. Prova disso é que os homens, mesmo os cavaleiros corajosos, usaram amuletos, criaram superstições, simpatias, imagens de santos, anjos da guarda e templos para deuses que pudessem protegê-los. Nesse sentido verifica-se a associação entre o medo, como sentimento e ou sensação humana, traduzido em ações e práticas concretas que proporcionavam a crença na proteção e na segurança. Mesmo quando desafiavam os perigos ou se lançavam em aventuras rumo ao desconhecido, os homens buscavam uma margem de segurança por meio de algum tipo de proteção. Seja a proteção dada pelo divino ou pelo sobrenatural, seja a proteção das armaduras e das armas. Assim, o sentimento de medo e a necessidade de segurança caminham lado a lado na história das sociedades e dos homens²⁹.

De todos os medos que faziam parte do imaginário cristão da Europa Ocidental, estudados pelo autor, interessa a este trabalho destacar três em particular: o medo da noite, não somente pela associação deste medo com a possibilidade de ocorrência de fatos violentos, mas também pelo clima de insegurança que a noite gerava, reforçado pelo discurso religioso; o medo dos

²⁸Para Delumeau essa afirmação pode ser confirmada se observarmos as fotos e esculturas da época da Renascença, em que os nobres foram invariavelmente retratados de peito orgulhoso e rosto altivo como forma de reafirmação dos valores estabelecidos de honradez, destemor, gentileza e valentia, atribuídos aos que tinham origem nobre (DELUMEAU, 1989).

²⁹DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (sécs. 13-18)*, Vol. I e II, tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: EDUSC, 2003.

malefícios, que incluía superstições e medo dos vizinhos, este último conduzindo ao estabelecimento de um clima de desconfiança e um tipo de vigilância generalizada entre as pessoas; e os medos provenientes de caráter natural, nos quais figuram as doenças e as epidemias que, por suas características de aleatoriedade, imprevisibilidade e pelo poder de devastação, propiciaram a construção de dois grandes modelos de controle político dos indivíduos³⁰.

O interesse por estes medos decorre não somente pela maneira como os medievos lidavam com eles, posto que, ao atribuir-lhes causas e conseqüências, estas decorriam, principalmente, da forma como eles se relacionavam com o futuro, entendido como possibilidade de salvação (paraíso) ou danação (inferno), como também pelo caráter das punições, seus agentes causadores e suas conseqüências, culturalmente implementados nas mentes humanas pelas forças interessadas na permanência do modelo de poder dominante.

No caso da noite, esta despertava um medo generalizado porque, dentre outras razões, as ações danosas provocadas pelos próprios indivíduos – assassinatos, intrigas, traições etc., eram mais propensas de acontecerem sob o manto da noite. Além disso, a noite trazia também o isolamento e o silêncio, o que tornava as pessoas mais indefesas e inseguras. O que fazer então diante de tantos perigos? A resposta foi encontrada na Bíblia (*apud* Delumeau, 1989: 96) em diversas passagens, como por exemplo: "Àquele que criou a noite que proteja os homens contra os terrores noturnos". Assim, a Igreja ensinava as pessoas que orassem fervorosamente e seguissem os ensinamentos cristãos, os quais, naturalmente, auxiliavam no catecismo de sua doutrina.

Nesse sentido, podemos inferir que embora o medo seja uma característica inata do homem, alguns medos, seus agentes causadores e suas conseqüências podem, e muitas vezes são, culturalmente implementados nas mentes humanas para alimentar a sensação de insegurança

³⁰FOUCAULT, Michel. *Os anormais: aula* de 15 de janeiro de 1975, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

como condição necessária para atender aos interesses de permanência da dominação.

Também comum do imaginário medieval, o medo da ameaça dos malefícios era extremamente ligado a superstições. Nos tribunais da Igreja milhares de pessoas foram condenados à morte por causa do medo existente por trás das superstições. Qualquer um que dominasse o poder de lidar com ervas e cura também estava sujeito a ser considerado como detendo o poder de destruir. Esses eram os escolhidos para ocupar o lugar nas fogueiras que reduziam à cinza os “bruxos e feiticeiros”.

No inventário de malefícios (esterilidade, impotência, loucura, perda das colheitas e rebanhos) da Idade Média, todas as calamidades, as doenças e a morte não eram naturais, mas sim provocadas pelos agentes de Satã ou decorrentes de castigos do Altíssimo. Nesse universo, os culpados eram, freqüentemente, os vizinhos, gerando daí o medo destes. Assim, era necessária constante vigilância entre eles a fim de se detectar ações estranhas, pois o amigo poderia ser na verdade um inimigo. Essa vigilância operava basicamente por meio da observação dos hábitos, comportamentos e costumes uns dos outros. A observação contínua resultava em grande conhecimento sobre os hábitos dos vizinhos, bem como de seus familiares. Inclusive quando a ocorrência de algum mal provocava uma busca desenfreada por culpados, cresciam as denúncias entre eles. Muitas vezes, aponta Delumeau, essas denúncias eram infundadas, ocultando sua verdadeira razão, que se revelava apenas como forma de se obter vinganças pessoais. Se alguém da família, por coincidência, manifestasse de forma súbita algum mal-estar após uma discussão, ou se algum animal ficasse doente, atribuía-se a esse vizinho a responsabilidade pelo ocorrido.

Sob o ponto de vista da punição, procurava-se os bodes expiatórios, os quais seriam os responsáveis pelos pecados. Dessa forma, os culpados potenciais em primeira instância eram sempre os estrangeiros, viajantes, marginais e todos aqueles que não são aceitos pela sociedade (judeus, leprosos, muçulmanos, assassinos) e em segundo lugar, qualquer um, dentro da própria

aldeia ou região, que agisse estranhamente. Daí, também se associava o medo dos vizinhos a esses grupos considerados de antemão como responsáveis. A Igreja, através da doutrina da punição de Deus a todos os pecadores, e não somente aos bodes expiatórios, pregava a aceitação dessa punição, bem como a aceitação da morte com dignidade e bravura. Além disso, compelia a todos a se arrependem e fazerem penitência, confessando seus pecados e implorando o perdão divino³¹.

Contudo, de todas as calamidades que afligiram os medievais, Delumeau aponta as epidemias como as que mais os atemorizaram. Estas surgiam a intervalos mais ou menos próximos, dizimando uma boa parcela da população em imensas regiões, sendo caracterizadas na Europa como a peste. Para o autor, uma característica que merece destaque no que tange ao medo da peste é a relação que o imaginário coletivo fazia com as grandes fomes e guerras. Pelas condições históricas, as grandes fomes se explicavam devido às fugas em massa das regiões atingidas e os alimentos existentes nos novos locais que não eram suficientes para suprir o abastecimento de todos, sem contar que muitos desses viajantes traziam consigo o germe da doença, contaminando mais alguns. Em relação às guerras, muitos dos guerreiros que provinham do estrangeiro ou que retornavam aos seus locais de nascimento também carregavam a doença, que dessa forma percorria grandes distâncias e causava grande devastação³². Mas, no plano mítico, a peste era descrita como um dos Cavaleiros do Apocalipse, portando flechas e mandado por um Deus descontente e irado com os pecados terrenos e que se abatia de forma inesperada e instantânea sobre qualquer indivíduo, indiscriminadamente, sem critérios de idade, sexo ou classe social.

³¹DELUMEAU, *op. cit.* 1989.

³²Idem, 1989.

A Peste Negra que marca em 1348 o retorno ofensivo das epidemias mortais, as sublevações que se revezam de um país a outro do século XIV ao XVIII, a interminável Guerra dos Cem Anos, o avanço turco inquietante a partir das derrotas de Kossovo (1389) e Nicópolis (1396) e alarmante no século XVI, o Grande Cisma – “escândalo dos escândalos” –, as cruzadas contra os hussitas, a decadência moral do papado antes do reerguimento operado pela Reforma católica, a secessão protestante com todas as suas seqüelas – excomunhões recíprocas, massacres e guerras. Atingidos por essas coincidências trágicas ou pela incessante sucessão de calamidades, os homens da época procuraram-lhes causas globais e integraram-nas em uma cadeia explicativa. (DELUMEAU, 1989, p. 205).

Deus, desencantado pela podridão geral da população, enviava a peste como forma de punição. Ela atingia todas as camadas sociais, sendo que a Igreja a reforçava fortemente, ao mesmo tempo em que articulava os pecados dos homens as punições coletivas enviadas por este Deus colérico. Nesse sentido, ao conjunto dos medos que povoavam a existência do homem medieval, juntaram-se dois sentimentos igualmente opressivos: “o horror” do pecado e a “obsessão” da danação. A insistência da Igreja em difundir esses sentimentos para uma sociedade inteira resultou em uma imensa desvalorização da vida material e das preocupações cotidianas.

A terra, vista como parte inferior e mais vulgar do mundo, é constituída de um elemento menos nobre que os outros três (água, ar e fogo) e as coisas terrestres são vãs porque fugazes e passageiras³³.

Estabelece-se assim um vínculo entre o caráter transitório e a tristeza da vida que vai ao encontro do pessimismo diante da miserável condição do homem. A vida é tida como curta e plena de males. Estes começam com as lágrimas e os gritos de dor do recém-nascido, continuam com os sofrimentos provocados pelo frio e o calor, a fome e a sede, as pulgas, a infâmia, o exílio e a morte de seres queridos.

Deus anunciava sua vingança por meio de sinais provindos dos céus, tremores e toda sorte

³³Como destaca Delumeau, com referência ao contexto medieval, “O homem é aberto à desgraça e o mundo foi dado por Deus ao homem para que este encontre aqui tribulações e tormentos, carregando as penas dos seus pecados. De fato, como Santo Agostinho e os padres do deserto, os monges da Idade Média aliaram desprezo do mundo e vergonha de si mesmo numa experiência global do pecado e um pessimismo arraigado do qual não escapava nem o mais cristão dos homens da Igreja”. (DELUMEAU, 2003: p. 28).

de malefícios; por outro lado, a Igreja ensinava que os agentes de Satã, mesmo sem o saber, eram utilizados por Deus como seus executores. Curiosamente, apesar de muito se falar em demônios e diabos durante toda a Idade Média, Delumeau aponta para o fato de que, ao contrário da imagem que as pessoas dão a esta época, é na Renascença que o medo em relação ao diabo aumenta de forma assustadora. Durante toda a Renascença e início da Idade Moderna, o demônio, através do medo que desencadeava e das suas representações, tem seu lugar em tudo e em todos, enquanto Deus precisava ser imposto³⁴.

Já o poder soberano, embora reafirmasse as guerras, as catástrofes e as doenças como castigos celestes, manifestações da ira divina para os pecados do povo, procurou, gradativamente, por meio da vigilância, do registro e da anotação maciça e meticulosa, construir a multiplicação dos efeitos de poder a partir do acúmulo da observação e do saber. Ao analisar o tratamento dado às epidemias, tomando como exemplo a lepra e a peste, Foucault reconhece, na passagem da Idade Média para a Idade Clássica, a existência de dois grandes modelos de controle político dos indivíduos adotados, em momentos diferenciados, pela administração real³⁵.

No caso da lepra, invariavelmente, era adotado o modelo da “exclusão”, em que ocorria uma divisão rígida, um distanciamento pelo não-contato entre um indivíduo (ou um grupo de indivíduos) e outro, que culminava por constituir duas massas estranhas uma à outra. Aqueles que se encontravam contaminados pela doença eram banidos para fora dos limites da comunidade, em uma prática de exclusão e desqualificação, tanto jurídica quanto política. Essa exclusão era marcada por uma cerimônia fúnebre durante a qual o excluído, ao ingressar nas trevas exteriores, era declarado como morto e destituído de seus bens, que seriam disponibilizados para serem passados a outros. Esses ritos eram vistos como necessários para “purificar” a comunidade por

³⁴DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (sécs. 13-18)*, Vol. I e II, tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 07.

³⁵FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: aula de 15 de janeiro de 1975, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

meio do distanciamento, da ruptura e da marginalização.

Para Foucault, o modelo da “expulsão” do indivíduo para purificar a comunidade foi um modelo historicamente ativo durante um longo período, vide as práticas ainda comuns em meados do século XVII, de internamento em hospitais gerais ou de expulsão das cidades dos vagabundos, libertinos, ociosos e mendigos. Contudo, em detrimento desse modelo, um outro é reativado para lidar com o problema da peste e do policiamento da cidade empesteada. No século XVIII, aponta Foucault, ocorre a substituição do modelo de controle de “expulsão do leproso”, para o que este autor define como modelo de “inclusão do pestífero”³⁶.

Para o tratamento da peste o poder soberano desenvolve uma série de regulamentos que passa pela divisão territorial das cidades em estado de peste, pela análise pormenorizada desse território, pela vigilância ininterrupta, e pelo policiamento, constituindo dessa forma um poder contínuo e uma forma de saber. “A reação à peste é uma reação positiva; é uma reação de inclusão de observação de formação de saber, de multiplicação dos efeitos de poder a partir do acúmulo da observação e do saber”³⁷.

Nesse sentido, a passagem da lepra para a peste constitui-se como a passagem de uma tecnologia do poder que expulsa, que reprime e que exclui, para um poder positivo que fabrica

³⁶ Idem, 2001, p. 60.

³⁷Foucault esclarece que as cidades em estado de peste, postas em quarentena, eram divididas em distritos, quarteirões, bairros e ruas. Para cada rua havia vigias, que deviam obediências aos inspetores existentes em cada quarteirão; estes por sua vez se reportavam aos responsáveis pelos distritos, e estes últimos ao governador nomeado para cuidar da cidade. Este esquema constitui o que o autor define como uma “pirâmide hierárquica” de poder, na qual nenhuma interrupção deve ocorrer. Esse poder também é contínuo em seu exercício, já que a vigilância devia ser exercida sem qualquer interrupção. “As sentinelas devem estar sempre presentes nas extremidades das ruas, os inspetores de quarteirão e de distrito deviam, duas vezes por dia, fazer sua inspeção, de tal modo que nada que acontecesse na cidade pudesse escapar ao olhar deles. Tudo o que era observado devia ser registrado, de forma permanente, por essa espécie de exame visual e, igualmente, pela transcrição de todas as informações em grandes registros. No início da quarentena, todos os cidadãos presentes na cidade deviam dar seu nome. Seus nomes eram anotados numa série de registros. Alguns desses registros ficavam nas mãos dos inspetores locais, os outros em poder da administração central da cidade. Nas inspeções diárias, os inspetores paravam diante de cada casa e faziam a chamada. A cada indivíduo era atribuída uma janela à qual devia se apresentar quando chamavam seu nome, entendido que se não se apresentava era porque se encontrava doente. Se estava doente, era perigoso e, por conseguinte era necessário intervir. Era nesse momento que se fazia a triagem entre os que estavam e os que não estavam doentes”. FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: aula de 15 de janeiro de 1975, São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 56-57.

um saber, que observa e que se multiplica a partir de seus próprios efeitos. Não se trata mais da exclusão e sim da ‘quarentena’ que tem por finalidade fixar, atribuir lugar e definir presenças controladas. As técnicas empregadas durante a quarentena constituem, para Foucault, uma série de diferenças sutis, entre os que estão e os que não estão doentes, que promove divisões e subdivisões do poder, até atingir a individualidade. Trata-se do exame ininterrupto de um campo de regularidade, no seio do qual se avalia sem cessar cada indivíduo, para apurar sua conformidade à regra, à norma de saúde que é definida. É o momento do policiamento exaustivo, da proibição dos contatos perigosos e das comunicações perigosas. Sob essa ótica, a peste carregaria consigo o “sonho político de um poder exaustivo, de um poder sem obstáculo, de um poder inteiramente transparente a seu objeto, de um poder que se exerce plenamente”³⁸.

É essa nova configuração do poder, que se articula na Idade clássica, se aperfeiçoa na Idade moderna, e se consolida na contemporaneidade, que interessa agora tentar entender. Um poder que age por produção e maximização da produção, atuando pela inclusão de seus elementos, pelo investimento na formação, na acumulação e no crescimento do saber. É esta forma de exercício do poder, intrinsecamente articulado como uma forma de produção de saber, que se prolonga por meio de dispositivos técnicos e teóricos no interior das diversas instituições surgidas na modernidade, que será definido por Foucault como sendo a “arte de governar”³⁹.

2.2 A “arte de governar” e o poder soberano

³⁸FOUCAULT, Michel. *op.cit.* 2001, p. 59.

³⁹Foucault ressalta que essa definição de governo na época era entendida como o “governo” das crianças, o “governo” dos loucos, o “governo” dos pobres e logo depois, o “governo” dos operários. Já a noção de “governo”, no *senso lato*, implica no entendimento da invenção, no século XVIII, de “uma teoria jurídico-política do poder, centrada na noção de vontade, na sua alienação, na sua transferência, na sua representação num aparelho governamental. Implica também na implantação de um aparelho de Estado que, posteriormente, aperfeiçoaria uma técnica geral de exercício do poder, técnica transferível a numerosas e diversas instituições e aparelhos, que viria a se constituir como o reverso das estruturas jurídicas e políticas da representação, e a condição de funcionamento e de eficácia desses aparelhos” (FOUCAULT, 2001, p. 60-61).

Foucault destaca o fato de que, embora sempre tivesse existido, da Antiguidade à Idade média, tratados de aconselhamento ao príncipe, de como agir e se comportar no exercício do poder, é, a partir do século XVI até o final do século XVIII, que surge uma série de tratados voltados para o que ficou definido como sendo uma “arte de governar”. Essa mudança decorre da intensificação de dois processos: o movimento de dispersão e dissidência religiosa, culminado pela Reforma, e em seguida pela Contra-Reforma; e o movimento de concentração estatal, caracterizado pela superação da estrutura feudal por meio da instauração dos grandes Estados territoriais, administrativos e coloniais.

No primeiro caso, é importante considerar que na Renascença o monopólio do conhecimento já não é mais dos padres e bispos. A aspiração pela salvação eterna vinha sendo gradativamente substituída pelo sentimento “intramundano” que atribui um significado imanente à existência humana. “Assim como a salvação pela fama, a salvação pela graça é limitada pelo fato de que: muitos são os chamados, poucos os escolhidos. Ademais, o domínio da ação é governado pela fortuna que favorece uns, *fortuna secunda*, e destrói outros, *fortuna adversa*”⁴⁰.

Esta concepção renascentista da fama e da fortuna⁴¹ irá desaparecer com o impacto da sociedade competitiva pós-Reforma, que questiona o modo como se quer ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação. Durante este período os europeus experimentaram uma diversificação dos seus medos devido às inconstâncias sociais, que contribuíram para a

⁴⁰BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália*, Brasília: Unb, 1991.

⁴¹O Conceito de *fortuna secunda* e *fortuna adversa*, retomado da deusa pagã romana, encontra-se associado ao acaso, à sorte, ao destino cego, ao fatalismo e à necessidade natural. (Ver Parte II, cap.3). Maquiavel fará a oposição entre o conceito de fortuna e o conceito de *virtú* como o poder humano de efetuar mudanças e controlar eventos, sendo este o pré-requisito da liderança. O homem de ação será a ponte que faz a intermediação entre a *virtú* e a *fortuna*. A *Virtú* e a *Fortuna* são os dois pólos entre os quais se desenrolará a ação política. Partindo da concepção de que metade das ações dos homens é determinada pela *fortuna* e a outra metade pela *virtú*, Maquiavel propõe a mudança desse equilíbrio em favor da *virtú*., contra um fatalismo que se conformava com o comando do mundo pela providência divina ou pelo acaso. MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*, tradução Pietro Nasseti, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 13.

intensificação dos questionamentos sobre o problema de “como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método etc”⁴².

Ao mesmo tempo, essas mesmas inconstâncias sociais, despontando por toda a Europa, fazem surgir questionamentos e tentativas de separar os interesses do Estado dos interesses e dogmas da Igreja. Alguns homens da época, a exemplo de Nicolau Maquiavel (1469-1527), sabiam que a desintegração da Cristandade, em Igreja e Estados nacionais, afetaria a ordem temporal e espiritual do Ocidente. Esta desintegração significava a quebra do sentido do todo espiritual e implicava uma obsessão pelas jurisdições legais, pela insistência em direitos e pela procura de interesses pessoais e institucionais. Para Maquiavel, a essência de cada homem singular é o desejo, e o soberano, para governar, deve se orientar pelo desejo do povo de não ser oprimido. O desejo do povo, por sua vez, visto como uma paixão de conteúdo puramente negativo, precisa do príncipe para lhe dar um conteúdo positivo⁴³.

Ainda para o autor, o príncipe pode e deve violar a palavra dada, como também todas as regras de fé, caridade, humanidade e religião, embora louve todas em palavras. Isto porque os homens admiram a fachada da virtude e não se importam de ser iludidos pelos poderosos. Admiram o êxito e se contentam com uma boa aparência sem buscar a realidade que está por detrás: “A massa é conquistada com aparências e êxito”. Embora não esteja isento da regra da imperfeição humana, já que a condição humana não permite possuir todas as virtudes, o príncipe deve prudentemente evitar a má reputação. Contudo não se pode dar ao luxo de ter moralidade, porque “a massa das pessoas constitui a escória, ingrata, desconfiada, medrosa e ávida”. Seguem

⁴²“De modo geral, o problema do governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo – reatualizado, por exemplo, pelo retorno ao estoicismo no século XVI; problema do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problema do governo das crianças, problemática central da pedagogia, que aparece e se desenvolve no século XVI; enfim problema do governo dos Estados pelos príncipes” (FOUCAULT, 2004, p. 277-278).

⁴³MAQUIAVEL, Nicolau, *O príncipe*, tradução Pietro Nasseti, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2002.

os poderosos enquanto vêm proveito; mas revoltam-se quando as carências chegam. Como os laços de gratidão são inconstantes, posto que dependem do proveito, o príncipe só deve confiar nos laços do medo⁴⁴.

Maquiavel, imerso na conjuntura política de uma Itália dilacerada pela instabilidade, pela impotência e pela desunião, aponta para o fato de que os governantes italianos deveriam ter duas principais preocupações: “em primeiro lugar, evitar que qualquer estrangeiro invadisse a Itália com seu exército; em segundo, impedir que os governos existentes estendessem seu domínio”⁴⁵.

Mais tarde, outro italiano, Gramsci (1891-1937)⁴⁶, ao analisar a obra do seu conterrâneo, salienta o temor de invasões estrangeiras e a manutenção do equilíbrio de poder como preocupações que se sobressaem entre os objetivos de Maquiavel, destacando que sua atenção era concentrada em descobrir as indicações de como se ganha, de como se mantém e de como se perde o poder. Embora defenda a legitimação política por meio de uma obediência tranqüila e consentida, quando necessário, o governante ideal, não deve hesitar em fazer uso da força e do medo como estratégias válidas para a manutenção do equilíbrio político, devendo apenas evitar o ódio por parte dos seus súditos⁴⁷.

(...) seria desejável ser ao mesmo tempo amado e temido, mas que, como tal combinação é difícil, é muito mais seguro ser temido, se for preciso optar (MAQUIAVEL, 2002: p. 99).

⁴⁴Ver *O príncipe*, capítulo XVIII.

⁴⁵Ver *O príncipe*, capítulo XI, p. 77. Em 1494 Carlos VIII, rei de França, invade a Itália e inicia um período multissecular de ocupação estrangeira. Piero de Médici é expulso de Florença pelo regime republicano. Os invasores franceses, espanhóis e alemães reduziram à impotência a mais civilizada área européia. Para Maquiavel, a invasão não resultava de desequilíbrio econômico, revolução social ou defesa de princípios religiosos ou políticos. Era um caso puro de vitória de um poder militar superior sobre outro pior equipado.

⁴⁶Em sua análise o autor faz a distinção de três níveis em que o equilíbrio de poder era perseguido: 1) o interno, face às lutas “lutas internas da república florentina”; 2) o das “lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio no âmbito italiano”; 3) o das “lutas dos Estados italianos mais ou menos solidários por um equilíbrio europeu”. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 15.

⁴⁷Ver *O príncipe*, capítulo XVII cujo título é “A crueldade e a clemência. Se é preferível ser amado ou temido”, preferencialmente os itens II e VI.

Nesse contexto, o medo se torna um dos principais argumentos utilizados para, a partir da multiplicidade dos indivíduos e dos seus desejos, ancorar os discursos que visam tornar possível a conformação de uma vontade única, ou, como melhor define Foucault recordando o *Leviatã* de Hobbes, “um corpo único, movido por uma alma que seria a soberania”⁴⁸.

Embora tenha nascido no final do século que marcou a morte de Maquiavel, Hobbes (1588-1679) tem em comum com este não apenas o fato de ter vivido – ainda que na Inglaterra – em um período marcado por uma série de conturbações políticas entre as forças parlamentares e a monarquia absolutista, como também o interesse centrado no poder e nas questões que envolvem sua aquisição, duração e perda. Ao desenvolver um intrincado raciocínio para construir o seu modelo conceitual de Estado, em sua obra *Leviatã*, Hobbes parte da compreensão de que a situação de insegurança entre os indivíduos decorre, primeiramente, da competição pelo poder.

O medo da morte violenta, associado à idéia de homem como ser desejante de poder, – único modo de assegurar sua sobrevivência – é o que leva os seres humanos a abandonar seu “estado natural” para formar sociedades. Assim, no “estado de natureza” – situação hipotética sem regras, ordem ou justiça em que os homens viveriam se não existissem a sociedade e o Estado – os homens vivem movidos pelo instinto de conservação, condicionados por uma precariedade básica do quesito segurança, que instaura a “guerra de todos contra todos”⁴⁹.

Para Hobbes, no “estado natural”, todos os homens seriam iguais no que se refere às

⁴⁸O título escolhido por Hobbes reporta-se a um monstro marinho citado na Bíblia, sendo que no frontispício da primeira edição do livro, o *Leviatã* é representado como um gigante coroadado. O corpo da figura está formado por milhares de homenzinhos. Na mão direita ele segura uma espada (simbolizando o poder temporal) sobre um campo e uma cidade; na esquerda, ostenta uma cruz episcopal (símbolo do poder espiritual). Na introdução da obra o autor explica que “esse grande *Leviatã*, que se denomina coisa pública ou Estado não é mais do que um homem artificial, embora de estatura e força mais elevadas do que a do homem natural, para cuja proteção e defesa foi imaginado” HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, tradução Alex Marins, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2004.

⁴⁹“Torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que é que se chama guerra. Uma guerra de todos os homens contra todos os homens”. (HOBBS, 2004: p. 98).

faculdades do corpo e do espírito, ainda que apresentem diferenças de força física ou de vivacidade de espírito uns em relação aos outros. Quando postas em conjunto a diferença entre um homem e outro não é suficientemente considerável para que qualquer homem possa reivindicar para si, com alguma razão, qualquer benefício a que o outro também não possa aspirar. No que tange à diferença de força corporal, esta pode ser superada e derrotada, quer por meio de maquinações secretas, quer por meio da aliança entre os que se encontram ameaçados pelo mesmo perigo. Já no caso das forças espirituais, embora o homem seja capaz de reconhecer em outros homens maior eloquência, maior inteligência ou maior saber, dificilmente acredita que existam outros tão sábios quanto ele próprio, posto que vêem sua sabedoria bem de perto e a dos outros homens à distância.

Se dois homens desejam a mesma coisa, portanto, ao mesmo tempo em que é impossível ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. No caminho para seu fim – que é principalmente sua própria conservação e às vezes apenas seu deleite –, esforçam-se por destruir ou subjugar um ao outro (Hobbes, 2004: p. 96).

Dessa maneira, os homens se tornam iguais tanto na sua capacidade de destruir, de subjugar e de matar, quanto na capacidade de ser morto, subjogado ou destruído. A potencialidade da morte passa a fazer parte do cotidiano de cada indivíduo. Por serem iguais quanto à capacidade, derivativamente, os homens alimentam a igualdade quanto à esperança de atingirem aquilo que almejam. O direito propiciado pela igualdade natural se traduz na liberdade que cada homem possui, de usar, da maneira que lhe aprouver, seu próprio poder para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida.

Estabelecida a preservação individual humana como a prioridade básica de cada indivíduo, Hobbes descreve o homem como um ser com a compulsão que o transcende e o impele a obter sempre mais poder, incluído este na série aberta dos desejos. Ao esboçar a idéia do homem como

ser desejante, incompleto, que busca permanentemente a sua inalcançável completude por meio do deslocamento dos objetos de seus desejos, o poder como objeto de desejo do homem se torna infinitizável, possibilitando, graças à sua maximização, a preservação individual⁵⁰.

No “estado de natureza”, à medida que o homem desenvolve e aperfeiçoa novas formas de aumentar seus poderes, definidos por Hobbes como um conjunto dos meios necessários para a consecução da preservação individual, a situação de insegurança é manifestamente ampliada e as relações entre os homens se caracterizam pela hostilidade e pelo medo⁵¹.

Para Hobbes, o medo é um sentimento despertado pela possibilidade real de sermos afetados por um mal que já conhecemos em decorrência de uma experiência anteriormente vivenciada. É uma aversão por um objeto do qual se tem a expectativa de um dano e, como tal, é uma paixão peculiar do homem. O medo da morte violenta, latente no estado de natureza onde inexiste qualquer tipo de propriedade, lei ou ordem, exacerba, conduz ao máximo e generaliza o sentimento de insegurança. Cada homem se torna para o outro um concorrente, que precisa ser eliminado ou subjugado, na medida em que todos procuram satisfazer suas próprias aspirações.

Neste clima, em que impera a desconfiança de uns em relação aos outros, a maneira mais razoável de garantia é a antecipação, seja pela força ou pela astúcia. O homem deve subjugar todos os outros que puder, durante o tempo necessário para alcançar o momento em que não enxergue outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo. Considerando que é necessário para a sobrevivência individual não somente a manutenção como também a ampliação constante

⁵⁰“Algumas paixões provocam de maneira mais decisiva as diferenças de talento como, principalmente, o maior ou menor desejo de poder, de riqueza, de saber e de honra. Todas as quais podem ser reduzidas à primeira, que é o desejo de poder. Pois que a riqueza, o saber e a honra não são mais do que diferentes formas de poder” (HOBBS 2004: p. 62)

⁵¹Ver *Leviatã*, o capítulo X da primeira parte, em que o autor conceitua o poder como consistindo nos meios de que presentemente o homem dispõe, de ordem original ou instrumental, para obter qualquer visível bem futuro. Dentre outros, estão incluídos nestes meios a riqueza aliada à liberdade; amigos e servidores; a própria reputação do poder; a popularidade; o sucesso; a eloquência; a beleza; a prudência; tudo aquilo que é honroso e qualquer qualidade que torne o homem amado ou temido (HOBBS, 2004).

do poder, por meio de novas subjugações e eliminações, aqueles que se mantiverem dentro dos modestos limites anteriormente conquistados, não aumentando seu poder por meio de novas invasões e assumindo apenas uma atitude de defesa, não serão capazes de subsistir durante muito tempo.

(...) quando o invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho, mas também de sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos demais (HOBBS, 2004: p. 97).

Segundo Hobbes, o homem estava sujeito a três grandes causas de discórdias, pensadas como três características humanas dadas pela natureza, às quais associava três objetivos: a busca do lucro, a busca da segurança e a busca da reputação eram as finalidades humanas básicas às quais se associavam a competição, a desconfiança e a glória. A busca desses objetivos era responsável pela guerra e destruição, inerentes ao homem vivendo em “estado natural”, em que cada um era governado por sua própria razão, não havendo nada de que não possa lançar mão para a preservação de sua vida contra seus inimigos. Superar a todo instante o medo constante da morte e assegurar os meios presentes da preservação futura é, conforme Hobbes, o que todos os indivíduos desejam.

A felicidade é um contínuo progresso do desejo, de um objeto para outro, não sendo a obtenção do primeiro outra coisa senão o caminho para conseguir o segundo. Sendo a causa disso que o objeto do desejo do homem não é gozar apenas uma vez, e só por um momento, mas garantir para sempre os caminhos de seu desejo futuro (HOBBS, 2004: p. 78).

Por obra da natureza, o homem se encontra na condição miserável de só possuir aquilo que ele é capaz de conseguir, e apenas enquanto for capaz de conservá-lo.

Contudo, as paixões e a razão se apresentam como possibilidades para o homem de escapar do miserável estado de guerra que decorre das paixões naturais dos homens, quando não existe um poder visível para impor respeito e ligá-los, pelo medo dos castigos, tanto no que tange as convenções quanto na observação das leis da natureza. Assim, como é racional entrar em guerra para preservar-se, é igualmente racional sair do estado de guerra para preservar-se. Desse modo, a razão, embora envolvida em um aparente antagonismo, produz um conjunto de preceitos que Hobbes denomina de leis naturais, em conformidade com a sua visão de que o medo da destruição funciona como o único freio que impede os seres humanos e as sociedades de se confrontarem entre si. Nesse sentido, o medo se apresenta como motor e parâmetro principal do cálculo político, assumindo o caráter positivo de criador da ordem e propulsor da civilidade.

As paixões que levam os homens preferir a paz são: o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las por meio do trabalho. A razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a um acordo. Essas normas são aquelas a que por outro turno se chama leis da natureza (HOBBS, 2004: p. 100).

Para garantir a sobrevivência dos homens havia, para Hobbes, leis fundamentais da natureza que estabelecem o que os homens devem ou não devem fazer para obter a paz.

A primeira lei determinava que o homem buscasse a paz por todos os meios que possuísse, ainda que este meio fosse a guerra. A segunda lei o levava a abrir mão de todos os seus direitos, concordando conjuntamente e reciprocamente com todos os outros, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo. Ou seja, a segunda lei aconselha aos homens a fazerem pactos como uma condição necessária para a paz. Finalmente, a terceira lei aconselha o cumprimento dos pactos, com igual propósito que é o da paz como meio de preservação dos homens. Sem essa lei os pactos seriam

vãos e não passariam de palavras vazias que conservariam o homem na condição bélica⁵².

Existem ainda outras leis decorrentes da transferência de poder, inerente às três primeiras, – como a justiça, a gratidão, a complacência, a piedade, a submissão à arbitragem, a equidade, a modéstia, ou, em resumo, fazer aos outros aquilo que queremos que nos façam – que também eram leis naturais e que, portanto, deveriam ser respeitadas. Contudo, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, as leis naturais são contrárias às nossas paixões naturais, as quais nos leva a tender para o bem individual, o orgulho, a parcialidade, a vingança e coisas semelhantes. É necessário o medo, emanado de um poder maior, para assegurar o cumprimento dos pactos e garantir a segurança de todos.

Hobbes lança mão de um tipo especial de medo que, segundo ele, só pode existir na natureza humana em grau suficiente para levar os homens a cumprirem suas promessas, após o surgimento da sociedade civil. Este medo, em seu limite configurado como o medo de uma morte violenta, pré-racional e emocional em sua origem, mas racional em seus efeitos, deve decorrer de um poder coercitivo, o poder político de um Estado. É o poder político o maior dos poderes humanos, posto que é formado pelos poderes de vários homens unidos, por consentimento, em uma só pessoa, o Soberano, que se torna portador legal da pessoa do Estado, isto é, o portador legal do poder e dos direitos de cada um. A única maneira de constituir um poder comum capaz de defender a comunidade das ameaças externas e internas garantindo-lhes assim uma segurança suficiente, é designar um homem ou uma assembléia de homens como representantes deles próprios, concordando e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos e decisões que este representante vier a praticar, em tudo a que se refere à paz e a segurança comum. Ou seja, todos devem transferir, voluntariamente, toda a força e poder a um homem, ou a uma assembléia

⁵²HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, tradução Alex Marins, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 101.

de homens, que deterá o poder de reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. Essa transferência necessária, visto que significava segurança e garantias de sobrevivência, passou a ser considerada como a base da constituição do Estado, em latim *civitas*, que denomina a multidão assim unida em uma só pessoa.

Estado instituído é quando uma multidão de pessoas concorda e pactua que a qualquer homem ou assembléia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles – ou seja, de ser seu representante – todos, sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembléia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes dos homens. Desse Estado instituído derivam todos os direitos e faculdades daquele ou daqueles a quem o poder soberano é conferido mediante o consentimento do povo reunido (HOBBS, 2004: p. 132).

A presença do Estado é o indicativo de que há agora um grau suficiente de segurança e garantias para que o indivíduo possa viver confortavelmente. Contratos públicos e privados são pactuados e cumpridos diariamente. Embora tenha apontado formas diferenciadas de organização do Estado e, conseqüentemente, diferentes maneiras de organização do poder, Hobbes defendeu a monarquia absolutista como sendo a melhor, embora não fosse a única. Contudo essa não era, nem deveria ser, uma monarquia de direito divino. Sua posição absolutamente contrária a toda e qualquer ingerência da Igreja sobre o Estado – embora isto não o impedisse de fazer uso dos Evangelhos para defender tal forma de organização política – levou-o a apontar o medo de uma possível e desconhecida causa de dano, ou o medo dos poderes invisíveis, como sendo a semente da religião que certos homens souberam cultivar para fazer com que aqueles que neles confiavam pendessem para a obediência civil.

Ao denunciar o medo do desconhecido como sendo a semente da religião, Hobbes defende a possibilidade de destinar ao medo outros usos, retirando dele outros efeitos que não a obediência civil fundada sobre a ignorância e o medo do invisível. Ao conhecer e tornar visível as

causas próximas do medo que lhe é peculiar, o homem pode instituir uma nova forma política que é a do Estado, seja por meio do pacto, seja por via da força. Em ambos os casos, o que importa é reconhecer os poderes do Soberano como absoluto, já que, caso contrário, corre-se o risco de dissolução do Estado. Sempre que um soberano não proporciona mais proteção a seus súditos, ou que um Estado não dá segurança aos seus cidadãos, estes se sentem desobrigados de qualquer compromisso para com a autoridade⁵³.

A separação entre fê e razão permitiu a Hobbes defender um Estado laico, do mesmo modo que sua visão determinista e mecanicista de mundo lhe permitiu defender um Estado forte e absolutista. Seu pensamento é perfeitamente coerente com as questões de seu tempo, um período de mudanças que exigia um Estado centralizado capaz de criar as condições para desenvolver o modo de produção nascente, que demandava um novo modo de organização política, assim como uma nova justificativa para sua organização.

Em seus estudos sobre a arte de governar, ao se referir às obras de Maquiavel e de Hobbes, Foucault aponta para algumas questões relevantes para a compreensão dessa arte. No caso de Maquiavel, a posição do príncipe, em relação ao seu principado, era caracterizada pela fragilidade, pela singularidade e pela exterioridade, posto que o príncipe recebe o principado por herança, aquisição ou conquista, mas não faz parte dele, nem tampouco estabelece com ele qualquer ligação essencial, natural ou jurídica⁵⁴. Os laços que o unem ao principado são estabelecidos por meio da violência e da tradição e garantidos por meio de alianças com outros príncipes. Frente à exterioridade e à fragilidade destas relações, elas se encontram sob constantes ameaças; exteriormente pelos inimigos do príncipe e interiormente por não haver nenhuma razão *a priori* para que os súditos aceitem o governo do príncipe. Nesse sentido, Foucault deduz que o

⁵³Idem, 2004.

⁵⁴FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

imperativo principal do exercício deste poder será manter, reforçar e proteger este principado “entendido não como o conjunto constituído pelos súditos e o território, o principado objetivo, mas como relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos”⁵⁵.

Dessa maneira, *O príncipe*, de Maquiavel se apresenta como um tratado da habilidade do príncipe em conservar seu território, o que de modo algum se configura o mesmo que possuir a “arte de governar”, constituída e defendida por toda uma literatura de governo que surgiu no final do século XVI, dentre outras coisas, em oposição ao príncipe maquiavélico. Este, por ser único em seu principado e possuir uma singularidade transcendente, se encontra em posição radicalmente oposta àquela desenvolvida nesta literatura. A arte de governar, tal como surge nesta literatura, preocupa-se com a existência de múltiplas práticas de governo, na medida em que muitas pessoas podem governar, além de apontar para a pluralidade e a imanência de formas e práticas de governo existentes no interior do Estado e da sociedade⁵⁶.

Foucault afirma que, do modo como aparece em toda esta literatura, a arte de governar estabelece uma continuidade, ao mesmo tempo ascendente e descendente, com as várias formas de governo. Ascendente na medida em que aquele que deseja governar o Estado deve primeiro saber governar a si, a sua família, seus bens e seu patrimônio; descendente porque, quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens e seu patrimônio, e, dessa maneira, os indivíduos se comportam como devem.

A arte de governar deve responder à questão de como introduzir a economia – isto é, a

⁵⁵FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 19ª, Rio de Janeiro: Graal, 2004. pg. 279.

⁵⁶Foucault cita como exemplo dessa literatura que emerge no século XVI, entre outros, o tratado *Miroir politique contenant diverses manières de gouverner* (1567), de Guillaume de La Perrière (1567) e uma série de escritos pedagógicos do século XVII de La Mothe Le Vayer, sob os quais fundamenta suas análises e comentários. A literatura de governo que emerge nessa época aponta para práticas múltiplas de governo, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Portanto, existem muitos governos em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade (FOUCAULT, 2004: p. 280).

gestão correta dos indivíduos, dos bens e das riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado. O papel principal do governo se constitui pela introdução da economia no exercício político. Governar é, portanto, a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia. Em termos de Estado, isto representa ter em relação às riquezas, aos habitantes e aos comportamentos, individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle, tão atenta quanto a do pai de família. A arte de governar se opõe também à teoria jurídica do soberano presente em Hobbes, destacando a necessidade de se inverter o estudo do poder, colocando-o fora do *Leviatã*⁵⁷.

Se para Hobbes e os juristas o problema é saber como, a partir dos desejos e da multiplicidade dos indivíduos, é possível a configuração de uma vontade única, condensada em um corpo único cuja alma era a soberania; para Foucault, importava buscar saber como se articulam os processos contínuos e ininterruptos de sujeição dos corpos, dos gestos e dos comportamentos. Para isto é necessário o entendimento do poder como algo que circula, funciona e se exerce em rede. Enquanto a doutrina do príncipe de Maquiavel ou a teoria jurídica do soberano de Hobbes buscam desvincular o poder do príncipe das outras formas de poder, a "arte de governar" se constitui a partir de práticas múltiplas na medida em que forja uma rede complexa de poderes, onde muitos podem governar.

Nesse contexto, Foucault aponta para a passagem de uma arte de governar calcada nas virtudes (prudência, sabedoria, justiça, respeito às leis divinas e aos costumes humanos etc.) do soberano, que tem no exercício do poder sobre o território seu elemento fundamental para uma “arte de governar cuja racionalidade tem seus princípios e seu domínio de aplicação específico no

⁵⁷Foucault aponta para a elaboração de um pensamento jurídico que, desde a Idade Média, se articula em torno do poder real. É em torno do rei, dos seus direitos, do seu poder e de seus limites eventuais que se trata na organização geral do sistema jurídico ocidental. Foucault define esta teoria como “tendo o papel de fixar a legitimidade do poder; isto é, o problema maior em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o da soberania” (FOUCAULT, 2004: p. 181).

Estado”⁵⁸.

Para que esta “arte” seja realmente efetivada, de modo racional e planejado, o governo deverá considerar um novo dado como seu objeto final de governo: o surgimento da problemática da população. Segundo Foucault, a constituição de um saber de governo se encontra intrinsecamente associado à constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população, posto que este saber possibilitará não só o surgimento de uma nova ciência, a economia política, como também conformará um novo campo de intervenção, um novo objeto da técnica de governo. A aparição da população como absolutamente irreduzível à família, que assume um lugar secundário como segmento privilegiado, interno à população, é fundamental para a consolidação da arte de governar. Esta por sua vez, no primeiro momento, se ampara em uma nova racionalidade denominada por Foucault como “razão de estado”⁵⁹.

A “razão de Estado”, enfatizando como dever do Estado o autoconhecimento e a autoprojeção para ampliar seu poder, suas riquezas e sua competitividade frente aos outros estados, é a nova matriz de racionalidade por meio da qual deve ser exercido o governo. Para se adequar a esta matriz o Estado requer formas concretas de conhecimento (a exemplo do campo emergente das ciências sociais que produzem, dentre outros, conhecimentos sobre a população e a economia) e novas técnicas voltadas para promover a riqueza e a eficiência, por meio da mensuração e do cálculo das suas forças com relação às riquezas, aos meios de subsistência, ao território em suas fronteiras, aos hábitos, as formas de agir e pensar, as desgraças como a fome, a

⁵⁸FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

⁵⁹Para Foucault, “razão de estado” aparece ao longo do estado administrativo, em reação às guerras civil religiosas que surgiram na Europa nos séculos que se seguiram à Reforma. O desenvolvimento da “razão de Estado” é correlato ao desaparecimento do tema imperial, que pretendia a unificação de todas as soberanias particulares em um império. A razão de Estado é acompanhada por uma nova percepção histórica de um tempo indefinido em que os Estados têm de lutar uns contra os outros para assegurar sua própria sobrevivência. (Foucault, 1997: p. 83). Nessa visão, o Estado se governa segundo as regras racionais que lhes são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência. A arte de governar deverá encontrar os princípios de sua racionalidade naquilo que constitui a realidade específica do Estado. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 19ª, Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 286.

epidemia, as mortes, os nascimentos etc. Governar passa a ser uma gestão geral da vida dos homens, não para conduzi-la ao bem comum de submissão à soberania, mas sim a um objeto adequado a cada uma das coisas a governar. “O que implica, em primeiro lugar, uma pluralidade de fins específicos, como, por exemplo, fazer com que se produza a maior riqueza possível, que se forneça às pessoas meios de subsistência suficientes etc”⁶⁰.

Para atingi-los, não se trata mais, como no caso da soberania, de impor uma lei e uma obediência aos homens. Mas de dispor as coisas, isto é, utilizar determinadas táticas e meios para que determinados fins sejam atingidos. A lei deixa de ser um instrumento principal para também ser utilizada como tática de intensificação dos processos que dirige, como forma de procurar a perfeição. Neste caso, os instrumentos de governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas de ação: dispositivos de governo.

Esta teoria da arte de governar, que aparece ainda no século XVI, esteve intimamente ligada à forma concreta no desenvolvimento dos aparelhos de governo e a um conjunto de análises e de saberes que adquirem relevância no século XVII. O que se quer aqui destacar é a relação entre uma determinada racionalidade de gestão dos homens e das coisas com o desenvolvimento de saberes específicos relacionados às informações necessárias para governar; ou melhor, o quanto está imbricado à arte de governar na organização de informações, tornando-se mesmo um de seus principais fatores técnicos de expansão, como será descrito a seguir.

⁶⁰Idem, 2004: p. 284.

2.3 Vigilância e governo por meio da norma

No processo de estruturação dessa nova forma de governo que começa a ser pensada ainda no século XVI, Foucault argumenta que os Estados ocidentais entram no século XVIII na era da sua governamentalidade⁶¹.

Desse modo fica estabelecida a passagem de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo. As autoridades do Estado aumentam o entendimento de suas tarefas como uma maneira de governar indivíduos e populações, sociedade civil e vida econômica, visando aumentar o bem-estar, a segurança e a prosperidade, enfatizando para isso a disciplina e a regulação social. Nessa linha de pensamento, Foucault aponta para a constituição, ainda a partir do século XVII, do que ele chama de um “estado de polícia”. Este Estado cujo foco era promover a tranqüilidade pública e a segurança, garantindo a eficiência do comércio e das comunicações nas cidades, é um Estado que tem seu poder aumentado, na medida em que “cuida”, de modo minucioso e organizado, da vida de seus habitantes.

Gerir a população em profundidade, no detalhe, com a implantação de técnicas de vigilância no quadro do aparelho de Estado, eis a matriz da razão política moderna que se prolonga até os dias atuais, onde as informações continuam com sua função de instrumentos para um "rastreamento" cada vez mais ampliado do indivíduo e da população.

⁶¹O conceito, sob a ótica foucaultiana, corresponderia ao desencadear de toda uma arte caracterizada pela heterogeneidade de autoridades e agências, empregando igualmente uma desmesurada variedade de técnicas e formas de conhecimento científico destinadas a avaliar e a melhorar a riqueza, a saúde, a educação, os costumes e os hábitos da população. “Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade” (FOUCAULT, 2004: p. 292)

É por meio do desenvolvimento da estatística, como ciência do governo, ciência da enumeração das coisas relativas ao Estado, e da economia, ciência da produção das riquezas, que se tornou possível isolar os problemas específicos da população. Por meio destas ciências torna-se perceptível que os deslocamentos da população produz efeitos econômicos específicos, assim como a revelação gradativa de suas características e regularidades próprias (número de mortos, de doentes, de acidentes etc.) que subsidiarão ações políticas de governo. A “emergência do problema da população mostra que a ciência do governo, a centralização da economia em outra coisa que não a família, e o problema da população estão ligados”⁶².

A família, no século XVIII, aparece como instrumento privilegiado para o governo da população. Esta dimensão instrumental da família em relação à população fica evidente nas campanhas de vacinação, nas campanhas contra a mortalidade, nas campanhas relativas ao casamento, e outras, posto que, quando o governo quer obter algo da população, seja em relação aos comportamentos, à demografia ou ao consumo, é através família que se deverá passar.

A população se configura como sujeito de necessidade, de aspirações, mas também como objetos nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população (FOUCAULT, 2004: p. 289).

A população aparece, então, como o objetivo final de governo, como o alvo das políticas governamentais. Para isso, o governo lança mão de campanhas, através das quais age diretamente sobre a população, e de técnicas que agem indiretamente, sem que as pessoas se apercebam que estão sendo alvo de ações governamentais, como o incentivo de atividades econômicas em

⁶²FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 19ª, Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 288-289.

determinadas regiões, as campanhas de incremento para o aumento da taxa de natalidade e fluxos migratórios fomentados, entre outros. Para o exercício da vigilância e do controle sobre a população é condição primordial a ampliação e melhoria das informações. É necessário “saber das coisas” mais e melhor, expandindo, continuamente, o “olhar do governo” sobre a população. A questão passa a ser a gestão da vida e dos homens, assim como suas relações com as coisas, por meio de medidas tão exatas quanto possível, em vista de um poder vigilante complexo e multifacetado. Para que isso ocorra é fundamental conhecer e controlar as necessidades, os movimentos da população e todas as variáveis que a afetam, tomando-a como conjunto quantificável, massa viva suscetível a desvios e crises, fonte de riqueza, força de trabalho, reserva de guerra.

Frente à necessidade de gerir a população em seus mínimos detalhes, ressurge o sonho de uma sociedade completamente transparente, visível e legível em cada uma de suas partes, por meio da eliminação de todas as “zonas de obscuridade”. Some-se a isso o medo do espaço escuro, que assombrou a segunda metade do século XVIII, “o anteparo da escuridão que impede a total visibilidade das coisas, das pessoas, das verdades”⁶³.

Estes espaços escuros são o oposto das transparências e das visibilidades que se quer estabelecer para viabilizar o exercício do poder. Um poder cujo funcionamento se ampara no simples fato de que todas as coisas serão sabidas e todas as pessoas serão vistas por um olhar imediato, coletivo e anônimo, não pode tolerar regiões de escuridão.

Nesse sentido, o panóptico de Bentham despertou interesse, na medida em que fornecia a fórmula perfeita, aplicável a variados domínios, de um poder e de uma dominação que podem ser exercidos pela transparência e pela iluminação. As técnicas de poder, no interior do panóptico, tratam da importância, essencial, de três questões: a questão do olhar que vigia, e que cada um, ao

⁶³Idem, 2004, p. 216.

sentir seu peso sobre si, acabará por interiorizar; a questão das reduções dos custos, já que o olhar vai exigir poucas despesas e produzir maiores resultados, principalmente quando comparado com o poder pelas armas, pela violência física e pela coação material, muito oneroso e com poucos resultados; e finalmente da dissuasão que, segundo Foucault, se encontra bastante enfatizada na proposta de Bentham⁶⁴:

É preciso, diz Bentham, estar incessantemente sob o olhar de um inspetor; isto na verdade significa perder a capacidade de fazer o mal e quase perder o pensamento de querê-lo; nós estamos no âmago das preocupações da Revolução; impedir as pessoas de fazerem o mal tirar-lhes o desejo de cometê-lo; tudo poderia ser assim resumido: o não poder e o não querer (BENTHAM *apud* FOUCAULT, 2004: p. 217).

Estas questões, assim como a própria concepção e as técnicas envolvidas no panóptico, refletem os valores do iluminismo europeu, ao prometer beneficiar a sociedade provendo-a de uma efetiva e eficiente tecnologia de vigilância e disciplina.

Diante da necessidade de fixar a crescente população flutuante da Europa do século XVIII, e com o desenvolvimento do aparelho de produção, cuja rentabilidade e eficiência urgia fazer crescer, o modelo disciplinar com seu processo de antinomadismo e seu conjunto de procedimentos, instrumentos e técnicas elementares do poder, estrutura-se para atender as necessidades deste momento histórico. Frente ao novo modelo econômico burguês regido pelo princípio de “suavidade-produção-lucro”, surge a necessidade de técnicas que diminuam os

⁶⁴O panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2002: p. 165 -166).

inconvenientes do poder e que permitam o máximo ajuste da multiplicidade dos homens e dos aparelhos de produção, considerando aqui não apenas a produção econômica propriamente dita, mas também a produção de saber na escola, de saúde nos hospitais e de potencial destrutivo no exército. Desse modo, o século das “luzes que descobriram as liberdades, inventaram também as disciplinas”⁶⁵.

Outra mudança significativa é que, com o declínio da Igreja e a deslegitimação do poder da esfera eclesiástica para a legitimação do poder na esfera civil e laica, a sociedade européia dos séculos XVIII e XIX não mais compartilhava do medo tal como ele foi apresentado nos séculos anteriores ao Iluminismo. O medo da cólera divina, do diabo em si, e o temor do Juízo Final, entraram em declínio, passando a ser tratados, pelo espírito iluminista, como superstições fundamentadas no senso comum. Nesse sentido, o medo ontológico do desconhecido e das forças ocultas naturais, interpretado e manipulado pelo discurso religioso na Idade Média, ao ser racionalizado, torna-se um dos motores de propulsão do projeto moderno⁶⁶.

Afastada as questões primárias da luta pela sobrevivência e da preservação da espécie, em que o medo é substituído pela noção de segurança, colocada, entre outros, por Hobbes, modificam-se as ambições da vida humana. Inseridas em um contexto em que se verifica a constituição de uma sociedade e de um Estado, compondo um ambiente supostamente seguro, as ambições passam a ser expressas em termos de liberdade de opção e mobilidade de ação. Liberdade para escolher lugares, práticas, crenças, bens e valores que proporcionem prazer e satisfaçam necessidades; mobilidade para fazer, explorar, conquistar, desfrutar e mover-se caso ficar não mais atenda a estas necessidades.

⁶⁵FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, 25^a, Petrópolis: Vozes, 2002.

⁶⁶O medo ontológico perante o desconhecido remete à condição trágica do homem em sua busca por saber qual é a medida do homem, se o homem encontra a sua medida em sua particularidade ou se ela reside em algo que o transcende; a figura simbólica do herói trágico, movido por duas forças antitéticas, é marcada pelo conflito entre vontade (ethos) e destino (moira), entre consciência e querer, entre vida e morte, o herói busca a verdade, substituindo e ultrapassando barreiras até o mais profundo e doloroso dos naufrágios interiores, o que conduz o pensamento para os limites entre a vontade de poder e a inevitável aniquilação do humano. BORNHEIM, Gerd. "Breves observações sobre o sentido e a evolução do trágico" in: *O sentido e a máscara*, São Paulo, 1975.

No entanto, conforme a época e a organização social que o homem habita, na qual se insere e da qual participa, estas ambições assumem sustentações, limitações, objetivos e manifestações diferenciadas. Na época que se convencionou chamar de pré-modernidade – a rígida e hierárquica sociedade feudal – a liberdade e a mobilidade do indivíduo eram delimitadas pelos seus apoios estáveis na tradição e nas estruturas que, por serem “divinamente estabelecidas”, não estavam sujeitas a mudanças fundamentais. Na “grande cadeia do ser” – ordem secular e divina das coisas – o lugar, a classificação e a posição de uma pessoa predominavam sobre qualquer sentimento ou noção de individualidade. Não existia a concepção de sujeito individual, soberano, dono de uma identidade indivisível, singular e única. O “indivíduo soberano”, segundo Hall, nasce entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, em meio a movimentos significativos ocorridos no pensamento e na cultura ocidental ⁶⁷.

A Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram diretamente aos olhos de Deus; o Humanismo Renascentista, que colocou o Homem (sic) no centro do universo; as revoluções científicas que conferiram ao Homem a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da Natureza; e o Iluminismo, centrado na imagem do Homem racional, científico, libertado do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada (HALL, 2002: p. 26).

Estes movimentos representaram uma importante ruptura com o passado, e, vistos em conjunto, podem ser apontados como os alicerces que serviram de base para a construção do sistema social conhecido como modernidade. Ao mesmo tempo, isso significava o desmantelamento de toda a ordem tradicional herdada e recebida, para dar lugar a uma nova ordem, consciente e intencional, concebida como um trabalho de purificação, cujo objetivo era “limpar”, em lugar de conservar intacta a maneira como as coisas existiam até então. Para a instauração do padrão moderno de constituição de uma nova ordem, urgia desacreditar, repudiar e erradicar os modelos vigentes, assentados nos dogmas, na tradição, nos valores instituídos pelas

⁶⁷HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 7ª, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

crenças e pelos costumes, deixando o homem supostamente livre para escolher que tipo de vida deseja viver, desde que esta escolha seja acordada com as normas legais reconhecidas pelos poderes do Estado⁶⁸.

Dessa maneira, a ordem social como projeto vinculava-se de forma irrevogável ao projeto da vida individual, sendo esta última irrealizável sem a primeira. O projeto coletivo voltado para a construção de um cenário de confiança, duradouro, estável e previsível, era imprescindível para os atos e escolhas individuais, além de ser a base para a construção de uma identidade clara e duradoura. Este novo homem racional, decidido a viver a vida em prol da construção dessa identidade, tem por obrigação o rompimento com as formas de organização social e política fundadas na crença, na tradição e no domínio dos costumes.

A modernidade viveu num estado de permanente guerra à tradição, legitimada pelo anseio de coletivizar o destino humano num plano mais alto e novo, que substituísse a velha ordem remanescente, já esfalfada, por uma nova e melhor. Ela devia, portanto, purificar-se daqueles que ameaçavam voltar sua intrínseca irreverência contra os seus próprios princípios (BAUMAN, 1999b: p. 26).

Embora conceituar modernidade seja uma tarefa complexa, posto que, como ensina Latour “a modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas”⁶⁹, observado em sua superfície, o projeto da modernidade anunciava-se como uma utopia positiva que preconizava a emancipação dos homens por meio do triunfo da razão. Da teologia como centro se passou à racionalidade da ciência, à possibilidade de controle da natureza. A anunciada morte de Deus, feita por Nietzsche⁷⁰, pode ser vista como decorrente da edificação do império da racionalidade. Ao substituir Deus pela ciência, relegando as crenças religiosas à vida privada, as explicações para os fenômenos abandonam o sobrenatural para se pautarem na metodologia científica, nos caminhos previamente traçados pela ciência para a descoberta da verdade.

⁶⁸BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

⁶⁹LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*; tradução Carlos Irineu da Costa, Rio de Janeiro: 34, 1994, 152 p.

⁷⁰NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2003.

Segundo Bauman, as utopias modernas, apesar de diferirem em muitos de seus detalhes prescritivos, acordavam que, paradoxalmente, o “mundo perfeito” deveria ser aquele que abolisse o movimento, permanecendo idêntico a si mesmo. Nesse mundo, o conhecimento produzido permaneceria eternamente válido e as habilidades adquiridas ao longo da vida seriam úteis para todo o sempre. Além disso, seria um mundo transparente onde não haveria zonas impenetráveis ou obscuras que obstruíssem o caminho do olhar. Este seria um mundo harmônico, sem probabilidades de acontecimentos ao acaso, posto que as probabilidades estariam sujeitas e arrumadas dentro de uma estrita hierarquia classificatória dos acontecimentos que os distribuiria entre os altamente prováveis, os menos prováveis e os virtualmente impossíveis. Só com base na ordenação e na hierarquização os homens poderiam selecionar suas ações, confiando que os resultados pretendidos seriam de fato atingidos⁷¹.

Foucault, ao estudar a sociedade disciplinar moderna constatou que sua singularidade residia na existência do desvio diante da norma. Desse modo o sofrimento humano associa-se ao desvio e a culpa. O sujeito sofre porque deseja aquilo que não deve desejar. Diante disso, todo indivíduo procura ser e agir segundo o ideal de normalidade, evitando com isso receber rótulos negativos que os coloquem à margem da sociedade. Ao introjetar a distinção entre “normalidade” e “desvio” os sujeitos modernos rejeitam o desvio e se filiam a um corpo social aparentemente homogêneo, mas que guarda em seu interior um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares⁷².

Para Foucault, na sociedade da norma, a negatividade que ameaçava a ordem social existia, antes de tudo, no interior do próprio sujeito. Era sua “parte anormal” (visto como seu lado negro) que precisava ser normalizada e, em alguns casos, “curada” para que prevalecesse seu lado são. A norma agia sobre o desejo do indivíduo que, ao “tomar consciência” da anormalidade

⁷¹BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.

⁷²FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, 25ª, Petrópolis: Vozes, 2002.

passa a desejar não aquilo que realmente deseja, mas aquilo que, conforme o conceito de normalidade, deve desejar. São os aparatos discursivos e institucionais que definem e separam os considerados como “normais”, daqueles rotulados como “anormais”, construindo desse modo às identidades. Ao construir a “anormalidade” constrói-se a normalidade como desejo do indivíduo. O medo de ser anormal conduz o homem a questionar a normalidade dos seus desejos e daquilo que lhe dá prazer. Sendo e fazendo o que deve, o sujeito disciplinado nega seus desejos no presente, com vistas à construção de um futuro libertador e auspicioso. A felicidade não está no presente. Ela se encontra no futuro e sua realização exige que o sujeito priorize a razão, em detrimento das origens e das tradições, negando seus instintos e seus desejos, sustentando-se na certeza de que este sofrimento é necessário para a construção da sua emancipação futura⁷³.

A sociedade moderna torna bem clara a divisão entre o bem e o mal, e a rigor, todo o bem deve prosperar. O mal deve ser eliminado; busca-se a pureza; os médicos vestem branco. Bactérias e vírus deverão ser eliminados. Os loucos, doentes e criminosos deverão ser encarcerados e fisicamente segregados da considerada população “normal”. Cada coisa deve ocupar um lugar único e certo, o seu *justo* lugar e nenhum outro, eliminando desse modo a existência de “agentes poluidores”, entendidos como coisas “fora do lugar”. Para Bauman a aventura moderna surge como a primeira sociedade que concebe a si mesma como uma atividade cultural e civilizatória, imbuída do compromisso de impor, a uma humanidade vista como naturalmente caótica e desordenada, os ideais de “beleza, limpeza e ordem”. “O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada”⁷⁴.

A identidade deixa de ser uma atribuição humana e passa a ser uma realização de responsabilidade individual, fortemente vinculada à norma e à ordem social. Ao propor o

⁷³Idem, 2002.

⁷⁴BAUMAN, *op. cit.*, 1999b: p. 30.

abandono da tradição, pensada de forma mítica, paradigmática, modelar e absoluta, o projeto moderno racionaliza o medo, fazendo com que as causas do medo que vinham, sobretudo, da natureza se desloquem para o próprio homem como principal fonte de ameaça para a humanidade.

Por estar voltada para a construção da identidade e da ordem, a sociedade moderna apresenta outros tipos de incertezas e medos, dentre os quais se destaca o medo do diferente, do anormal, do estranho como síntese da desordem que deveria ser banida, confinada e exilada. É o poder normalizador que não somente cria e define o conceito de anormalidade, como tanto mais se torna eficaz quanto maior for o número dos considerados socialmente como “anormais”, posto que isso valoriza a escolha individual e consciente pela normalidade; desse modo, a definição daquilo que seria um comportamento “desviante”, não apenas é construída como atende aos objetivos do poder normalizador, possibilitando a instauração de vínculos circulares de poder.

No centro desse processo se encontra o exame, combinando em seu interior as técnicas da hierarquia e da sanção, que coloca o indivíduo, ao mesmo tempo, em um campo de vigilância e em uma rede de anotações escritas. Da junção de tudo que é visto, dito e registrado sobre o indivíduo constrói-se o saber que faz de cada indivíduo um “caso” que, “ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder”, um tipo de poder que só se viabiliza graças à formação de um saber, que é para ele tanto um efeito quanto uma condição para o seu exercício⁷⁵.

Conhecer e compreender as análises propostas por Foucault (sinteticamente expostas acima), bem como os movimentos que articulam o medo e a vigilância, inseridos naquilo que este denomina de governamentalidade, se configura, no entendimento deste trabalho, como uma etapa

⁷⁵FOUCAULT, Michel. *op.cit.*, 2002: p. 159.

de grande relevância para se pensar a constituição de uma “rede de informações para o controle” no âmbito do Estado contemporâneo.

Foi pretensão deste capítulo destacar o processo de racionalização do medo, o surgimento da vigilância disciplinar, o movimento de constituição de saberes, suas relações com o poder e a maneira de organizar informações enquanto instrumento dos dispositivos de governo.

Nesse sentido, a informação vai assumindo uma importância estratégica, como instrumento técnico de governo, e, gradativamente vai ampliando seu significado para, na contemporaneidade, (através da aceleração no desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação) passar a ser não apenas instrumento como também espaço, recurso, mercadoria e capital fundamental de políticas de governo. Sob a égide da sociedade do risco, a informação é fator essencial para fazer funcionar as práticas de governamentalidade contemporânea. É sobre este novo cenário que esta pesquisa pretende se debruçar no capítulo seguinte.

Capítulo 03 – O risco como prática de governo

Este capítulo demonstrará algumas articulações existentes entre o conceito de risco e as novas práticas contemporâneas de governo. Frente à imposição da nova realidade sócio-político-econômica que o capitalismo avançado, a globalização e os novos dispositivos tecnológicos de comunicação e de informação determinaram, as imbricações existentes entre medo, risco e controle, no processo de governamentalidade, ganham novos contornos na contemporaneidade.

Se na sociedade disciplinar a norma, como um misto de verdade e lei, constrói a negatividade ética, aquilo que ninguém quer ser, e produz a subjetividade gerando o desejo da normalidade, na sociedade do risco os discursos de respeito à “liberdade de escolha” e ao “estilo de vida”, transferem para o indivíduo a responsabilidade pelas conseqüências dos seus atos.

O controle agora é exercido por meio da prevenção e da moderação, com base nas informações trazidas pelos meios de comunicação. Não se trata mais de vigiar, disciplinar ou curar os “anormais”; trata-se principalmente de informar, advertir e aconselhar os indivíduos sobre as conseqüências e os riscos que são inerentes às suas práticas, aos seus desejos e às suas escolhas.

Nesse cenário, as novas tecnologias – que possibilitam a produção, a coleta, a armazenagem e o cruzamento das informações em tempo ínfimo – e as mídias, principais divulgadoras dos dados estatísticos e das opiniões dos peritos, assumem importância central como disseminadoras de notícias relacionadas a situações de risco. Estas por sua vez, incentivam discursos de prevenção e instauram a estética do medo, gerando um clima de total insegurança que conduz a população não somente a aceitar como também a requisitar, participar e legitimar práticas, por vezes abusivas, de monitoração e de controle. Neste cenário de insegurança e incerteza, a segurança se constitui em uma das principais reivindicações políticas da sociedade.

3.1 Governo e controle: quando o risco substitui a norma

Na luta pela realização do projeto moderno, a idéia de ordem equivalia à existência de um Estado como agente ordenador, com direitos legítimos e recursos suficientes para instituir e assegurar a manutenção desta ordem. Somente o Estado, separado da coletividade como uma entidade hierárquica, reunia as condições necessárias para condensar e distribuir o poder social, administrar a ordem estabelecida e garantir o governo da população. Esse governo era invariavelmente exercido por meio da imposição de regras e normas que ocupavam o lugar da espontaneidade e do acaso, e que ditavam o rumo dos negócios dentro de um determinado território, transformando o imprevisível em regularidade, a contingência em determinação, o caos em ordem.

Como aponta Bauman, a soberania legislativa e executiva do Estado moderno apoiava-se no “tripé” das soberanias militar, econômica e cultural, uma vez que para a eficiência e a manutenção da soberania estatal era imprescindível defender eficazmente o território contra os desafios de outros modelos (internos e/ou externos) de ordem, assim como fazer o balanço da economia nacional e reunir recursos culturais suficientes para manter a identidade e a distinção do Estado, por meio da personalidade distinta dos seus súditos⁷⁶.

Ocorria que poucos Estados eram grande o bastante, e com força suficiente nos três pés do seu tripé, para realizar, na íntegra, tal empreendimento. Sob a égide desse projeto de Estados soberanos, dois blocos de poder dividiram o mundo por quase meio século. Cada bloco procurou se fortalecer, agregando em torno de si Estados menores que, por não apresentarem essa força militar, econômica e cultural, eram dotados de uma “pseudo-soberania”. Essa condição de debilidade criava uma dependência que impedia esses estados de optarem pelo isolamento, ou

⁷⁶BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999a, p. 69.

mesmo arriscar fazer frente (pelo menos publicamente) as duas superpotências. Aqueles Estados que insistiam em se manter apegados à obsolescência da soberania suprema e que se recusavam ao não-alinhamento, com um ou outro dos dois superblocos, eram tidos como “terra de ninguém” e combatidos de forma dissimulada ou abertamente, por ambos os blocos⁷⁷.

Nesse cenário, o equilíbrio mundial mantido pelas duas superpotências revelava a todo instante sua precariedade e a necessidade de uma preservação meticulosa. Por um lado, a manutenção desse equilíbrio produzia uma imagem de totalidade, ao concentrar os olhares na superfície, onde apareciam as divergências mais profundas, essenciais de serem contornadas para o bom funcionamento do mecanismo de ordenação. Por outro, mascarava a natureza essencialmente frágil e instável desta totalidade, ao desviar o foco dos conflitos, mantendo no fundo as forças dispersas e díspares, que faziam algum tipo de oposição aos blocos dominantes.

Com o fim do bloco comunista e com a posterior desagregação dos dois blocos, aquilo que se encontrava no fundo do poço social veio à tona, ampliando gradativamente a sensação de que não havia mais ninguém no controle. Ocorre, nesse processo, o que Bauman denomina de definhamento das nações-Estado, sendo estas obrigadas a buscarem novas alianças e a abrir mão de um pedaço cada vez maior de sua soberania, culminando em uma nova desordem mundial, (Jowitt *apud* Bauman, 1999a: p. 65) disfarçada sob a alcunha de globalização⁷⁸.

graças à nova “porosidade” de todas as economias supostamente “nacionais”, e à condição efêmera, ilusória e extraterritorial do espaço em que operam, os mercados financeiros globais impõem suas leis e preceitos ao planeta. A “globalização” nada mais é que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspectos da vida (BAUMAN, 1999a: p. 73).

⁷⁷Segundo definição do autor, “territórios adequados a serem definidos e/ou tratados como desprovidos de habitações humanas tanto quanto de uma administração soberana – e assim abertos a (e conclamado por) colonização e povoamento” BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*, tradução Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 11.

⁷⁸Apesar de deixar claro que retira esta concepção do título do livro de Kenneth Jowitt – *A nova desordem mundial*, Bauman não fornece muitos dados sobre a obra citada (BAUMAN, *op. cit.* 1999a, p. 73).

A perspectiva de auto-suficiência dos Estados, sustentada pela crença no tripé da soberania militar, econômica e cultural, revelou-se uma falácia, principalmente na área econômica, a mais afetada pelo desmoronamento deste tripé.

Com as possibilidades abertas pelas novas tecnologias associadas ao processo de globalização, os mercados financeiros passam a operar extraterritorialmente e na velocidade do sinal eletrônico, desvinculando-se de qualquer Estado e aniquilando as antigas restrições espaciais e temporais. O livre mercado e a livre circulação do capital abre uma cratera entre a economia e o Estado, situando a primeira cada vez mais distante e isenta do controle político exercido pelo segundo.

Para Bauman existe uma afinidade necessária entre a extraterritorialidade do capital e a existência de Estados nominalmente soberanos, mas fracos e impotentes frente ao mercado econômico global. Por perseguir seus objetivos com irrestrita liberdade e total mobilidade, as finanças, assim como o comércio e a indústria de informações globais, dependem da fragmentação política do cenário mundial e da eliminação de tudo o que possa limitar ou restringir o livre movimento de capitais e a liberdade de mercado. Nesse sentido, os bancos mundiais e os fundos monetários internacionais colocam como condição preliminar para fornecer assistência aos Estados que estes se ocupem apenas em garantir, dentro de suas localidades, o nível de ordem interna necessária para a realização de negócios, sem impor qualquer tipo de freio ou limite à liberdade das empresas globais⁷⁹.

As duas últimas décadas do século XX foram profundamente marcadas por transformações e reestruturações econômicas, sociais e políticas para atender a esta nova ordem. Inicia-se uma espécie de destruição ou desmanche do modelo de Estado de bem-estar social, por meio das chamadas políticas neoliberais, que colocam em prática uma série de medidas que

⁷⁹ Idem, 1999a, p. 76.

visam à redução das despesas governamentais, com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas por organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.

Sob essa nova concepção, os movimentos sociais tinham de ser contidos; o Estado precisava ser mais enxuto e o clima deveria ser favorável para o processo de competitividade do mercado internacional. Contudo, o processo de aceleração da acumulação flexível gerou também instabilidade financeira nos mercados, além de um crescente endividamento interno e externo, obrigando os Estados inseridos nesse modelo a criarem condições favoráveis para atrair o capital financeiro e conter a fuga para outros mercados.

Em contrapartida, as políticas neoliberais aumentaram a taxa de desemprego e diminuíram o crescimento econômico. A dívida (interna e externa) cresceu e o sistema de redistribuição de renda, que sempre foi injusto, mostrou sua face mais cruel ao privilegiar, cada vez mais, os já privilegiados. Esse cenário incrementa e torna crível para a população os discursos da ineficiência e da má administração da máquina pública, incentivando a idéia de que importantes atividades desenvolvidas pelo Estado devem ser, segundo essa lógica, entregues ao mercado, pois este lhe dará maior eficiência e competitividade, possibilitando alocação de recursos excedentes para o sistema privado, sob a justificativa da falência do Estado em setores estratégicos. Assim, o Estado de bem-estar já enfraquecido agoniza, pronto para receber a extrema-unção, e algumas de suas responsabilidades sociais, como educação, saúde e segurança, são assumidas, em grande parte, pela iniciativa privada.

Em um mundo globalizado, em que a política perde grande parte do seu poder para o mercado, a liberdade e a segurança individual, até então considerada como um produto do trabalho coletivo, são cada vez mais privatizadas. As utopias modernas de construção coletiva de uma sociedade boa, justa e igualitária são substituídas pela busca incessante da satisfação pessoal

e pela privatização dos meios de garantir e assegurar a liberdade individual. Se antes a liberdade individual era sacrificada, e os instintos eram reprimidos em prol do bem coletivo que se realizaria no futuro, hoje, com o fim das utopias e com a perda da segurança prometida, as regras são ditadas pelo desejo de se garantir contra os riscos envolvidos em todas as escolhas e de se livrar, por meio da prevenção, da responsabilidade pelos resultados.

Enquanto na sociedade moderna o indivíduo buscava a normalidade por meio da contenção dos desejos individuais, acreditando no futuro como o lugar da realização coletiva; na atualidade os desejos são estimulados e incentivados pela cultura hedonista do consumo e o futuro é colonizado pelos cálculos dos riscos que decorrem das escolhas efetuadas no presente.

É esse espaço, deixado vago pela crise da norma, base estrutural do Estado moderno, que passa a ser ocupado pela construção da noção de risco que, por sua vez, institui o governo da população por meio da prevenção e do controle.

Como aponta Bauman, o homem contemporâneo é cobrado em moedas de ansiedade pela diluição das certezas e das garantias de segurança, e pela desintegração da crença de que, com o conhecimento pleno, haveria cada vez menos sofrimento no futuro. O indivíduo experimenta uma ansiedade difusa que, embora fabricada, posto que somos nós que a criamos, resulta em um medo facilmente atribuído a causas erradas, que por sua vez conduz a ações que nada têm a ver com a verdadeira causa, propiciando assim a construção e a nomeação de supostos (plausíveis) culpados contra os quais desfechar uma clara ação defensiva⁸⁰.

Com a indefinição dos valores e a imprecisão dos pontos de orientação para conduzir a vida humana, a noção de perigo, que por muito tempo serviu para denotar os nossos medos e

⁸⁰BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

apreensões, vai sendo substituída pela noção de risco.

Estas noções diferem entre si na medida em que os perigos são localizáveis, com maior ou menor exatidão, permitindo a tomada de medidas para evitá-los ou pelo menos resistir a eles. Além disso, os perigos vão e vêm, são acidentais, independem do que fazemos, provêm de fora e não têm nada a ver com o que perseguimos. Já os riscos são aspectos inerentes a nossas ações, estão presentes em tudo que fazemos e decorrem de nossos atos. Mesmo quando suas proporções são reduzidas, jamais são inteiramente eliminados.

De uma situação alternativa (“ou...ou”) passamos a um quadro aditivo (“e...e”) ou adversativo (“sim, mas”), um quadro de troca permanente, em que os ganhos só acontecem acompanhados de perdas, na qual temos que escolher não entre soluções boas ou más, mas entre males maiores ou menores (BAUMAN, 2000: p. 150).

Para Ulrich Beck, os fatores de concentração desmedida de renda e domínio de mercados, a volatilidade e efemeridade do emprego, dos bens, das mercadorias e dos serviços, a contaminação e a desordem, decorrentes da utilização perniciosa de tecnologia, desde a transformação genética abusiva até a disseminação de agentes químicos no fabrico e cultivo de alimentos, engendram um novo tipo de estrutura político-social denominado de sociedade de risco⁸¹.

Sob esse conceito, Beck enxerga uma sociedade globalizada de risco, tanto no que se refere ao contexto do capitalismo avançado – em que ele aponta os riscos de acidentes tecnológicos de caráter coletivo, como resultantes do processo de modernização deste modelo socioeconômico – como no que se refere aos riscos trazidos pelo aumento da pobreza, dos subempregos, da fome, da escassez e dos bolsões de miséria que se formam nos quatro cantos do mundo industrializado. Para este autor, em termos de uma teoria social e de um diagnóstico

⁸¹BECK, Ulrich, *Risk Society: towards a new modernity*. London, SAGE Publications, 1992.

cultural, este conceito designaria “um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial”⁸².

Nesse sentido, o medo difundido sob a certificação das ameaças globais (poluição, efeito estufa, extinção, degradação, subida da água dos oceanos etc) seria, para Beck, um medo com o potencial de fazer pender a balança da vida política em qualquer direção. Nesse sentido, o empreendimento do risco não se constitui como uma escolha da aventura ou do erro da pessoa temerária, mas sim o nosso destino comum, ou seja, a própria condição da vida humana.

O novo modelo que se inaugura é caracterizado como um processo que tem como causa e consequência um novo tipo de capitalismo e um novo estilo de vida nos quais são postas em questão, tornando-se objeto de reflexão, as noções fundamentais, as insuficiências e as antinomias da primeira modernidade. Como resultado dessa reflexão revelam-se os problemas, os processos e os desafios que devem ser enfrentados pelas atuais políticas governamentais, em que os riscos contemporâneos explicitam os limites e as consequências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento, a "reflexividade"⁸³.

O conceito de risco passa a ocupar um papel estratégico no entendimento das características, dos limites e das transformações do projeto histórico da modernidade e para reorientar estilos de vida coletivos e individuais. Sob essa visão, não somente a questão da autolimitação do desenvolvimento como também a tarefa de redeterminar os padrões de responsabilidade, segurança, controle e limitação do dano, são questões que exigem ser

⁸²GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*; 2ª, São Paulo: Unesp, 1997, p. 17.

⁸³O conceito de “reflexividade” é utilizado por Anthony Giddens em seus livros, para definir uma forma de controle ou domínio que apesar de estar sintonizado com a orientação global das modernas instituições, ao mesmo tempo promove tendências que questionam radicalmente esta orientação, criando possibilidade de uma nova agenda política para a modernidade tardia. Aqui, Beck utiliza esse conceito, relacionando-o ao contexto das crises ecológicas que podem e devem ser questionadas na modernidade reflexiva. A sociedade, produtora de riscos, torna-se crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria (BECK, 1997).

problematizadas. Para a administração da realidade invencível do risco, é necessária a cooperação de diversos setores da vida social. Há que se determinar quais as atividades que, mesmo portando riscos, podem ser admitidas, assim como aquelas que devem ser proibidas pela sociedade. Urge definir não somente o grau de tolerabilidade dos riscos, como também quais são os riscos e por quem estes devem ser suportados.

Uma dificuldade apontada pelo autor para a realização dessa tarefa reside no fato de que, diferentemente do perigo – que para o autor consiste em circunstâncias fáticas que sempre ameaçaram a sociedade – a definição de risco remete a algo artificial, criado pelo homem. O risco é sempre uma construção social e cognitiva; as conseqüências do dano, assim como as ameaças potenciais não podem ser medidas cientificamente, posto que as sociedades modernas são confrontadas com as bases e os limites do seu próprio modelo. Os riscos se reproduzem infinitamente, juntamente com as diferentes decisões e pontos de vistas com que cada um pode e deve avaliar as decisões no interior de uma sociedade pluralista. Nesse sentido, em questões de risco, ninguém, e ao mesmo tempo todo mundo é especialista, desde que tornem possível e produzam a aceitação cultural de um risco pertinente aos modos de vida de uma determinada cultura⁸⁴.

Assim, a força da retórica do risco não reside no risco em si, mas na sua percepção. Aquilo que tememos que seja real, termina por ser real nas conseqüências que cria; o medo, sob certos aspectos, cria a sua própria realidade e desencadeia a necessidade de segurança que, na maior parte dos casos, suprime a liberdade. O maior perigo, nesse sentido, não é o risco, mas a percepção do risco quando esta libera fantasias de perigo e antídotos para elas que roubam da sociedade a liberdade de ação e de mobilidade.

⁸⁴Idem, 1997.

Também o sociólogo Anthony Giddens articula o conceito de risco como diretamente relacionado ao conceito de modernidade reflexiva⁸⁵. Segundo este autor, a noção de risco torna-se central em uma sociedade que está abandonando o passado e que se abre para um futuro problemático. Viver na contemporaneidade, definida por Giddens como “alta modernidade”, é habitar um ambiente de oportunidade e risco, em que o universo dos eventos futuros está aberto para ser moldado pela intervenção do homem, dentro de limites estabelecidos pela aferição dos riscos. Esse novo fenômeno, denominado pelo autor como “colonização do futuro”, expressa a capacidade dos homens de dar forma aos ambientes físicos da sua existência.

Giddens chama a atenção para a existência de ambientes nos quais os riscos são institucionalizados, (como no caso culturalmente generalizado do jogo, da bolsa de valores e dos mercados competitivos). Nesses ambientes os riscos seriam intrínsecos e ativamente utilizados para criar um futuro, que é então colonizado. Como exemplo, Giddens cita os mercados de futuro, que “hipotecam o futuro de maneira direta, assegurando uma base adiante no tempo que oferece uma segurança particular para certos tipos de tomadores de empréstimos”⁸⁶. Nesse sentido, o monitoramento dos riscos se configura como uma prática intrínseca aos ambientes onde os riscos são institucionalizados.

Por outro lado, os chamados riscos extrínsecos estão, invariavelmente, relacionados aos agentes individuais e são definidos pelas análises realizadas de perfis de risco – análises que definem quais são, no atual estado do conhecimento e considerando as condições correntes, a distribuição dos riscos em dado ambiente de ação. Tomando como exemplo o campo da saúde, médicos, especialistas e pesquisadores produzem os materiais a partir dos quais são definidos os perfis de risco.

⁸⁵GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

⁸⁶ Idem. 2002, p. 113.

No entanto, as opiniões sobre as relações existentes entre determinadas características hereditárias e a incidência de determinadas doenças, ou a adoção de um determinado estilo de vida e a ocorrência de certa enfermidade, mudam à medida que as teorias são revisadas ou descartadas, mudando os discursos e provocando discordância até mesmo entre os peritos. Nesse sentido é que se impõe a constante revisão desses perfis, pois mesmo que um perfil de risco desenvolvido em qualquer momento no tempo possa soar objetivo, a interpretação do risco para um indivíduo, ou para um grupo de indivíduos, depende de terem ou não sido feitas mudanças de estilo de vida, e dessas mudanças estarem pautadas por opções válidas⁸⁷.

Assim como Beck, Giddens também destaca os riscos de alta consequência, definindo-os como sendo resultantes do processo de globalização e da rapidez da mudança social e tecnológica que produz consequências não previstas. Assim, os países desenvolvidos, produtores de alta tecnologia, já vivem as condições plenas da sociedade de risco. Neles a gestão política preventiva assume prioridade, não apenas na proteção do meio ambiente, mas também dos fenômenos interligados à deterioração da vida social pela concentração desmedida de riquezas, pela exclusão de camadas cada vez maiores das populações, pela imigração, pelo desemprego e, finalmente, pela ação do crime organizado e dos grupos terroristas. Na alta modernidade, tanto para os leigos como para os peritos pensar em termos de risco e estimativas de risco é um exercício quase que permanente e seu caráter é em parte imponderável⁸⁸.

O epidemiologista Luis Castiel, em suas pesquisas sobre o risco na área de saúde, aponta para a presença de diferentes teorias de probabilidade, com cálculos e interpretações próprias, e muitas vezes discordantes entre si. As discordâncias continuam quando se trata de distinguir entre os enfoques dos riscos coletivos e individuais e suas correspondentes estimativas. No caso

⁸⁷ Idem. 2002, p. 115.

⁸⁸ Idem. 2002, p. 105-134.

dos riscos coletivos, abordam-se aqueles cujas conseqüências podem atingir grande parte da população – o buraco na camada de ozônio; o uso indiscriminado das novas tecnologias; exposições a resíduos poluentes tóxicos e outros subprodutos de atividades econômicas e sociais. Já no campo individual as referências são aos riscos resultantes de escolhas comportamentais pessoais, colocadas sob a rubrica “estilo de vida”⁸⁹.

Dentro do contexto do risco, vale a pena destacar as considerações feitas pelo autor sobre a emergência da recusa às condições inerentes aos pressupostos da probabilidade, por meio de discursos populares que fazem resistência à ideologia do risco. Estes discursos, que se constituem como o outro lado da mesma moeda, são facilmente reconhecíveis, posto que apelam ou para exemplos em que aparece alguém (já com uma idade avançada) que, embora exposto a fatores de risco durante sua vida, não teve sua saúde ou sobrevivência alterada; ou o contrário, alguém no vigor da juventude sem história de exposição que inesperadamente sucumbe em virtude de um evento vinculado a reconhecidos fatores de risco⁹⁰.

Além da recusa, pode ser claramente identificado como fenômeno crescente e atual, um deslocamento na forma de comumente se pensar o risco, que resulta da associação desse conceito à perspectiva da aventura. Sob essa ótica, surge o definido por alguns teóricos como o risco desejado, que se caracteriza por escapar das análises racionais, que o concebe como resultado da articulação entre cálculo, percepção e gerenciamento, para ser positivado pelo entendimento de aventura, definida aqui como a “disposição de alguém para correr riscos”⁹¹.

⁸⁹“Um breve comentário sobre as origens e uso atual da categoria '*estilo de vida*'. Está registrada nas teorias sociológicas clássicas como componente da estratificação social, e, dentre elas, se destaca a visão de Max Weber ao enfatizar a importância do conceito na evolução e manutenção de status dos grupos” CASTIEL, L.D., *Vivendo entre exposições e agravos: a teoria da relatividade do risco*. 1996. disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/> consultado em 29/03/2005.

⁹⁰Idem, 1996, p. 04.

⁹¹ SPINK, M.J.P. *Suor, arranhões e diamantes: as contradições dos riscos na modernidade reflexiva*. Neste texto a autora destaca o fato de que muitos teóricos do risco, como Gary Machlis & Eugene Rosa (1990), buscam incorporar

A associação entre estes dois conceitos fica mais evidente nos chamados esportes radicais, aventuras limites ou jogos de vertigens, mas também pode ser detectada na atração por investimentos econômicos de alto risco, ou mesmo na busca da emoção exacerbada trazida pelas drogas lícitas e/ou ilícitas. Em todos os caso o que está em jogo é a predisposição para e a ousadia de alguém em correr riscos, até mesmo da morte, embora, em muitos casos, com maior chance de sair vivo.

Para Mary Jane Spink, da Fundação Fiocruz, essa predisposição para correr risco pode ser interpretada como uma espécie de revanche do “homem médio”. Tradicionalmente, os aventureiros faziam parte das elites; já os novos aventureiros são pessoas comuns, sem qualquer tipo de excepcionalidade. São pessoas 'normais' que desenvolvem atividades 'normais'. Nem ao menos são necessariamente jovens, muito embora a juventude seja fator importante quando se trata dos esportes radicais. Aqui, embora exista o risco real, este vem acompanhado de uma grande margem de segurança, que se constitui como parte intrínseca da organização desses eventos. Esta organização se faz presente tanto nas apólices de seguro, muitas vezes obrigatórias, bem como nos sofisticados preparativos: treinamento, equipamento, organização, regras etc⁹².

Sob este entendimento, destaca-se uma prática que vem ganhando adesão na atualidade, sendo adotada por muitas empresas e que se configura pela utilização de algumas modalidades de esportes de aventura (arvorismo, canoagem, escaladas, montanhismo e outros) como dinâmicas de treinamento e avaliação do desempenho e das potencialidades de seus funcionários. Um grupo é indicado para participar de alguma atividade esportiva que envolve riscos e desafios. Durante o desenrolar do percurso, representantes do setor de recursos humanos da empresa avaliam a

essa dimensão em seus esquemas tipificadores sob a denominação de “risco desejado”. O risco desejado, segundo a definição dada por esses autores, refere-se às “*atividades ou eventos que têm incertezas quanto aos resultados ou conseqüências, e em que as incertezas são componentes essenciais e propositais do comportamento*”. Disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/>, consultado em 25/07/2005.

⁹²Idem, 1996.

conduta dos funcionários. Nessa avaliação são considerados alguns critérios definidos como formadores de caráter: o reconhecimento e a superação dos limites; a cooperação e o espírito de equipe; a tomada de decisões de forma democrática; o destemor para arriscar-se; o espírito arrojado e aventureiro, o apoio mútuo etc. Com base nessa avaliação, o funcionário é analisado, classificado e definido como tendo ou não o “perfil” exigido pela empresa.

Para alguns teóricos, a abertura aos riscos inerente à predileção por esses esportes está relacionada à busca de sentido para a existência. As novas aventuras propiciam alguma forma de enraizamento em uma sociedade pautada pelos processos de individualização e de destradicionalização. Na sociedade contemporânea, em que a inserção individual em uma determinada comunidade foi substituída pela opção constante frente à diversidade de estilos de vida hoje disponíveis, e onde não existe mais o sentimento de pertencimento, o comportamento de risco representaria uma busca individual de identidade, ou de confirmação de si, através da brutalidade do enfrentamento imediato da morte. Nesse sentido, considerando os aspectos subjetivos (preferências, crenças e valores) que interferem na tomada de decisão sobre os riscos, verifica-se a existência de uma ambigüidade entre o risco positivado, no entrelaçamento entre ousadia/aventura, e o imperativo da gestão dos riscos, seja na perspectiva da obrigatoriedade de precaver-se diariamente contra riscos diversos, seja na perspectiva da avaliação pessoal dos riscos⁹³.

Entretanto, de modo mais amplo, a noção contemporânea de risco encontra-se pautada pela crença na racionalidade humana. Isso fica evidente no modo diferenciado como leigos e peritos calculam os riscos inerentes a determinadas práticas, assim como no papel fundamental ocupado pelos cálculos sobre os riscos, na valorização das questões que envolvem qualidade de

⁹³Idem, 1996.

vida e segurança. A coleta de dados sobre a população, o interesse crescente pelas estatísticas e o cálculo das probabilidades em função das regularidades de determinados acontecimentos, são os instrumentos que dão sustentação às técnicas de governabilidade contemporânea. Na esfera da segurança, a racionalidade se manifesta na coleta meticulosa de dados, na sua divulgação, e na definição de perdas e ganhos, que atendem aos interesses do mercado em alimentar as empresas ligadas a esta área⁹⁴.

Já no âmbito da qualidade de vida, a racionalidade se articula com a adoção de comportamentos racionalmente adequados decorrentes do acesso e da valorização da informação. Muitos são os discursos que apontam os comportamentos de recusa e de resistência à ideologia do risco, como decorrente da falta de informação por parte da população leiga.

Algumas áreas de estudos do risco, destacadamente a área da saúde, relacionam a eficácia na prevenção do risco à divulgação da informação, ao acesso à notícia e à sua veiculação “responsável”. Frente à importância que a prevenção às possíveis ameaças ou danos assumiram nos dias atuais, a divulgação de informações consideradas vitais para a sobrevivência das populações tornou-se uma reivindicação social. Considerando o poder de penetração das mídias na atualidade, facilmente verificada pela repercussão alcançada por uma notícia veiculada em cadeia mundial, a distribuição dos riscos se faz com aproveitamento da generalização do temor. Segundo essa lógica, é necessário prover a informação necessária para que as pessoas, como seres racionais, gerenciem seus comportamentos em busca da saúde plena. Campanhas de educação em saúde financiadas pelo Estado são conduzidas de maneira a “prevenir o público

⁹⁴Além do crescimento da quantidade, em termos de números, e do faturamento, em termos de lucros, das indústrias de segurança (incluindo aqui o mercado de segurança eletrônica), verifica-se hoje o crescimento e a diversificação da indústria de seguros que, se inicialmente tiveram um começo modesto com os seguros marítimos, passando pelos seguros de vida, atualmente oferece uma gama de opções em que tudo pode ser segurado: a saúde, o carro, a vida e até mesmo as perdas, através dos resseguros (nota da autora).

sobre riscos à saúde, baseadas na premissa de que o conhecimento dos perigos envolvidos em determinadas atividades resultará em evitar tais atividades”⁹⁵.

Frente às configurações de risco divulgadas, uma das opções mais convincentes para a população é buscar o setor econômico responsável pela oferta e pela comercialização de produtos de proteção e de prevenção aos riscos. Temos, então, serviços, práticas, bens de consumo de diversos tipos para enfrentar/prevenir as ameaças potenciais, ainda que, vale ressaltar, não haja garantias incondicionais que procedendo assim, estaremos, incondicionalmente, protegidos. Em contrapartida, empresas se especializam na atenuação do perigo (como segurança privada, programas antivírus, seguro-saúde e indústria da segurança eletrônica), e laços fortes se consolidam entre a divulgação de fatores de risco (reais ou imaginários) e a obtenção de lucros.

3.2 Um breve estudo da noção atual de risco

Embora a experiência de perigo sempre tenha existido, a noção de risco, quando implicada na forma como as pessoas se relacionam com os eventos futuros, se apresenta como uma concepção essencialmente moderna. Para Giddens, na alta modernidade, o universo dos eventos futuros encontra-se aberto para ser moldado pela intervenção humana, ainda que, como já foi dito, dentro de limites regulados pela aferição do risco. Nesse sentido, como conceito moderno que orienta a “colonização do futuro”, o conceito de risco emerge em oposição ao de sina e ao de fortuna, embora estas noções não tenham totalmente desaparecido na atualidade⁹⁶.

⁹⁵CASTIEL, L.D., *Vivendo entre exposições e agravos: a teoria da relatividade do risco*. 1996. Disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/> consultado em 29/03/2005.

⁹⁶No pensamento grego, a sina (*moira*), considerada um grande poder, era portadora da condenação e da morte. Assim, o conceito de sina, tido como uma forma de determinismo pré-ordenado, especificava o destino de uma pessoa, aquilo que o futuro lhe reserva. Dada a natureza da vida social e da cultura modernas, tendemos hoje a contrapor sina e a abertura dos eventos futuros. Já o conceito de fortuna por sua origem ligada à deusa romana mantinha uma difícil tensão com as crenças cristãs dominantes; é utilizada por Maquiavel, em *O príncipe*, para

A própria palavra risco, inexistente em grego, em árabe e no latim clássico, também é uma palavra nova, na medida em que, embora exista registro do seu uso em espanhol desde o século XIV, é somente no século XVI que adquire seu significado moderno. Conforme o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, etimologicamente, a palavra deriva do francês *risque* (séc. XVI) que significa “perigo, inconveniente mais ou menos previsível”. Esta palavra por sua vez, teria sido tomada como uma variante do italiano *rischio*, (séc. XIII) que exprime em direito marítimo o “perigo ligado a um empreendimento”⁹⁷.

Como apontam algumas pesquisas anteriores, levantando mais hipóteses do que certezas, visto que se trata de um vocábulo polissêmico que permite muitas ambigüidades, a teoria comumente aceita, talvez por se apresentar como a mais plausível, é que risco seria um derivativo de *resecare*, ou seja, cortar. Há indícios de que a palavra teria servido para descrever penhascos submersos que cortavam os navios, surgindo daí o uso moderno de risco como possibilidade – não como evidência imediata. Sob essa ótica, a idéia faz crer que a afirmação da palavra risco no uso corrente deriva da útil associação com a vida marítima, considerando um período em que a navegação constituía a base de uma atividade comercial relevante para o mundo europeu. Sua associação com o perigo e com a incerteza tornava-a particularmente apta a expressar a visão de mundo emergente, que possibilitaria pensar o futuro como passível de controle⁹⁸.

Até o século XIX, o conceito aparece comumente relacionado à apostas e chances de ganhos e perdas em certas modalidades de jogos (principalmente os chamados jogos de azar) e à

marcar uma transição significativa entre o uso tradicional da noção e o surgimento de novos modos de atividade social, relacionada com a prática da política, que supõe a arte da conjectura. “Ele prenuncia um mundo em que o risco e o cálculo do risco ultrapassam a fortuna em praticamente todos os domínios da atividade humana.” GIDDENS, Anthony, *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p.106.

⁹⁷HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁹⁸ GUILAM, Maria Cristina Rodrigues, dissertação de mestrado intitulada *O conceito de risco: sua utilização pela epidemiologia, engenharia e ciências sociais*, de 07/1996 disponível em www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/htm consultada em 22/10/2005.

probabilidade de um evento ocorrer, independente da natureza, positiva ou negativa, deste evento. Para a afirmação dessa concepção de risco, foi de fundamental importância o surgimento da teoria da probabilidade. Foi a emergência do pensamento probabilístico e a adoção, na Europa, de um sistema de notação numérica que permitisse cálculos complexos, somados às transformações na esfera da epistemologia (que passou a aceitar a inferência como procedimento legítimo de conhecimento), os pilares fundantes que permitiram pensar os riscos como passíveis de gerenciamento⁹⁹.

Para Mary Douglas, foi em épocas mais recentes que o conceito de risco passou a ser frequentemente associado a desenlaces negativos e à ocorrência de eventos indesejados. Em todas as sociedades, sempre existiu uma quantidade quase infinita de perigos para escolher. O que as fazem diferentes umas das outras são os tipos e a quantidade das escolhas. Sua seleção se dá por importância específica, afirma Douglas, ou porque ameaçam os princípios morais que constituem a base da sociedade, ou porque permitem condenar grupos e instituições mal vistos. Portanto, a eleição dos riscos e perigos por parte de uma sociedade não ocorre de forma imparcial, em função do real alcance dos prejuízos acarretados por tais ameaças. Antes, há uma escolha valorativa, moral e política, na eleição daquilo que deve ser temido por seus membros¹⁰⁰.

Além disso, como destaca Douglas, os discursos sobre o risco cumprem, na atualidade, funções sociais e políticas. Assim como a definição de grupos de risco pode ser utilizada como estratégia política para discriminar e excluir minorias estigmatizadas, – como nas relações que

⁹⁹Vale lembrar que a teoria da probabilidade emerge no contexto dos jogos de azar. Pascal, Fermat e outros artífices dos cálculos de probabilidade buscavam solucionar problemas gerados pelos jogos, como o gerenciamento das apostas no famoso caso do ‘jogo de balla’. Este famoso problema matemático concernente à distribuição do valor das apostas em um jogo interrompido circulou na Europa durante quatro séculos. Introduzido na Itália por Fibonacci no século XIII, em conjunto com a introdução do sistema arábico, foi finalmente resolvido por Pascal e Fermat no século XVII, por meio do cálculo da probabilidade da sequência de ganhos e perdas no desenrolar do jogo, caso este tivesse sido concluído. Ver SPINK, M.J.P. *Suor, arranhões e diamantes*: as contradições dos riscos na modernidade reflexiva.

¹⁰⁰ DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70.

automaticamente se estabelecem entre os homossexuais e a AIDS, ou entre os moradores das favelas e o crime organizado – no caso da liberdade de escolha o discurso do risco muitas vezes é utilizado para “culpar a vítima” e fazer incidir sobre o indivíduo a responsabilidade sobre as conseqüências de seus atos¹⁰¹.

Com relação aos discursos que afirmam a “escolha voluntária” do indivíduo em correr riscos, vale refletir sobre as várias definições que aparecem para a palavra no Dicionário Houaiss, excluindo a acepção em que o termo aparece relacionado ao verbo riscar. Na segunda definição pode ser lida a seguinte redação: “probabilidade de insucesso, de malogro de determinada coisa, em função de acontecimento eventual, incerto, cuja ocorrência *não* (grifo nosso) depende exclusivamente da vontade dos interessados”¹⁰². Nesse sentido, Castiel defende a idéia de que, no mundo atual, guardadas as devidas proporções, os indivíduos ou grupos de risco funcionam como uma espécie de equivalente dos “pecadores” medievais. Já os fatores de risco (atributos destes pecadores), comumente encarados como *falta de força de vontade, fraqueza moral* ou *descuido*, assumiriam, hoje, o estatuto de pecado, posto que seriam procurados *voluntariamente* (grifo nosso)¹⁰³.

É sob essa ótica que, na contemporaneidade, a noção de risco passou a ocupar lugar privilegiado em diferentes áreas do conhecimento. Nos mais diferenciados campos proliferam os estudos sobre riscos, ao mesmo tempo em que o conceito ganha projeção nos meios de comunicação de massa e até mesmo no imaginário popular.

¹⁰¹ DOUGLAS, Mary; WILDAWSKY, Aaron. *Risk and Culture*, Berkeley: University of California Press, 1982.

¹⁰² Verifica-se a presença de várias definições para a palavra *risco* ligadas, entre outras, à jurisprudência, e que variam conforme o campo de inserção: risco bancário; risco profissional; risco da empresa; risco em contratos de seguro; risco marítimo etc. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2.462.

¹⁰³ CASTIEL, L.D., *Vivendo entre exposições e agravos: a teoria da relatividade do risco*. 1996. Disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/> consultado em 29/03/2005.

Parece existir coletivamente uma percepção de pairar uma aura de ameaça sobre todos nós, podendo se efetivar, de modo particularizado, a qualquer instante. Especialmente, se não nos precavermos como mandam os preceitos da prevenção em saúde, das normas de segurança no trabalho, das precauções nas atividades cotidianas não só urbanas mas, também, rurais (vide o uso inadequado de agrotóxicos) (CASTIEL, 1996).

Mesmo fora do contexto científico, verifica-se a “popularização” do conceito de risco e sua incorporação em termos usuais e nas esferas particulares. Ainda que as posturas em termos comportamentais sejam distintas e alguns optem por aceitar ao discursos da prevenção por meio do risco, – procurando administrar os modos de viver, comer, beber, exercitar-se, expor-se ao sol, manter relações sexuais etc – ou desafiar estes discursos adotando estilos de vida considerados arriscados, nunca se falou e se escreveu tanto nos meios de comunicação sobre questões de risco, o que muito contribuiu para a proliferação de estudos neste campo.

Vale destacar que a enorme quantidade de investigações e a abundante produção científica, somadas aos avanços tecnológicos e à divulgação dos pacotes estatísticos, participam ativamente da construção do espírito de risco na sociedade atual. Maria Cristina Guilam, pesquisadora da Fiocruz, chama a atenção para o fato de que o conceito de risco assume diferentes características de acordo com o campo de conhecimento no qual ele está sendo tematizado¹⁰⁴.

Na área da saúde, com a emergência do conceito de risco que passou a povoar grande parte da literatura médica, a prevenção das doenças se faz pelo combate dos fatores de risco a elas associados. A concepção de risco aparece vinculada à noção de “perigo”, sendo que indivíduos ou grupos de alto risco são definidos como aqueles que se encontram em risco de contrair ou desenvolver uma doença. Para as autoridades sanitárias, é necessário levar

¹⁰⁴GUILAM, Maria Cristina Rodrigues, dissertação de mestrado intitulada *O conceito de risco sua utilização pela epidemiologia, engenharia e ciências sociais*, de julho de 1996, e disponível no site <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/maryfim1.htm> consultada em 22/10/2005.

informações para o público para que este abandone os estilos de vida arriscados. Nesse sentido, a ciência representa para os meios de comunicação de massa um grande filão.

Contudo, dependendo da redação da notícia, dos meios de divulgação e da forma como a notícia é veiculada, esse filão pode se revelar uma fonte de controle, produzir efeitos negativos ou interpretações errôneas. Tomando como exemplo a divulgação da inevitabilidade da ação dos “genes”, ou seja, das predisposições genéticas que envolvem “genes ruins”, o enfoque dado à notícia pode, por um lado, gerar idéias de que as medidas “profiláticas” de medição, classificação e controle oferecem possibilidade de ações preventivas contra os “males”, inclusive aqueles que surgem sob a forma de comportamentos desviantes; por outro lado, também pode desobrigar a sociedade da responsabilidade pela assistência aos afetados pelas “malformações” e levar estes a adotarem medidas eugenistas, que refletem posições preconceituosas, a exemplo do aborto para a retirada dos “genes ruins” que poderiam ser dirigidas para a “prevenção do homossexualismo”¹⁰⁵.

As ciências econômicas se preocupam em quantificar os riscos para avaliar custos e possíveis perdas. Ou seja, este campo busca transformar as incertezas, definidas como variáveis cujo comportamento se quer conhecer, em probabilidades. Um exemplo desta forma de trabalhar com o conceito de risco pode ser constatado pelos critérios adotados pelas seguradoras: é de conhecimento do senso comum, por exemplo, que o preço cobrado pelas seguradoras para se fazer seguro de um veículo ou de transporte de cargas no Rio de Janeiro ou em São Paulo está acima da média do preço cobrado em qualquer outra cidade do Brasil. Isto se deve à percepção dos riscos que, ancorados pelas estatísticas, apontam para o fato de que a probabilidade de roubo nessas cidades é maior do que nas outras.

¹⁰⁵O autor destaca as repercussões provocadas pela 'descoberta' de um 'gene gay', tal como foi traduzido pela grande imprensa escrita e televisionada da Grã-Bretanha, que insinuava uma possível ligação entre genética e homoerotismo masculino, divulgada pela revista Science (Miller, 1995). CASTIEL, L.D. *op.cit.* p. 24.

No caso da tendência conhecida internacionalmente como *Risk Analysis* (Análise de Risco), que se consolida no interior dos países desenvolvidos, a abordagem parte de uma perspectiva que tenta lidar com as questões que emergem do próprio avanço tecnológico. Sob a ótica dessa tendência, esses avanços trazem consigo a possibilidade de ameaças à sobrevivência da sociedade. Essa relação entre as modernas tecnologias e seus indesejáveis "efeitos colaterais" pode ser explicitada pela introdução da relação risco-benefício em diversos trabalhos que tratam do risco tecnológico, isto é, da relação entre o risco a que se expõe uma população e o benefício do qual esta mesma população desfruta quando da submissão a uma determinada tecnologia. Esta "nova disciplina", que se desenvolve a partir dos problemas introduzidos pela tecnologia, vem levantando questões como: a quantificação do risco, a determinação de níveis de tolerância, a aceitabilidade de um risco, e a utilização dos estudos de risco para tomada de decisões. O campo da Análise de Risco foi articulado ao longo da década de 1980 e 1990, e hoje engloba várias disciplinas como a engenharia, a psicologia, a estatística, a sociologia, a economia e a toxicologia¹⁰⁶.

Para a área das ciências sociais, foco desse trabalho, as avaliações de risco não podem deixar de lado fatores subjetivos (éticos, morais, culturais) que direcionam as opções dos indivíduos. Nesse sentido, essa área vem estudando o risco sob a perspectiva daquele que o percebe: como o indivíduo percebe as situações de risco, seja como cidadão, seja como trabalhador. Nas ciências sociais, essas teorias procuram considerar o fato dos seres humanos construírem previamente opiniões, preferências, crenças que se refletem no seu comportamento real ou potencial e que estes seriam fatores passíveis de interferência no grau de probabilidade de ocorrência de determinados eventos.

Para esse campo, as percepções de risco são distintas conforme aspectos socioculturais

¹⁰⁶ GUILAM, *op. cit.* 1996.

que incluem idade, gênero, renda, grupo social, ocupação, interesses, valores, conseqüências pessoais etc. Assim o risco se afirma como uma entidade probabilística. Ou seja, a idéia de predição não costuma ser determinista como o termo poderia sugerir, mas sim, probabilista, posto que as situações de exposição não se apresentam de modo a permitir que as previsões dos riscos sejam certas, imediatas, indiscutíveis. Ainda que pequena, sempre permanece a possibilidade de ocorrer algo imponderável e/ou incontrolável.

Contudo, como destaca Guilam, existiria um consenso entre os vários estudiosos de risco acerca das seguintes questões: a avaliação dos riscos não é um processo científico, objetivo, que possa ser reduzido a uma avaliação meramente quantitativa. Os fatos e os valores freqüentemente se misturam quando se lida com assuntos de alta incerteza; fatores culturais afetam a avaliação que os indivíduos fazem das situações de risco; *experts* e leigos percebem o risco de maneira diferente; a comunicação sobre o risco é mais efetiva se estruturada como um diálogo, e não como transferência unidirecional de conhecimento dos *experts* em relação ao público leigo.

Para Douglas e Wildavsky, a análise de riscos foi desenvolvida como uma ferramenta objetiva para engenheiros e homens de Estado, que necessitam de fatos para tomada de decisão. Tais profissionais clamariam por fatos objetivos, e objetividade significaria impedir a interferência de valores subjetivos na análise de determinada situação: obter fatos, calcular as probabilidades e extrair respostas seria o método ideal para uma análise de riscos. No entanto, a obsessão pela objetividade parece não dar conta de um problema tão humano quanto o da opção por um risco, problema que envolve a vida e a morte¹⁰⁷.

A negação da subjetividade só traria empobrecimento à compreensão de porque determinado risco é aceitável para uns e não para outros. A tese defendida no trabalho desses autores é a de que a percepção do risco é uma construção coletiva. Os indivíduos tenderiam a

¹⁰⁷DOUGLAS, Mary; WILDAWSKY, Aaron. *Risk and Culture*, Berkeley: University of California Press, 1982.

fazer suas escolhas à luz de valores determinados pelas instituições às quais pertencem. Nesse sentido, as instituições recortariam a realidade, determinariam um ângulo a partir do qual os indivíduos olhariam para o risco. Aqui entram em cena os valores subjetivos, impossíveis de serem descartados quando se tenta entender porque alguém decide enfrentar um risco ou não. "Quando olhamos de perto para a forma como os indivíduos fazem suas escolhas, nós vemos que eles optam por não estar a par de todos os perigos. A instituição na qual eles vivem colocam certos perigos em foco. Seu ambiente social seleciona e recorta o panorama para eles"¹⁰⁸.

Para estes autores, uma das grandes diferenças entre *experts* e o público leigo é que o último, quando avalia um risco, não esconde os compromissos morais que interferem na sua escolha, mas, pelo contrário, os utilizam como argumentos. Enquanto isso, os *experts*, obedecendo a padrões definidos como éticos, considerando os limites que o exercício profissional lhes impõem, tentam extirpar as influências subjetivas dos seus julgamentos. Contudo, as análises nunca são neutras.

Já para o sociólogo jurídico Niklas Luhman, o tema do risco deve ser objeto de pesquisa sociológica, orientada para uma teoria da sociedade. Cabe às ciências sociais, portanto, a tarefa de fornecer análises que tornem possível a compreensão das condições de vida da sociedade contemporânea, em que o horizonte de percepção da sociedade é caracterizado por uma crescente possibilidade de decisão. Para Luhman, o risco não existe em si mesmo, ele só existe para um observador que faz sua distinção ao trazer, para o presente, as conseqüências de algo que ainda não aconteceu. Ou seja, com o conceito de risco, ocorre uma abertura do futuro à ação humana, posto que, como no próprio risco está representada a idéia de um sofrimento futuro, o único modo de se lidar com ele é por meio de seu adiamento.

Como no mundo do risco não existe a segurança absoluta, na medida em que qualquer

¹⁰⁸Idem, 1982, p. 72.

escolha implica sempre em uma perda, o futuro deixa de ser o lugar de salvação e redenção para todos os sofrimentos humanos e passa a ser o lugar onde reside a possibilidade de arrependimentos por escolhas efetuadas no presente. Assim ocorre uma espécie de inversão temporal do arrependimento, que sai do futuro e passa a habitar o presente, no momento em que o indivíduo estabelece uma escolha; ou seja, como o futuro é sempre (ainda que parcialmente) desconhecido, ao calcular os riscos implicados em uma determinada escolha no presente, leva-se em conta as possibilidades de arrependimentos e perdas futuras, sendo estas incorporadas à decisão. Nesse sentido, o risco implica sempre em uma escolha frente a uma situação que exige ganho, mas que também implica em perda¹⁰⁹.

Fazendo uma distinção entre os conceitos de risco e perigo, Luhman afirma que, se partirmos do entendimento de “perigo” como a probabilidade de um evento futuro danoso, resultante do que pode ser imputado a algo externo, colocado fora do poder de opção do agente, será possível falar-se de “risco” quando um dano, qualquer que seja, for passível de ser entendido como consequência de uma decisão, seja ela imputável ao agente ou atribuível a um outro que não ele. Nesses termos, a sociedade contemporânea caracteriza-se pela diminuição do perigo e incremento do risco¹¹⁰.

A ciência, a tecnologia e a economia de nossos dias contribuíram para a redução do perigo. A previsibilidade e o controle que a tecnologia já permite no tocante aos acontecimentos externos possibilitam esta conclusão. O que é danoso por determinação externa se tornou altamente previsível e controlável, graças aos avanços da ciência. Contudo, na medida em que se tornam evidentes e mais numerosas as possibilidades de decisão em relação aos comportamentos, ou na medida em que podem se tornar visíveis as possibilidades das quais depende a ocorrência

¹⁰⁹LUHMAN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. *Teoria della Società*. 5ª ed. Milano: Franco Angeli, 1993. 400 p.

¹¹⁰ Idem, 1993.

de danos futuros efetivos, impõe-se a tematização dos riscos. O horizonte do futuro se retrai, a sua perspectiva se desloca do âmbito do perigo para o âmbito do risco. Os riscos, agora, estão estreitamente relacionados ao desenvolvimento da própria sociedade, ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da medicina, da política e em geral às transformações dos sistemas com os quais se torna possível a comunicação social. Em suma, o risco é componente que integra o próprio modo de ser da sociedade contemporânea¹¹¹.

3.3 O controle por meio do risco

É característica da sociedade de risco ser pouco afeita a mudanças e ter grande inclinação para aceitar discursos que visem à prevenção como forma de assegurar para o futuro a continuidade dos benefícios conquistados no presente. No processo de construção desse futuro provável, os medos advêm tanto da própria incapacidade individual de se autocontrolar, como também das ações do outro, quando estas ações podem colocar alguém em situações de risco, sem o seu conhecimento ou escolha.

No caso do autocontrole, tomemos como exemplo as informações divulgadas no âmbito da saúde, em que a mídia alardeia a todo instante notícias alicerçadas em pesquisas e estatísticas que definem grupos de risco. Nesses grupos, os indivíduos teriam maior ou menor propensão para desenvolverem, no futuro, determinadas enfermidades, conforme suas heranças hereditárias, suas práticas, seus hábitos e suas opções. Cabe ao indivíduo a escolha entre demonstrar sua fraqueza e descontrole, entregando-se aos seus desejos e compulsões, de um lado, ou de outro prevenir as possíveis doenças futuras, adotando um estilo de vida que lhe garanta um futuro prolongado e saudável.

¹¹¹Idem, 1993.

Assim, se antes o que importava era a preparação para enfrentar uma determinada situação, hoje o que importa é a escolha do indivíduo em evitar que esta mesma situação se concretize. Por outro lado, o indivíduo quer ter o direito de escolher a quais riscos ele quer se expor. No caso do risco aleatório ocorre a perda do “direito ao risco”, porque impossibilita a escolha individual de assumir ou não as conseqüências do próprio desejo. A questão se torna política, visto que aquele que coloca o outro em risco aleatoriamente é o *Mal* que, portanto, deve ser combatido com a ajuda da intervenção do Estado. Como no mundo do risco não existe lugar para o acaso, já que a construção do risco se apresenta como “uma forma de tornar calculável o incalculável” haverá sempre um agente responsável pela situação de risco, seja o descontrole do cidadão, seja a falta de cuidado do Estado¹¹².

Nesse contexto, o medo, racionalmente construído, se transcreve em artifícios de neutralização e monitoramento, em objeto de consumo, em políticas autoritárias de controle social, em discurso político e de *marketing*, em um processo de multiplicação que invade e infecta todos os cantos e recantos da vida social. Diante da vida planejada, em que todo sofrimento deve ser evitável, torna-se inaceitável nossa exposição ao risco que se apresenta decorrente da ação do outro. A retórica utilizada pelas mídias para divulgar as estatísticas dos riscos e as políticas governamentais apontam a prevenção como estratégia de controle da violência imputada pelo outro. Em artigo publicado na Revista Ciência Hoje aparecem, como sugestões de medidas preventivas, estratégias de intervenção do tipo “programas envolvendo assistência social a famílias em situação de risco de crime” ou “monitoramento e supervisão de jovens secundaristas que tenham exibido comportamento delinqüente”¹¹³.

¹¹² VAZ, Paulo. *O risco e sua existência na mídia*, anotações de aula com base no curso ministrado na pós-graduação em comunicação da ECO/ UFRJ, durante o período de 10/03/2004 a 30/06/2004. Aula dia 11/05/2004.

¹¹³ FILHO, Cláudio Beato. *Antes do primeiro crime: Intervenção preventiva é mais eficaz que políticas de repressão*, Revista Ciência Hoje nº 204, maio 2004 - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, UFMG.

Esse discurso acorda com as mudanças na percepção do crime apontadas por David Garland, orientadas pela concepção de que o crime e o medo do crime são hoje em dia amplamente vividos como fatos da vida moderna. Estes se constituem como riscos rotineiros, previsíveis e sistemáticos, que devem ser avaliados como parte da vida cotidiana diária, não sendo o criminoso necessariamente alguém “anormal”. Conseqüentemente, isso aponta para a existência de limites no poder do Estado em, isoladamente, conter os índices de criminalidade. Os governos não mais se constituem como a principal fonte de segurança e de repressão criminal – embora isso não possa ser publicamente admitido, posto que acarretaria conseqüências políticas desastrosas. A prevenção e o controle do crime recaem também sobre os empregadores, os urbanistas, as autoridades escolares, os profissionais de saúde, a família, e outros¹¹⁴.

Na opinião da socióloga Vera Malaguti, a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. Quando esta política demonstra sinais de enfraquecimento, os meios de comunicação de massa se apressam a difundir notícias, campanhas e imagens que aterrorizam a população e cumprem um papel disciplinador emergencial. Dessa maneira, o medo é considerado um projeto estético que limita a liberdade em nome da segurança¹¹⁵.

Segundo a autora, o século XX, ao instituir o declínio do poder político e a ascensão do poder econômico transnacionalizado, enfraquece o Estado, que se torna incapaz de reduzir ou controlar a violência que sua própria impotência gera. O discurso do Estado se revela ineficaz para convencer ou tranquilizar sua platéia, e este se vê obrigado a recorrer a “um libreto para seu espetáculo”¹¹⁶. Este “espetáculo” tem como palco as mídias e as agências de comunicação social, e como personagens, determinados grupos que variam dos traficantes a terroristas, passando por

¹¹⁴GARLAND, D. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

¹¹⁵BATISTA, Vera Malaguti, *O medo na cidade do Rio de Janeiro; dois tempos de uma história*, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

¹¹⁶Idem. 2003: p. 95.

negros, pobres e favelados, em uma estratégia que visa concentrar a causa da insegurança e do medo em uma parte da população que pode ser nomeada, reconhecida e localizada, desviando o foco das atenções da ausência do poder, da política e da crescente desigualdade social.

Este cenário de insegurança e barbárie, totalmente necessário para o fortalecimento do capitalismo de superprodução, faz com que a segurança se constitua na maior reivindicação política da sociedade. No cotidiano das grandes cidades como o Rio de Janeiro, Paris e São Paulo, a questão da segurança e do crime ganha destaque; as mídias enfatizam notícias sobre a violência aleatória, sobre áreas “quentes” onde a probabilidade de vitimização é maior, sobre aconselhamentos de como se comportar diante de situações de perigo (assaltos, roubos, seqüestros relâmpagos etc.), acompanhadas pelo discurso da vítima que cobra ações rigorosas, transformando o crime em uma questão política. Estes tipos de violência informam o descontrole social ao mesmo tempo em que justificam discursos e ações em defesa da segurança social.

Em nome da segurança e do bem-estar dos cidadãos comuns, perde-se a noção ética das medidas adotadas para vigorar uma espécie de vale-tudo na prevenção e combate à violência. Nesse cenário, para garantir a segurança dos indivíduos, o discurso contemporâneo neoliberal de respeito às individualidades, à pluralidade e às diferenças, assim como a tão propalada “liberdade individual”, contraditoriamente coadunam com as ações de um Estado policialesco e regulatório que incentiva e legitima medidas públicas e privadas, de controle da diversidade, da privacidade e da liberdade.

No caso da criminalidade, os critérios de seleção adotados pelas mídias contribuem para fazer com que o mundo pareça mais assustador do que ele realmente é. Ao destinar maior espaço para a divulgação de notícias que tratam dos chamados “crimes hediondos”, com elevado grau de danos, ou para os “crimes aleatórios”, de difícil previsão, as mídias acentuam e generalizam a sensação de insegurança, posto que, pelas suas características, tanto de danos causados quanto de

imprevisibilidades, estes crimes elevam a todos, indiscriminadamente, à condição de vítimas em potencial.

Nesse sentido, instaura-se o medo generalizado que ameaça a qualidade de vida das pessoas e, em decorrência, da própria sociedade. Sem limites e generalizado, o medo amputa a vida social, gerando insegurança, ainda que, sob certos aspectos, o medo seja um sentimento necessário, já que serve para promover cautela como modo de proteção indireta sem, no entanto, se tornar paralisante, mas sim mobilizador da ação transformadora. Quando colocado a serviço do poder, o medo se constitui em importante componente do controle social, assumindo múltiplas funções, inclusive a de causar medo às pessoas.

Capítulo 04 – Câmeras de vigilância na mídia

Em 1974, Francis Ford Coppola dirigiu *A conversação* (*The Conversation*), com Gene Hackman no papel de Harry Caul, um especialista em sistemas de escuta que no passado viu uma de suas gravações resultar na morte de uma família. A tragédia fez com que ele mudasse de cidade e procurasse não se envolver com o que grava. Contudo, ao gravar a conversa de um casal que passeia por uma praça, ele entra em crise psicológica e passa a questionar-se sobre as conseqüências de sua profissão. O filme retrata o drama de Caul, atormentado por saber como a privacidade é algo frágil, possível de ser facilmente invadida. Ele domina todas as possibilidades da tecnologia (disponíveis em meados dos anos 70) e sabe que é impossível não ser bisbilhotado.

Produzido 24 anos depois, *Inimigo do Estado*, (*Enemy of the State*, 1998) do diretor Tony Scott, trata do mesmo tema, o fim da privacidade por meio dos avanços tecnológicos. Nessa nova trama, (Gene Hackman volta com um personagem que é uma alusão àquele vivido em *A conversação*) um político que se manifesta contra a aprovação de uma lei que ampliaria o poder de vigilância do Estado, é assassinado por um chefe da agência nacional de segurança norte-americana. Ironicamente, este assassinato é gravado por uma câmera instalada no local por um observador de pássaros, que, perseguido, faz chegar às mãos de um antigo colega o CD-Rom que contém a gravação do assassinato. Sem saber que o cobiçado CD se encontra em seu poder, o advogado Robert Dean, interpretado por Will Smith, torna-se alvo de perseguições e tem sua vida totalmente devassada e invadida pelo sistema de vigilância da agência. Em sua fuga desesperada, Dean é ajudado pelo personagem vivido por Hackman em *A conversação*. O filme é um alerta contundente de como é fácil vigiar os passos e as conversas de qualquer um, provocando a sensação de que, se alguém estiver interessado em monitorar a sua vida e tiver recursos para isso, certamente conseguirá.

Mais recentemente, no capítulo da novela *Celebridades*, de Gilberto Braga, que foi ao ar pela Rede Globo de Televisão no dia 29/04/2004, o personagem vilão Renato Mendes, interpretado pelo ator Fábio Assumpção, após ter instalado em sua mansão um moderno sistema de circuito interno de tv com a intenção de monitorar ininterruptamente sua esposa, a também vilã Laura, interpretada pela atriz Claudia Abreu, profere a seguinte frase: “Talvez seja este o verdadeiro inferno. Ser visto o tempo todo”.

Também em matéria apresentada pela Rede Globo, no *Fantástico*, do dia 19/06/2005, o debate se fazia em torno do uso, agora real, de câmeras de vigilância nas escolas, dentro das salas de aula para controlar o comportamento dos alunos. Sob o título de “Big Brother Escola”, fazia referência ao romance *1984*, de George Orwell, ou mais provavelmente ao *reality show* com este nome veiculado na mesma emissora¹¹⁷.

A matéria apresentava a opinião de pais, alunos e professores de duas escolas que adotaram o sistema de monitoração das salas de aula, através de câmeras, controladas pela direção. “Parece que está todo mundo te olhando assim lá embaixo, sempre está alguém te vigiando”, diz um aluno de uma escola do Rio de Janeiro. “A gente não pode colar, a gente não pode zoar, a gente não pode cantar, a gente não pode fazer nada que a câmera está olhando”, reclama outra aluna. “Eu acho que a indisciplina está muito grande e sem disciplina não tem rendimento”, afirma Denise Pereira, mãe de um aluno. Uma aluna pergunta brava para a mãe: “É bom ter sempre uma câmera atrás de você filmando tudo que você faz?”. A mãe responde impassível: “Você deve? Quem não deve não teme! Por que não filmar? Vocês estão querendo o quê? Omitir para os pais de vocês tudo o que vocês fazem em sala de aula?”.

¹¹⁷George Orwell é autor do livro *1984*, considerado por muitos um clássico da literatura de resistência. Publicado em 1949, o romance é uma parábola sobre o totalitarismo e descreve a vida no fictício continente chamado Oceania. Neste continente, O Grande Irmão, onipresente, observa todos os momentos, vigia os atos, reflexões, submete e impede a individualidade. Sucesso de venda e de público, o livro serviu de inspiração para o programa televisivo, sucesso em vários países, criado pela produtora holandesa Endemol, transmitido no Brasil, pela Rede Globo de Televisão, com o nome de *Big Brother Brasil – BBB* (nota da autora).

A polêmica aumenta quando Neli Scarsoni, mãe de um aluno de uma escola de São Paulo que espalhou 32 câmeras por todo o colégio, sendo 16 só em sala de aula, diz que seu filho, que já era tímido, ficou ainda mais inibido após a instalação das câmeras. Nicolas, de 11 anos, confirma a declaração da mãe afirmando que sente medo e que se preocupa com o que “a pessoa que está atrás da câmera pode estar achando da gente”.

Os professores entram no debate e manifestam suas opiniões afirmando que as câmeras em sala de aula alteram o foco da educação. “Na verdade a gente poderia ter a educação como princípio de trabalhar o aluno cotidianamente para que ele tenha atitudes adequadas e a câmera vem agir de uma forma mais policial, vigiando-a no dia-a-dia” acredita o professor Marcelo Martins. “Como consequência dessa prática, você pode formar pessoas terrivelmente submissas, acostumadas a serem vigiadas o tempo todo; você pode ter pessoas com uma rebeldia latente, sempre buscando burlar ou transgredir; ou ainda o não desenvolvimento do próprio conceito de disciplina. Sujeitos completamente perdidos em termos de moral e de disciplina”, ratifica a professora Eloiza de Oliveira, diretora da Faculdade de Educação da Uerj.

Enquanto isso, o assistente de coordenação da escola, Marius Covelli, exhibe orgulhoso para a audiência uma cena captada pelas câmeras em que aparece um aluno jogando bolinha de papel no outro. “Ele vai ser chamado pela direção da escola e vai, no mínimo, ganhar uma advertência. Nem antes da aula começar pode uma brincadeirinha. *Em horário nenhum*” (grifo *nosso*), sentencia Marius.

A preocupação com a possibilidade de ter a privacidade invadida por meio de recursos tecnológicos, assim como os limites difusos entre os usos e os abusos permitidos pela utilização destes dispositivos, não é uma preocupação recente ou pouco discutida. Muito pelo contrário. Esta é uma questão que há muito rompeu as barreiras da ficção veiculada pela literatura, pela televisão ou pelo cinema, e passou a ocupar, na vida real, um espaço expandido nas mais diversas

áreas do conhecimento, em decorrência da crescente invasão do espaço urbano e social pelos dispositivos de vigilância.

Na atualidade, essa preocupação ganha novos contornos nas discussões que envolvem questões de segurança e criminalidade. Soterrada por uma verdadeira avalanche de mensagens sobre o crime e a violência, na dúvida, a população imagina o pior, o que invariavelmente provoca angústia, *stress* e medo. O medo, cujas causas muitas vezes são locais, passa a ser uma experiência vivenciada em escala global, amplamente alimentada pelas estatísticas. Estas destacam os altos índices de criminalidade e enfatizam a aleatoriedade desses crimes, gerando com isso uma sensação de descontrole e impotência. A materialização dessa situação legitima e naturaliza no cotidiano da população a inserção dos dispositivos de segurança eletrônica em quase todos os espaços.

Sejam dispositivos de vigilância instalados em espaços públicos pelo governo – a exemplo das câmeras da CET (Conselho de Engenharia do Tráfego), para controlar o trânsito, ou mesmo aquelas instaladas em ruas, praças e avenidas, com vistas a inibir atos criminosos – sejam as câmeras instaladas por particulares em espaços privados, como elevadores, condomínios, escolas, consultórios etc., todas têm como sustentação o discurso da prevenção, do cuidado, da redução de riscos e da segurança. Seja para coibir a violência crescente, amplamente divulgada pelas mídias, para defender o patrimônio ou para “cuidar” de um ente querido, o monitoramento se tornou requerido, perfeitamente válido e aceito.

Assim, a presença desses dispositivos na paisagem urbana torna-se plenamente naturalizada, passando praticamente despercebida. Nesse sentido, todos os espaços podem ser, e são, amplamente monitorados, desde que o monitoramento esteja subsidiado por um discurso convincente que acena com a possibilidade de reduzir a sensação de insegurança, com a promessa de garantir maior segurança em meio ao caos urbano.

A outra face de Janus do monitoramento é que ele proporciona, ao mesmo tempo, a coleta, a armazenagem, o cruzamento e o controle de informações, que passam a ser exponencialmente produzidas, gerando um controle contínuo e ininterrupto sobre os cidadãos. Câmeras, microfones, escutas telefônicas, sistemas de computadores interligados, celulares e até chips subcutâneos de identificação e localização via ondas de rádio, são alguns dos aparelhos tecnológicos que podem ser utilizados para se obter informações sobre qualquer pessoa em qualquer lugar. Isso tudo sem falar nos satélites que captam imagens da Terra com resolução de até um metro e cujas imagens podem ser vendidas comercialmente.

Contando com este novo cenário que favorece múltiplas abordagens no que se refere ao estudo das câmeras de vigilância, este capítulo procura investigar, com base no discurso divulgado pela mídia impressa, como estes aparatos se inter-relacionam com as categorias de medo, segurança, risco e governo. Para a concretização desse processo, foi adotado o procedimento metodológico detalhado a seguir.

4.1 Considerações metodológicas e apresentação dos dados iniciais

Inicialmente foram realizadas duas buscas na página da Internet do *Jornal Folha de São Paulo*, cobrindo o período de 01/01/1995 a 31/08/2005. Para efetuar essas buscas utilizei a ferramenta de busca disponibilizada pelo próprio jornal, que possibilita pesquisar os arquivos e as edições anteriores. Ambas as buscas contemplaram, inicialmente, quase todas as editorias do jornal – com exceção dos classificados, das revistas, de algumas colunas fixas e dos editoriais – com vistas a obter um total significativo de matérias divulgadas pelo veículo durante o período.

Na primeira busca utilizei os termos “circuito interno de tv”, obtendo o resultado de 192 matérias que, de algum modo, faziam referências a estes dispositivos. A segunda busca partiu dos

termos “câmeras de vigilância”, que apresentou um resultado inicial de 222 matérias, sendo que este número não contabilizava os anos de 1995 e 1996, posto que nestes anos a busca não identificou qualquer matéria que contivesse esses termos. Os resultados das duas buscas somaram um total inicial de 414 matérias publicadas durante o período acima especificado.

Contudo, gostaria de destacar que este quantitativo, ao meu ver, não representa a totalidade das matérias publicadas por este jornal, no que tange às questões relacionadas com a vigilância eletrônica. Os números apontados nesta pesquisa referem-se apenas ao universo de publicações decorrentes das buscas com os termos acima especificados, dentro do período previamente selecionado. Acredito que para a obtenção da quantidade real de matérias publicadas seria necessário novas buscas, utilizando outros termos, além de outras técnicas que não apenas a utilização da ferramenta de busca on-line disponibilizada pelo jornal, o que certamente resultaria em um universo muito mais amplo. No entanto, o objetivo desta pesquisa não visou quantificar a totalidade de matérias que, direta ou indiretamente, fazem referência ao objeto estudado, e sim obter uma amostragem representativa que permita uma análise do modo como esta mídia articula a utilização das câmeras de vigilância com as categorias acima mencionadas.

Realizando uma pré-seleção na quantidade de matérias coletadas inicialmente, observei a necessidade de descartar 35 matérias por entender que as mesmas não atendiam aos objetivos desta pesquisa, considerando os seguintes critérios: algumas matérias foram descartadas em virtude das mesmas terem sido contabilizadas em duplicidade pelo programa de busca; outras, embora apresentassem os termos *câmeras* e *vigilância*, não se referiam ao dispositivo em questão, sendo o termo *câmera* utilizado para definir as câmeras de televisão comercial presente em determinados eventos, e o termo *vigilância* usado como referência à equipe de seguranças contratada para o evento.

Também no caso de *circuito* o termo aparece em algumas matérias associado às pistas de corridas, como no caso do “Circuito fórmula Indy”, ou ao circuito de algum evento cultural como “Circuito das artes de Laranjeiras”¹¹⁸. Dessa maneira, estas matérias não foram contabilizadas pela pesquisa em virtude de apresentarem um desvio do tema tratado. Assim, após essa pré-seleção, restou o total de 379 matérias que tratavam especificamente do objeto de estudo deste trabalho. Estas matérias foram inicialmente agrupadas tomando como critério o ano de sua publicação, com vistas à obtenção de um quadro comparativo inicial que apresentasse a incidência de matérias por ano pesquisado. Este primeiro agrupamento apresentou o resultado que pode ser visualizado na tabela 1 e no gráfico 1 em anexo. Como pode ser observado, em 1995 o Jornal publicou um quantitativo de 18 matérias, apresentando uma queda em 1996 para apenas 11 matérias. Nestes dois primeiros anos, todas as matérias encontradas resultaram da primeira busca, quando foram utilizados os termos “circuito interno de tv”, não sendo encontrada nenhuma matéria quando da segunda busca com os termos “câmeras de vigilância”.

Este fato leva a crer que, neste primeiro momento, a idéia de vigilância ainda não se encontrava associada, por esta mídia, a estes dispositivos, prevalecendo sua associação com a idéia de transmissão, própria dos aparelhos de televisão comercial. Esta interpretação é reforçada não somente pela seleção dos assuntos que entram na pauta do jornal, mas, principalmente, pelo próprio teor dos discursos.

Em 1995, uma matéria sobre um programa da TV Educativa que contava com a participação do então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, faz referência ao “circuito interno de tv” como o equipamento que retransmitia a fala do Ministro para os jornalistas que estavam em uma sala ao lado do estúdio onde o programa se desenrolava¹¹⁹.

¹¹⁸ Evento cultural que acontece anualmente no bairro do Rio de Janeiro com este nome.

¹¹⁹ “Para Motta, Estado financia empresários”, Folha de São Paulo, editoria: Brasil, 1-7, 22/04/1995.

Outra matéria destaca a possibilidade dos freqüentadores da Naskart – uma empresa que aluga pistas de kart, situadas ao ar livre – poderem assistir, no conforto do mezzanino, as corridas por meio do “circuito interno de tv”¹²⁰. Ainda em outra matéria sobre uma casa de show de São Paulo, a Tom Brasil, o circuito interno de tv serve para transmitir para telões, instalados dentro da casa, as imagens das entrevistas que são realizadas antes do show, na entrada da casa, com os “famosos” que chegavam para o evento¹²¹.

Das 18 matérias publicadas neste ano, apenas nove (50%), fazem a ligação do circuito interno de tv com questões relacionadas à segurança, sendo que duas matérias são desdobramentos do mesmo fato, um assalto ocorrido no Centro Empresarial Itaú¹²².

A forma como se dá essa ligação é ainda incipiente, como no caso da matéria que aponta para o aumento de roubos a banco na grande São Paulo, destacando a necessidade da segurança bancária em investir em circuitos internos de tv e portas giratórias, (equipamentos raros nesta época nos estabelecimentos bancários) como medidas preventivas que “podem diminuir os riscos de ser roubado”¹²³.

Já em 1996, das 11 matérias divulgadas, uma relata a entrevista dada pelo ator Michael Douglas via circuito interno de TV¹²⁴. Outra narra a entrevista do porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, também por meio de circuito interno, em solenidade do dia da Cultura¹²⁵. E outra divulga as férias, em Fernando de Noronha (PE), do presidente Fernando Henrique Cardoso com a família, em uma casa do Ministério da Aeronáutica. Para as férias do

¹²⁰ “Inovação garante a sobrevivência”, Folha de São Paulo, editoria: Ilustrada, 8-6, 24/12/1995.

¹²¹ “Caetano põe MPB a serviço da *hispanidad*”, Folha de São Paulo, editoria: Ilustrada, 26/08/1995.

¹²² No dia 09/08/95 a Folha publica duas matérias sobre o assalto ocorrido no Centro Empresarial Itaú, ambas na editoria: cotidiano, sendo que uma na edição nacional com o título “Ladrões tinham entrado em centro em junho” e outra na edição São Paulo, com o título “Câmera filma ação dos ladrões”.

¹²³ “Roubo a banco atrai criminoso iniciante”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 3-1, 21/10/1995. A matéria destaca que a média mensal de roubos a bancos na Grande São Paulo era de 31,4 roubos por mês em 1994, passando para 63,2 até setembro de 1995, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

¹²⁴ “Michael Douglas troca mulheres por leões”, Folha de São Paulo, editoria: Ilustrada, 3-4, 21/12/1996.

¹²⁵ “Muito Barulho”, Folha de São Paulo, editoria: Brasil, 1-4, 06/11/1996.

presidente, “taifeiros da Aeronáutica pintaram a casa e fizeram reparos. Foram compradas duas geladeiras e uma antena parabólica e instalados alarmes e um circuito interno de tv para a segurança”¹²⁶.

Apenas seis matérias fazem a relação entre circuito interno de tv, prevenção do crime e segurança, utilizando diferentes enfoques: Na matéria intitulada “Lei pune bancos sem dispositivos de segurança”, de 01/02/96, a ênfase reside no descumprimento, por parte dos estabelecimentos bancários, da legislação que obriga a instalação de alarmes, portas giratórias e câmeras de vigilância, dentre outros equipamentos de segurança, em todas as agências. Considerando a matéria publicada em 1995 sobre a mesma questão, foi observado que nos anos de 1995 e 1996 ainda não era uma prática comum a presença de câmeras de vigilância nos estabelecimentos bancários. Isso revela uma realidade impensada nos dias de hoje, em que na maioria dos estabelecimentos bancários, (talvez até em todos), a incômoda porta giratória e as câmeras de vigilância são realidades tão comuns e esperadas quanto a presença de dinheiro nos caixas.

Em outra matéria que relaciona o uso das câmeras à possibilidade de contenção da violência (“A retórica antiviolência”, 20/03/96), o discurso associa a instalação destes dispositivos no Estádio do Pacaembu a um conjunto de medidas tomadas no ano anterior pela justiça paulista, visando diminuir a violência entre os torcedores nos estádios de futebol. Entre essas medidas constava a proibição de faixas e gritos de guerra; a proibição da presença das torcidas organizadas nos estádios; a proibição da venda de bebidas alcoólicas e a instalação de equipamento de circuito interno de vigilância. Estas medidas, parte de uma campanha “pela paz nos estádios”, lançada em 1995 pelo sociólogo Betinho, contava com o apoio dos clubes, da Polícia Militar e do Ministério Público. Contudo, avaliando a campanha um ano após seu

¹²⁶ “FHC passa férias em Fernando de Noronha”, Folha de São Paulo, editoria: Brasil, 26/12/96.

lançamento, a mesma matéria aponta para a ineficiência e o esquecimento em que caíram estas medidas. As torcidas já tinham voltado a ocupar o estádio, a venda de bebida alcoólica era amplamente praticada, e o sofisticado equipamento de vigilância estava sem uso. O fato de quase não ocorrer jogos clássicos (que atraem grande número de torcedores), inviabilizava o custo do uso destes equipamentos.

Ainda em 1996, a matéria “Rebelião mata quatro e fere nove na Praia Grande” de 04/11, relata uma rebelião ocorrida na cadeia de Vila Mirim, na Praia Grande, a 82 km ao sul de São Paulo. Embora a cadeia possuísse circuito interno de tv, na época com quatro câmeras, antes de dar início à rebelião os presos cobriram as câmeras com toalhas, impedindo a monitoração por parte dos funcionários. Esta iniciativa dos detentos deixa claro não só a facilidade de burlar a suposta “eficácia” das câmeras utilizadas na época (bastando para isso uma toalha), como também evidencia a fragilidade destes equipamentos no que se refere à prevenção de conflitos em estabelecimentos prisionais.

Analisando as matérias publicadas nestes dois anos, fica evidente não somente a pouca utilização destes dispositivos nos espaços públicos, como também sua quase inexistência nos espaços privados. Além disso, percebe-se que a concepção de utilização encontra-se mais próxima daquela associada à desempenhada pela tevê comercial, ou seja, a retransmissão de um evento ao vivo, do que com a destinação dada aos mecanismos de vigilância e controle em termos de prevenção de riscos e promessa de segurança.

De 1997 em diante, embora não desapareçam as matérias que citam o “circuito interno de tv”, surgem também matérias que utilizam a nomenclatura “câmeras de vigilância” para definir estes dispositivos. A princípio, não se percebe qualquer critério, seja conceitual ou concreto (baseado no tipo, destinação, modelo ou nas potencialidades técnicas dos equipamentos), por parte do jornal, que justifique a utilização das duas terminologias, posto que em alguns casos

ocorre o hibridismo sendo utilizados os termos “circuito interno de vigilância”. Todas as definições são utilizadas pelo jornal como o mesmo propósito; fazer referência aos usos e as potencialidades destes dispositivos, ressaltando as inovações tecnológicas que estão surgindo neste setor.

Das 25 matérias encontradas em 1997, dezesseis decorrem da busca por “circuito interno”, enquanto que nove surgem da busca por “câmeras de vigilância”. Considerando os anos anteriores, é possível observar um ligeiro crescimento no que se refere ao número de matérias publicadas. Também os discursos e o enfoque dado pelo jornal começam a apresentar uma relação entre esses dispositivos e os conceitos de segurança e prevenção de riscos, destacando o sentimento de medo frente ao crescimento da violência. Do total de matérias encontradas neste ano, apenas duas não estabelecem a relação direta, no âmbito da realidade urbana, destes dispositivos com questões direcionadas à vigilância como medida de controle. Nessa relação, estes dispositivos aparecem como potenciais inibidores da violência, colocando-os a serviço da prevenção dos riscos, associando-os, cada vez mais, às questões que envolvem o medo e a segurança da população¹²⁷.

Já em 1998, conforme uma matéria publicada em 30/07, o setor de segurança aponta para um aumento significativo na procura por dispositivos eletrônicos que “inibam a ação dos assaltantes”. A Graber, empresa que lidera o setor de segurança particular em várias cidades do interior de São Paulo, registrou um crescimento de 42% em 1997 e a previsão para 1998 era que este índice crescesse 50%, conforme declarou Marcelo Cássio Necho, gerente regional da

¹²⁷ “Filme decepciona, apesar de conciliar Wenders e Hollywood”, Folha Mundo, 12/05/97, faz referência ao novo filme de Wim Wenders *The End Of Violence*. Embora o filme em si tenha como temática a proliferação dos dispositivos de vigilância, a matéria gira em torno da recepção negativa do filme por parte do público; A segunda matéria, publicada no caderno de Informática, “Kit pode ter vários usos”, 10/12/97, descreve um kit de baixo custo lançado pela *Pixel View*, destacando seus vários usos, inclusive como kit de vigilância. Estas matérias embora tratem da questão da vigilância o fazem de maneira indireta, não estabelecendo ligações com o cotidiano da chamada violência urbana (nota da autora).

empresa. Também o coronel Gilberto Franco Sacilotti, diretor-presidente da Segvap (Segurança do Vale da Paraíba), declara que o crescimento anual da empresa tem variado entre 30% e 40% nos últimos anos. A empresa, que atende todo o Vale do Paraíba, aponta as indústrias e as empresas como os principais responsáveis por este aumento na demanda por equipamentos de circuito interno de tv, e cita São José dos Campos como a cidade onde a procura é maior. Para as estatísticas da Polícia Civil da cidade, o aumento na demanda se justifica, posto que o número de roubos passou de 963 no primeiro semestre de 1997, para 1.349 no mesmo período de 1998. Já, no mesmo período, os furtos subiram de 1.851 para 2.143 e os homicídios passaram de 87 para 178 entre os dois semestres. No discurso utilizado na redação da matéria, fica evidente o estabelecimento de uma relação direta entre a presença de equipamentos de vigilância e a probabilidade de diminuição do crime¹²⁸.

Esta relação vai se intensificando nos demais anos pesquisados (1999 a 2005), nos quais, do quantitativo de 301 matérias coletadas, 279 (92,69%) fazem uma ligação, explícita ou implícita, entre a presença, e/ou ausência destes dispositivos; o sentimento de medo; e a prevenção dos riscos imputados pela violência. Vale também apontar que em 355 (93,67%), das 379 matérias coletadas aparece a palavra “segurança” associada diretamente à presença (ou ausência) de equipamentos eletrônicos de vigilância.

Ainda que esta correlação, na maior parte das matérias, utilize um discurso de aprovação destes dispositivos, (positivando suas potencialidades para solucionar a equação “violência + risco + insegurança + medo = câmeras de vigilância”) também se verifica a presença de discursos desaprovadores e questionadores quanto à utilização crescente e indiscriminada desta tecnologia.

À partir de 2000, faz-se cada vez mais presente nas matérias os debates em torno das

¹²⁸ “Aumenta 30% procura por segurança”, Folha Vale, editoria: cotidiano, 30/07/98.

questões que envolvem o direito à privacidade, a exemplo da matéria “A guerra da privacidade”, publicada no Caderno Especial, em que o jurista Simson Garfinkel defende que no século XXI, frente a um mundo altamente informatizado, a privacidade será um dos direitos civis mais importantes¹²⁹.

Contudo, trabalhando com a amostra coletada, é facilmente observável que a maior parte das matérias publicadas giram em torno da suposta proteção que as câmeras podem proporcionar à população, como medida preventiva em situações de risco de crime. Considerando o período e o campo empírico pesquisado, e excluindo os anos de 1995 e 1996, quando só obtive resultado com a primeira busca, de 1997 até meados de 2005, quando as duas buscas realizadas apresentaram resultados, os números de matérias publicadas oscilaram (conforme pode ser verificado na tabela 1) entre o mínimo de 24 (6,33%) em 1998 e o máximo de 61 matérias (16,09%) em 2003. No entanto, vale destacar que no ano de 2005 até 31/08, quando do encerramento desta pesquisa, a Folha já apresentava um quantitativo de 54 matérias publicadas (14,25%). Levando em conta ser este um período de pouco mais de seis meses, se comparado ao recorde das 61 matérias publicadas em 2003, evidencia-se em 2005 um crescimento significativo com relação aos outros anos.

Dentre os vários fatores que podem ser apontados como causa desse crescimento, destaco a presença cada vez mais freqüente desses dispositivos, nos espaços públicos e privados; o crescente descrédito em que caíram as instituições públicas responsáveis por garantir a segurança da população; o modelo de governo contemporâneo baseado no discurso de prevenção dos riscos; e, por último, mas não menos importante, a associação de duas hipóteses levantadas pelo professor Paulo Vaz, que acredito não serem excludentes e sim complementares.

¹²⁹ Este conceito é aqui entendido não apenas como o direito de uma pessoa em ocultar coisas, mas sim como o direito que o indivíduo possui para decidir quais detalhes de sua vida devem ser publicizados ou não. “A guerra da privacidade”, Folha de São Paulo, editoria: especial, 05/03/2000.

Como aponta Vaz, de modo geral, nas pesquisas em comunicação e criminologia que têm por objeto o “medo do crime”, a hipótese trabalhada parte da premissa deste medo ser “gerado pela exposição aos meios de comunicação, na medida em que o real mediado é mais assustador do que a realidade e que a maior parte das informações sobre crime são passadas pelos meios de comunicação”¹³⁰.

Embora Vaz questione a aplicabilidade dessa hipótese em cidades onde as taxas de vitimização são mais altas, como no caso do Rio de Janeiro, acredito que essa hipótese, associada à outra (também trabalhada no artigo pelos autores), que destaca a importância de se considerar também o “tipo de crime” enfatizado pelas mídias, “sendo o medo amplificado por crimes com seleção aleatória de vítimas e ocorridos no interior da rotina de muitos”, justificam em certa medida os números crescentes de matérias publicadas nos últimos anos. A ênfase dada pelas mídias aos crimes aleatórios, em que qualquer um passa a ocupar a posição de “vítima virtual”¹³¹, somada aos fatores já citados anteriormente, justificam boa parte do número significativo de publicações sobre câmeras de vigilância, ocorridos tanto em 2003 quanto em 2005.

Um exemplo que se encaixa e reafirma as hipóteses acima citadas pode ser encontrado no crime ocorrido em 5 de maio de 2003 com a estudante de enfermagem Luciana Gonçalves de Novaes, 19 anos, baleada no pátio do campus da Universidade Estácio de Sá, no Rio Comprido, Zona Norte do Rio de Janeiro. Esse foi um caso que teve grande repercussão nas mídias de modo

¹³⁰VAZ, Paulo *et al.*, “O ‘medo do crime’ é um objeto maior das pesquisas em comunicação e criminologia (cf. por exemplo, Beckett, 1997; Reiner, 2002; Romer, Jamieson, and Aday, 2003; Surette, 1998). De modo geral, discute-se a hipótese de o ‘medo do crime’ ser gerado pela exposição aos meios de comunicação, na medida em que o real mediado é mais assustador do que a realidade e que a maior parte das informações sobre crime são passadas pelos meios de comunicação. O enviesamento da base de inferência levaria os indivíduos a supor que a cidade é mais assustadora do que é. Contudo, essa distância entre representação e realidade seria mais convincente onde taxas de vitimização são relativamente baixas, o que não é o caso no Rio de Janeiro. Para poder estudar o ‘medo do crime’ no Rio, lançamos mão de outra hipótese, aquela que propõe que não basta o enviesamento, mas também o tipo de crime, sendo o medo amplificado por crimes com seleção aleatória de vítimas e ocorridos no interior da rotina de muitos”. Trecho retirado do artigo intitulado “Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime”, apresentado no XIV Encontro Anual da Compós, ocorrido no período de 1 a 4 de junho de 2005, na Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2005: p. 06.

¹³¹ Idem, 2005.

geral, sendo que 15 (24,6%) das 61 matérias publicadas pela Folha em 2003 eram sobre o caso e seus desdobramentos, o que sem dúvida contribui para elevar o número de matérias publicadas nesse ano.

A condição de aleatoriedade do crime – que configura o tipo de notícia preferida para ser explorada pelas mídias, na medida em que provoca maior grau de indignação e interesse por parte da população – é amplamente reforçado pelas matérias, que enfatizam repetidamente algumas características do ocorrido: o perfil da vítima (definido como uma jovem de classe média, estudante aplicada, com um “futuro promissor” e com uma conduta exemplar) exclui a presença de desvios que poderiam servir para “justificar” sua vitimização; o local da ocorrência (o pátio de uma universidade, que ao contrário de outras áreas classificadas como “áreas de riscos”, é considerado, a princípio, como um local seguro) além de isentar a vítima de ser acusada de, por sua própria escolha, ter se exposto ao crime freqüentando “lugares perigosos”, confere a esta, perante a opinião pública, maior legitimidade. A vítima estava naquele local por uma “necessidade”, para cumprir com seu dever de estudante, e não por opção ou por divertimento. Por último, a falta de motivação para o crime, (não houve briga entre namorados, tentativa de roubo, acerto de contas ou algo que, de algum modo, o “justificasse”), reforça na audiência a crença (e o temor) frente à possibilidade de qualquer um estar sujeito a se transformar na próxima vítima, o que acaba por transformar a todos em “vítimas virtuais” da violência aleatória, posto que a mesma é imprevisível e, portanto, incontrolável.

A ênfase da matéria sobre estes aspectos visa não somente consolidar a simpatia da audiência pela vítima, reforçando o perfil “monstruoso” do criminoso, como também acentuar o grau de indignação da população, que passa a cobrar do Estado não somente a apresentação do culpado como também a adoção de medidas rigorosas para lidar com este tipo de crime. No entanto, o caso em questão, nas tintas utilizadas pela mídia para dar o tom das matérias, se

converteu em uma espécie de “farsa burlesca”, protagonizada justamente por aqueles que deveriam ser os responsáveis por sua elucidação, ou seja, os representantes do Estado.

Conforme as primeiras declarações da polícia e do governo, os responsáveis pelo tiro que atingiu a estudante seriam os traficantes do morro do Turano, favela localizada nas imediações do campus da universidade. O motivo do tiro seria uma represália dos traficantes à ação da polícia militar no morro, que teriam extorquido dinheiro dos traficantes e matado um deles. A informação sobre extorsão foi confirmada e nove policiais foram presos¹³².

Para localizar o traficante a polícia ocupou o morro do Turano e favelas próximas, matando oito pessoas. Contudo a versão da origem do tiro foi desmentida quatro dias depois, quando os médicos extraíram a bala da coluna da universitária e constataram que a mesma era de uma pistola calibre 40 (arma bastante utilizada pela polícia) e não de fuzil, o que, conforme declaração dos peritos impossibilita que o tiro tenha partido do morro localizado a 600m do pátio onde se encontrava a estudante. Apesar de, nas suas declarações, os peritos, a polícia e o governo admitirem que o tiro foi disparado de dentro da universidade e não do morro, a *Folha* publicou em 11/05/03¹³³ matéria afirmando que a hipótese de o tiro ter sido disparado de dentro da própria universidade não descartava a possibilidade dos responsáveis serem os traficantes do morro do Turano.

Para aumentar a confusão, só quatro dias depois do crime a polícia descobriu que a universidade tinha um circuito interno com 32 câmeras de vigilância instaladas, que gravava, dentre outras, as imagens do pátio. As fitas (que demoraram a aparecer) foram requisitadas pela polícia, e um vulto de um homem que era vislumbrado ao fundo do corredor onde estava Luciana

¹³² “O papel da polícia”, matéria de Marcelo Beraba, *ombudsman* da Folha de São Paulo, publicada no Caderno Opinião em 16/05/2003.

¹³³ “Tiro pode ter sido dado de campus, afirma Garotinho” matéria publicada pela Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, em 11/05/2003.

foi apontado como suspeito por estar segurando algo que poderia ser uma pistola ou um fuzil. A *Folha* divulgou posteriormente que se tratava de um faxineiro que vinha do almoxarifado da universidade, e que a pistola ou fuzil eram na verdade três inofensivas *vassouras*¹³⁴(grifo nosso).

Em seguida, a *Folha* publica matéria em que o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, teria afastado o delegado responsável pela investigação, sob a alegação de que este teria cedido as imagens das câmeras para jornais e emissoras, e destaca no corpo da matéria que no campus funcionava uma suposta venda de drogas que teria nos alunos da universidade sua principal clientela. Essa nova ligação entre o crime e o tráfico de drogas implicitamente reforça a crença de que seriam os traficantes os responsáveis pelo crime¹³⁵.

Contudo, em matéria publicada em 15/05/2003, surge uma nova denúncia de que as fitas entregues à polícia tinham sido adulteradas, em pelo menos dez minutos de gravação, para apagar as imagens da hora em que o crime ocorreu. Segundo a matéria, as imagens suprimidas das fitas indicavam que o autor do crime poderia ser um policial que prestava serviço de segurança para a universidade. Além disso, a matéria aponta para o sumiço de duas fitas, dentre elas a que reunia as imagens de todas as câmeras¹³⁶. Na matéria publicada em 17/05/2003, a *Folha* informa que a Polícia do Estado do Rio não dispõe de tecnologia para examinar os arquivos onde estão as imagens suprimidas¹³⁷. Já na matéria seguinte, a *Folha* aponta para o surgimento de uma nova fita até então desconhecida pela polícia, e destaca que o inspetor da polícia civil, Marco Ripper, que trabalha como segurança para a universidade (considerado até então o principal suspeito), entregou espontaneamente sua arma calibre 40 (igual a que feriu a estudante) para ser examinada,

¹³⁴ “Peritos concluem que o tiro que feriu estudante não saiu do morro”, *Folha de São Paulo*, editoria cotidiano, 14/05/2003.

¹³⁵ “Garotinho afasta delegado e critica policiais civis”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 13/05/2003.

¹³⁶ “Para Secretaria, policial atirou em aluna”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 15/05/2003.

¹³⁷ “Polícia do Rio não tem tecnologia para examinar imagens da Estácio”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 17/05/2003.

como provável arma do crime¹³⁸. Esta versão é rapidamente desmentida na matéria do dia seguinte, quando o resultado do exame de balística realizado na arma do inspetor descartou qualquer possibilidade de ter sido aquela a arma utilizada para disparar a bala que atingiu a estudante. Na mesma matéria a *Folha* destaca as várias versões para o crime já apontadas pela polícia, deixando implícita a falta de pistas seguras a serem seguidas, além de destacar a ineficácia no modo como as investigações vinham sendo conduzidas e o despreparo daqueles que seriam os responsáveis pelas investigações¹³⁹.

Em 22/05/2003 uma nova matéria destaca a entrada, no caso, do perito da Unicamp, Ricardo Molina (conceituado por ter auxiliado a polícia na elucidação de outros crimes), convidado para auxiliar na recuperação das imagens das fitas adulteradas¹⁴⁰.

Em 23/05/2003 um novo dado complica ainda mais a já nebulosa investigação da polícia (que vinha sendo divulgada passo a passo pelo jornal). O gerente da empresa de tele-segurança, Carlos Duarte Ferreira, responsável pelo circuito interno da universidade, disse que recebeu da entidade a orientação para “piorar” as imagens da câmera 27, posicionada de frente para a cantina, e que mostrava o momento em que a aluna foi baleada. O gerente afirmou que se negou a fazer as alterações, recebendo em seguida a ordem para copiar as imagens desta fita e entregar a cópia na guarita da Vig Ban, empresa que opera o sistema de vigilância dentro do campus. Segundo a matéria, o funcionário fez a cópia e não percebeu nada de diferente em relação à gravação original. Contudo, quando reviu a fita na delegacia o gerente afirmou que as imagens tinham sido “grosseiramente” adulteradas, acrescentando que, pela falta de sofisticação, provavelmente nos próprios equipamentos da universidade.

¹³⁸ “Polícia do Rio não tem tecnologia para examinar imagens da Estácio”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 17/05/2003.

¹³⁹ “Polícia tem 3ª versão para crime na Estácio”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 20/05/2003.

¹⁴⁰ “Perito da Unicamp entra no caso Estácio de Sá para tentar recuperar imagens”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 22/05/2003.

O gerente declara ainda que na fita original dava para ver dois homens armados – um dos quais próximo à cantina, de onde poderia ter partido o tiro¹⁴¹.

Em decorrência deste novo depoimento, a direção do campus foi indiciada sob acusação de cometer fraude processual¹⁴². O chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Álvaro Lins, afirmou em matéria divulgada pela *Folha* que, a partir da recuperação feita pelo ICCE (Instituto de Criminalística Carlos Éboli) de algumas imagens, é possível ver dois homens armados, sendo um deles o responsável pelo disparo. No corpo da matéria, Lins declara que “o que podemos afirmar agora é que o tiro contra a estudante partiu de dentro da universidade e que, até o fim da semana, o caso será resolvido”¹⁴³.

Contudo, em 05/06/2003, aniversário de vinte anos de Luciana e um mês após o crime, a *Folha* publica matéria que aponta para a falta de resultado e para o fracasso das investigações, aproveitando para divulgar um apelo do secretário Anthony Garotinho (claramente pressionado pela população e pela mídia que cobravam uma resolução urgente para o caso), para que as testemunhas colaborem com a polícia, “senão vai ser impossível esclarecer o crime”¹⁴⁴.

Para surpresa da opinião pública, dez dias depois a *Folha* divulga que o perito da Unicamp, Ricardo Molina, especialmente convidado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro para auxiliar na resolução do caso, foi inesperadamente destituído e afastado das investigações. O motivo apresentado para o afastamento do perito foi, segundo o chefe da polícia civil, Álvaro Lins, o fato de Molina ter estado na universidade para recolher um disco rígido do computador, sem antes avisar a polícia. Em momento algum foram divulgados mais detalhes

¹⁴¹ “Estácio pediu vídeo “piorado”, diz gerente”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 23/05/2003.

¹⁴² “Diretor de campus é indiciado sob acusação de fraudar gravações”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 24/05/2003.

¹⁴³ “Polícia diz que resolve nesta semana caso de aluna baleada em campus”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 27/05/2003.

¹⁴⁴ “Após um mês, autor de tiro não foi identificado”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 05/06/2003.

sobre o conteúdo e a importância deste disco para o andamento das investigações¹⁴⁵.

Depois de um período de silêncio sobre o caso, em 10/07/2003, a *Folha* publica a declaração do Secretário Estadual de Segurança Pública, apresentando oficialmente Elton dos Santos, 19 anos, conhecido como Batata, traficante do morro do Turano, como o autor do disparo que atingiu a estudante. Embora esta fosse a quarta versão sobre o caso (que de certo modo coincide com a primeira), mesmo o acusado negando a autoria do crime, e ainda que a arma não tenha sido encontrada, a Secretaria de Segurança Pública proibiu que o suspeito fosse entrevistado, dando como encerrada as investigações¹⁴⁶.

A *Folha de São Paulo* deixa claro que tem dúvidas quanto à culpa do acusado em várias partes do corpo da matéria. Primeiro refere-se a “suposta elucidação do crime”; depois apresenta a opinião do promotor do Ministério Público, Márcio Nobre, que “não considera encerrada a apuração”. Também enfatiza em diversos momentos a proibição que a secretaria impôs para que o acusado não fosse entrevistado. Além disso, apresenta a opinião do diretor da Estácio, Marcelo Campos, como cética, e acrescenta um desdobramento à matéria ao apresentar a opinião do perito, Ricardo Molina, que considera no mínimo, “muito estranha” a versão apresentada pela polícia.

Para baixar as cortinas, colocando um *the end* para o caso (ou talvez para deixar aberta a possibilidade de uma nova encenação no futuro?!), em 01/07/2004, mais de um ano depois do ocorrido, a *Folha* publica matéria divulgando a decisão do juiz Alexandre de Carvalho Mesquita, da 40ª Vara Cível do Rio de Janeiro que, sob a alegação de falha na segurança da universidade, determina o pagamento de R\$ 950 mil à vítima por danos morais e estéticos, além de uma pensão de um salário mínimo até que a mesma complete 65 anos. No corpo da matéria o jornal reafirma

¹⁴⁵ “Perito é afastado de investigação”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 15/06/2003.

¹⁴⁶ “Garotinho diz ter solucionado caso Estácio”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 10/07/2003.

que até esta data a polícia não sabe quem foi o autor do tiro que atingiu a estudante, apontando o traficante do morro do Turano, o Batata, preso no ano anterior e apresentado pelo secretário Garotinho como o culpado pelo crime, apenas como um “possível suspeito”¹⁴⁷.

Entre as várias versões (divulgadas e desmentidas), os depoimentos confusos das autoridades responsáveis, a manipulação das imagens e as perícias com resultados contraditórios, restaram, um ano depois, como saldo concreto do acontecido, uma estudante tetraplégica, internada desde o dia do crime e respirando pela traquéia por meio de aparelhos, e a aceitação da opinião pública do suspeito como sendo o responsável por este quadro, além da ressaltada inépcia dos órgãos do Estado na condução das investigações.

No que tange à forma encontrada para a resolução do caso, vale a pena observar que: a apresentação de um traficante, favelado, morador do morro do Turano, como sendo o provável criminoso, reforça a hipótese levantada por Vaz (2005), de que na percepção da classe média (a quem o jornal é endereçado), os grandes responsáveis pelo alto índice de violência na cidade são o tráfico e o traficante, e que a favela não representa apenas uma “área de risco” mas, principalmente, é o lugar de onde os crimes provêm. “O nexos que está sendo proposto aos moradores da cidade é entre a favela e toda sorte de ‘violência’ que acontece no Rio de Janeiro”¹⁴⁸.

Já na cobertura dada pelo jornal ao ocorrido, vale observar que: ao enfatizar as várias versões das autoridades, suas afirmações e seus desmentidos, o possível envolvimento da polícia, a manipulação e ocultação de dados sobre os fatos etc., o jornal deixa claro para a opinião pública (novamente a classe média), a ineficiência e a falta de confiabilidade nos órgãos responsáveis pela segurança da população. Este quadro (construído em forma de mosaico pelas “matérias-capítulo” publicadas quase que diariamente) acentua o despreparo e a falta de condições em que

¹⁴⁷ “Faculdade terá de indenizar aluna baleada”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 01/07/2004.

¹⁴⁸ VAZ, Paulo. *op. cit.* 2005.

se encontra o sistema de segurança, gerando a sensação de instabilidade e reforçando a sensação de medo na audiência, frente aos riscos imputados pela violência generalizada, imprevisível posto que aleatória, em total estado de descontrole.

Essa realidade mediada pelo jornal estimula na população a busca e a aceitação por medidas preventivas, que prometem proteção e segurança, ainda que isso exija o penhoramento da liberdade. Em um cenário em que as causas mais profundas da insegurança e da incerteza se tornaram obscuras e difusas para a grande maioria dos indivíduos afetados, em função, dentre outras coisas, da globalização dos seus mecanismos de fabricação, somado a um Estado que se mostra incapaz de garantir a paz e a segurança da população, verifica-se uma grande inclinação da sociedade para transferir a ansiedade da insegurança, e suas verdadeiras causas, para o campo da segurança privada. Hoje, a classe média reivindica a proteção fornecida pelos trincos, ferrolhos, sistemas de segurança, alarmes e câmeras de vigilância, como parte da orientação necessária para a sobrevivência individual.

No caso analisado acima, ocorrido na Universidade Estácio de Sá, seja pelo fato de que nem todo o sistema de segurança existente no campus (contingente humano somado às 32 câmeras espalhadas pela universidade) foi suficiente para impedir que a estudante fosse baleada, na frente de todos, enquanto lanchava no pátio da faculdade; seja porque as imagens gravadas pelas câmeras de vigilância sequer serviram para identificar os culpados pelo crime, já que os mesmos recursos tecnológicos que possibilitaram a gravação favoreceram também a manipulação e adulteração das fitas; torna-se evidente que a promessa de segurança, em muitos casos, efetivamente não se cumpre. Ainda assim, quanto mais enfraquecido o Estado, mais seus porta-vozes (entre eles a mídia), reafirmam a necessidade da autonomia, da autoconfiança, de contarmos apenas com recursos próprios, estimulando a individualidade, esfacelando qualquer possibilidade de solidariedade social e aniquilando o sentido de comunidade nacional.

4.2 Nova distribuição para a aferição de outros dados

Depois dessa primeira classificação por ano de publicação, que possibilitou o levantamento de alguns dados e a observação de alguns padrões, visando aferir novos dados, realizei uma segunda seleção em que as matérias foram reagrupadas, adotando como critério as editorias nas quais elas foram publicadas. Esta segunda classificação teve como propósito observar não somente qual a editoria que prioriza as questões aqui levantadas, como também analisar os discursos dessas publicações, considerando os conceitos que vêm sendo trabalhados.

Como pode ser apurado (ver tabela 2, gráfico 2, em anexo), a editoria de cotidiano aparece bem à frente das outras editorias, com 224 (59,10%) matérias publicadas, ficando o segundo lugar com a editoria Ilustrada/Acontece, com apenas 37 (9,76%) das publicações.

Esse índice torna-se plenamente justificável quando levamos em consideração as seguintes características da editoria de cotidiano neste jornal: as matérias publicadas nessa editoria cobrem uma grande diversidade de notícias, sob os mais variados subtítulos (ex: crime, polícia, violência, segurança, vigilância, lazer, família etc.). Estas matérias são provenientes da reportagem local, das agências e sucursais estaduais e regionais (inclusive a do Rio de Janeiro) e dos correspondentes enviados para o interior do estado. Nesse sentido, as matérias publicadas nessa editoria cobrem não apenas o cotidiano da Grande São Paulo, mas também divulga notícias e acontecimentos de outros estados e cidades (ex: Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Vinhedo, Campinas, Ribeirão Preto, Limeira etc., além de todo o litoral norte do Estado de São Paulo) o que resulta em um volume significativo de matérias publicadas.

É importante destacar também que o próprio teor do objeto pesquisado, câmeras de vigilância, encontra-se intrinsecamente relacionado ao cotidiano da população, o que favorece a incidência de notícias que geram um grande número de matérias nesta editoria. Com base nesses

dados, selecionei aleatoriamente algumas matérias que servirão para dar suporte às análises das presenças e das ausências (considerando que as ausências falam tanto quanto as presenças) dos discursos utilizados nestas publicações. Priorizando as matérias publicadas na editoria cotidiano, sem, no entanto desprezar algumas matérias publicadas nas outras editorias, resolvi, para melhor compreensão destas análises, agrupar estas matérias considerando quatro dimensões que me interessa abordar dentro deste capítulo.

4.2.1 “Comporte-se, você está sendo filmado!”– análise da dimensão afetiva

Dentre os afetos que mobilizam os indivíduos a aceitarem e, na maior parte dos casos, a requisitarem a presença das câmeras de vigilância, aquele que se faz mais presente nos discursos da mídia é o afeto do medo. Em 20/10/98, a *Folha* divulga os dados de uma pesquisa feita pela Habicamp (Associação das Empresas do Setor Imobiliário e da Habitação de Campinas e Região), revelando que 40% dos campineiros optou por prédios vigiados em 1998, contra 21% de 1996. O medo da violência é apontado como a principal causa dessa mudança de comportamento. Na mesma matéria, Márcia Aparecida Vieira, do departamento comercial da empresa de segurança Graber, afirma que muitos condomínios estão instalando câmeras para vigiar o movimento das pessoas nas portarias. Para Kelma Tavares, vice-presidente da Habicamp, “vale tudo para impedir a entrada de pessoas suspeitas”. Muros altos com cercas eletrificadas, interfones, porteiros eletrônicos e vigilância ininterrupta são medidas constantemente adotadas, ainda que, com isso, dobre o preço do condomínio¹⁴⁹.

¹⁴⁹ “Medo faz Campinas dobrar condomínios”, Folha de São Paulo, editoria: imóveis/ habitação, 20/10/98.

Já em 01/05/2003, ou seja, cinco anos depois, a *Folha* publica matéria que indica a ocorrência de mudanças no mercado imobiliário, desde a década de 1990 até os dias atuais.

Segundo a análise constante da matéria, no começo dos anos 90 os anúncios veiculados destacavam a vantagem de se morar em um imóvel com lazer para toda a família, sem a necessidade de sair de casa e se expor à violência urbana. A partir de 1995, o item segurança ganha força de requisito básico para se morar bem. “Lazer e segurança para garantir a sua qualidade de vida e de toda a sua família”, diziam os anúncios de 1995. Para Sônia Ferraz, professora de arquitetura da Universidade Federal Fluminense, “a cultura do medo foi gradativamente sendo introduzida como elemento para atrair o comprador”. Citando uma pesquisa desenvolvida na universidade sobre as propagandas imobiliárias no período de 1992 a 2002, ela constata que quanto mais elementos de proteção as imobiliárias oferecem, mais dão a idéia de que a violência aumenta, sendo cada vez mais ameaçadora. Rogério Santos, diretor de marketing da Abyara Planejamento Imobiliário, admite que “*se não vendermos segurança, não vendemos imóvel*” (grifo nosso). Os ícones de segurança passaram a integrar a planta do imóvel, como o desenho das guaritas de segurança, dos portões automáticos e das câmeras de vigilância, assim como o logotipo da empresa de segurança. “Já virou grife”, diz Sônia Ferraz¹⁵⁰.

Em outra matéria, publicada na mesma data, a professora complementa: “estamos diante de uma arquitetura que explicita o medo da violência. É crescente o número de elementos medievais e carcerários presente nas habitações. Tudo isso gera uma mudança radical na qualidade de vida das pessoas, que estão se encarcerando”. Ainda nesta matéria, o professor de sociologia da USP, Emir Sader, diz que tudo isso destrói o espaço público como espaço de trocas, além de estancar a comunicação entre os diferentes e não

¹⁵⁰ “Segurança é requisito na escolha de imóvel”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 01/05/2003.

desenvolver a noção de cidadania, posto que a classe alta se defende da violência, mas não se sente comprometida a identificar as causas dessa violência. “Tudo isso sinaliza que vivemos a lógica da individualização. Todos esses elementos agudizam a idéia de uma guerra de todos contra todos”, complementa Sader. Já a psicanalista Arlete Salgueiro destaca que “a pessoa passa a ver o próximo com receio. De repente parece que todo mundo virou inimigo”. Para ela isso funciona como uma bola de neve, o espaço de convivência social vai sendo restringido, e o medo aumenta cada vez mais¹⁵¹.

Apesar das análises dos especialistas citados no corpo da matéria aparentemente corroborarem com a idéia de que a mídia mitifica a violência, no seu trecho final, Nancy Córdia, vice-coordenadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP termina a matéria justificando não somente o poder das cenas de violência em nos fazer supervalorizar as ameaças, como também a utilização dos equipamentos de segurança pela população: “são soluções de desespero. Nos últimos cinco anos, todo mundo conheceu alguém que foi assaltado, seqüestrado ou assassinado. Alguns exageram um pouco? Talvez, *mas cada um reage de uma forma às ameaças*” (grifo nosso).

Nos discursos das matérias acima citadas, é fácil perceber a **associação constante e aparentemente lógica entre violência, medo e segurança, dando sustentação à demanda da população por equipamentos de segurança. Ao incorporar os dispositivos de segurança como requisitos de valorização dos imóveis, exaltando-os nos seus anúncios de venda, também o setor imobiliário reforça os discursos sobre o descontrole da violência, incrementa o medo e incentiva a adoção de práticas que, sob certos aspectos, remetem às práticas medievais, ainda que com nova roupagem na atualidade. Conforme outra matéria, de 01/05/2003, hoje a paisagem urbana**

¹⁵¹ “Arquitetura do medo isola cidadão e provoca fobia social”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 01/05/2003.

conta com muros altos, fossos, lanças horizontais, fios eletrificados, arames farpados, frestas para entrega, torre de vigia, seteiras, entre outros artigos disponíveis no mercado¹⁵².

Mas não é somente a espacialidade urbana que é alterada. Também a sua utilização por parte da população sofre mudanças significativas. Nessas “fortalezas sitiadas”, os habitantes optam por não estabelecer quaisquer tipos de relações com estranhos. Estes – retomando os conceitos defendidos por Bauman e Mary Douglas – são constituídos pelos diferentes, pelos consumidores falhos, pelos novos impuros (pretos, jovens, pobres, favelados etc), alvos sob medida para os discursos e as políticas de “lei e ordem”, na nova cruzada contra a sujeira, a desordem e a criminalidade.

Também o medo da noite, identificado por Delumeau como típico da sociedade medieval, se faz presente na atualidade e se reflete no comportamento das pessoas que admitem mudanças em seus hábitos. Uma pesquisa de 1999 apurou que 39% dos entrevistados disseram que não saíam mais à noite com medo da violência. Em outra pesquisa realizada pelo mesmo Instituto e com o mesmo número de pessoas, em 2003, a porcentagem subiu para 55% dos entrevistados¹⁵³.

O medo da noite é enfatizado em diversas matérias, como a publicada pela *Folha de São Paulo* em 13/07/2003, que identifica uma mudança nos hábitos dos moradores dos subúrbios

¹⁵² “Conheça alguns recursos de segurança”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 01/05/2003. Conforme informa a matéria, os muros chegam a ter de 10m a 12m de altura, são largos e imponentes, na maioria das vezes de pedra como muralhas; os fossos, embora raros, já existem. No Rio de Janeiro, há um edifício com fosso, onde, para ir do portão à entrada principal, carros e pedestres têm de atravessar uma ponte; as lanças horizontais são colocadas nos muros, apontando para a rua; os fios eletrificados e os arames farpados, recursos cada vez mais comum em casas e em edifícios podem estar cobertos por heras ou expostos circundando todo o imóvel; em alguns prédios o entregador, depois de se identificar e ser filmado entrega o produto e recebe o pagamento por frestas, em um compartimento próprio para isso, sem contato com ninguém; a seteira, muito usada na Idade Média, era o local onde os arqueiros se escondiam para disparar suas setas e flechas. Hoje vigias armados ocupam este lugar nas grandes residências; também as guaritas de rua foram incorporadas à estrutura das casas. Muitas ficam suspensas sobre o muro, têm vidro blindado, câmeras acopladas e vigia durante 24 horas diante de monitores diversos.

¹⁵³ Estas pesquisas foram realizadas pelo Instituto DataBrasil e pelo Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal, ambos da Universidade Candido Mendes, conforme pode ser verificado na matéria de Antônio Góis e Sabrina Petry, intitulada “Pesquisa aponta que 55% dos cariocas trocariam de cidade”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 29/07/2003.

cariocas, região onde, na época, residiam 4,5 milhões de cariocas. Citando **como exemplo o bairro de Del Castilho, Zona Norte do Rio, a matéria, em um tom saudosista (que provoca no leitor a melancolia pela perda de um passado mais seguro), destaca que, se antes era comum a presença de "casas simples com cadeiras nas calçadas"**¹⁵⁴, **hoje**, as casas, e em decorrência a qualidade de vida da população, sofreram grandes mudanças. Os muros, que tinham em média meio metro de altura, foram subindo e tirando dos moradores o hábito de ficar nas ruas de noite. Alguns prédios colocaram grades e uma das casas instalou uma câmera. A matéria atribui essas alterações como “conseqüência da expansão imobiliária, das favelas e, principalmente, da mudança de costumes causada pela violência”. E complementa afirmando que o medo se justifica já que o bairro é rodeado por favelas (Jacarezinho, Pica-Pau Amarelo, Chácara de Del Castilho e Fernão Cardim)¹⁵⁵.

O medo da noite, associado ao medo do encontro com o estranho, configurado como “um encontro de risco”, somado à característica de aleatoriedade de determinados acontecimentos (medos que, embora de outra ordem, também assombraram o homem na sociedade medieval), tendem a serem potencializados pelos discursos das mídias. Embora esses medos sejam sinônimos de uma insegurança globalizada, eles se traduzem em um medo cotidiano muito concreto quando alimentado pelas notícias de crimes que apresentam o aleatório e o atípico como características que perturbam a “normalidade” da vida diária. Parte dessa perturbação se deve ao fato dessas características promoverem a “generalização da vítima” ao situar todos como potenciais “próximas vítimas” da violência.

O processo de demonização do Outro alimenta o sentimento reinante, em boa parte da população, de que são necessárias ações policiais mais repressivas, além de medidas políticas e

¹⁵⁴ Referência às casas como as que foram descritas pelo violonista Garoto e pelos compositores Vinícius de Moraes e Chico Buarque na canção "Gente Humilde" de 1969.

¹⁵⁵ “Violência “mata” subúrbio cantado em samba”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 13/07/2003.

penais mais agressivas para combater a criminalidade, o que, em última instância, propicia argumentos para a violação dos direitos humanos contra as classes sociais mais vulneráveis. Nesse sentido, as mídias contribuem para reforçar a representação (já presente no tecido social) que enfoca a violência como um fenômeno produzido por um agente privado, descontextualizado do social que o cerca e que o constitui e que, por não saber lidar com suas emoções, ou por assumir um comportamento bestializado, é destituído de qualquer humanidade, e portanto deve ser isolado e excluído do convívio social. Exemplo disso pode ser encontrado na cobertura feita pela mídia em geral, do caso de Sandro do Nascimento – um sobrevivente da chacina dos meninos da igreja da Candelária, também no Rio, em 1993 – e que seqüestrou o ônibus de linha 174, em 12 de junho de 2000, paralisando o Rio de Janeiro. Um drama que culminou com a morte de uma das reféns, Geísa Gonçalves, com tiros disparados por Sandro e pela polícia. Depois do seqüestro, Sandro foi rendido e jogado “*ainda vivo*” (grifo nosso) em um camburão da polícia, onde foi morto, sufocado pelos próprios policiais¹⁵⁶.

Após o trágico desfecho do caso a imprensa se dedicou, por um bom tempo, a discutir a atuação da polícia no caso da morte de Geísa, apontando quais foram os erros dos policiais que ocasionaram a morte da refém. Já a morte de Sandro não foi alvo de tanto interesse e pouco se questionou na mídia se a polícia errou ao assassiná-lo¹⁵⁷.

Para a opinião pública de modo geral, ficou a imagem de um louco perigoso, destituído de qualquer resquício de humanidade que, armado, ameaçava matar pessoas inocentes dentro de um ônibus. O imaginário do senso comum foi sintetizado no depoimento para a *Folha de São Paulo*, de Nayane Gonçalves, prima da professora Geísa, que defende Anthony Garotinho por sua

¹⁵⁶ “O horror em tempo real”, *Folha de São Paulo*, Revista da Folha, 18/06/2000, p. 6-11.

¹⁵⁷ Uma rara exceção pode ser encontrada na matéria “Entre o banditismo e a ineficiência policial” da Revista *Veja*, ano 33, n. 25, 21/06/2000, p. 42-49 que condena com veemência o assassinato de Sandro como uma ação covarde da polícia.

decisão de exonerar o comandante da Polícia Militar do Estado, Sérgio da Cruz, que dirigiu a operação, ao mesmo tempo em que condena Garotinho por mandar prender os policiais que mataram o seqüestrador por asfixia. “*Bandido tem que morrer mesmo*” (grifo nosso)¹⁵⁸.

Contudo, embora o apelo ao medo, à segurança e à manutenção da ordem social apareça, prioritariamente, nos discursos utilizados pelas mídias, a aceitação dos dispositivos de vigilância não se molda apenas por estes afetos. Não se pode desdenhar o fato de que a vigilância é também persuasão e sedução. Nesse sentido, o afeto do “cuidado”, principalmente no que se refere à preocupação dos pais com os filhos, também aparece como grande legitimador de práticas de vigilância.

Uma reportagem divulgada pela *Folha de São Paulo* em 28/08/2003, contabilizou, só na capital paulista, dez berçários que ofereciam aos pais o serviço de controle à longa distância, por meio de câmeras interligadas com a Internet. Em um deles, o Berçário Escola Infantil On-line, localizado no bairro do Pacaembu, os pais recebem uma senha para “entrar” no berçário na hora em que quiserem para “cuidar” do seu filho – e, por tabela, de todas as outras crianças – graças às oito câmeras espalhadas no local. Segundo a diretora do berçário, “a preocupação maior dos pais é ter certeza de que seu filho não está sendo maltratado”. A professora Alessandra C. Rodrigues do Nascimento, que trabalha durante três dias por semana no berçário, admite não resistir, nos demais dias, a espiar, pelo computador seus dois filhos: “Não me considero paranóica. A necessidade de olhar pelo buraco da fechadura on-line não passa de curiosidade, e não de controle obsessivo”.

No entanto, para o psicólogo José Roberto Leite, “isso não é normal, pois, no fundo, o que esse comportamento quer dizer é que o pai precisa vigiar seu filho para controlá-lo de acordo

¹⁵⁸ “Enterro de Geísa é acompanhado por 3 mil pessoas em Fortaleza” *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 15/06/2000.

com seus valores”. Já para o psiquiatra Joel Giglio, da Unicamp, a falta de tempo para dedicar-se aos filhos leva os pais a tentar compensar sua ausência acompanhando seu desenvolvimento à distância. Este foi o argumento utilizado pelo economista Gustavo Peratti, para matricular sua filha na Escola Magister, outra instituição on-line, que fica no Jardim Marajoara. “Toda a minha família mora no Rio de Janeiro, e todos têm a senha para observar minha filha na escola. Isso supre a nossa carência”. No final ele confessa que já “aporrinhou” muito a escola com reclamações despropositadas: “se achava que ela estava torta no carrinho, por exemplo, ligava no mesmo minuto para mandar a professora mudá-la de posição. Mas isso foi só no início, depois a gente se acostuma”, conclui ele¹⁵⁹.

Embora este não seja o foco principal deste trabalho, vale destacar que com a democratização da imagem, desaparece a possibilidade da existência de um poder central de manipulação, passando este a circular e a funcionar em cadeia, colocando os indivíduos em condições de não somente sofrer sua ação, mas também de exercê-lo; ou seja, embora todos sejam alvos em potencial do olho da câmera, todos também participam na produção das imagens, conferindo assim ao jogo do ver e do ser visto um caráter naturalizado, lúdico, sedutor e, portanto, suportável.

Assim, abre-se também para o observador a possibilidade não somente de consumir, como também de produzir imagens. Um exemplo disso pode ser visto nas manifestações artísticas contemporâneas marcadas pela interatividade, pela hibridização e pelo uso de tecnologias digitais. Essas tecnologias se constituem em sistemas complexos capazes de propiciar a exploração de uma arte comportamental, marcada pela idéia de fluxo e de acontecimentos, que mesclam, ocupam ou diluem as fronteiras entre espaços físicos e digitais, entre o real e o virtual tecnológico. Ao ocupar esse espaço “entre”, esta é uma arte inacabada. Seu potencial de

¹⁵⁹ “Sorria, você está sendo filmado”, por Ana Paula de Oliveira, Folha de São Paulo, editoria: especial, 28/08/2003.

atualização é incalculável, posto que suas múltiplas e diferenciadas concretizações só se tornam possíveis durante o processo de interação com o outro. Sob essa ótica, a câmera “é a forma atual de escrever, a nova oralidade” e, por esse motivo, se constitui como “uma nova via de registro da memória, de anotações individuais. Nós vamos aprender a conviver com ela”, afirma em matéria para a *Folha de São Paulo*, publicada em 1997, o professor da USP, Arlindo Machado¹⁶⁰.

Retomando o conceito de sociedade do espetáculo, proposto por Guy Debord na década de 1960, segundo o qual o espaço da política é superado pela sedução da visibilidade instantânea, do show e da publicidade, verifica-se na atualidade uma diminuição do interesse pelos assuntos públicos, ao mesmo tempo em que ascende o interesse pelos aspectos mais insignificantes, ou constrangedores da vida cotidiana¹⁶¹.

A atração pelo gozo proporcionado pelo binômio, diversão/entretenimento alimenta a passividade e a apatia, na medida em que ocupam o tempo livre, mantendo os indivíduos na condição de espectadores/consumidores, atividades que dispensam o exercício crítico do pensamento. Como aponta a professora Ivana Bentes¹⁶²

Nunca houve tanta circulação e consumo de imagens da pobreza e da violência, imagens dos excluídos, dos comportamentos ditos 'desviantes' e 'aberrantes'. A violência e a denúncia de crimes se tornou quase um gênero jornalístico. O que seria interessante se essas imagens não viessem freqüentemente descontextualizadas. A violência aparecendo como 'geração espontânea' sem relação com a economia, as injustiças sociais, e tratada de forma espetacular, acontecimento sensacional, folhetim televisivo e teleshow da realidade que pode ser consumido com extremo prazer (BENTES, 2002).

¹⁶⁰ “Câmera escondida vira olho da justiça”, *Folha de São Paulo*, editoria: cotidiano, 13/04/1997.

¹⁶¹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

¹⁶² BENTES, Ivana. *Estéticas da Violência no Cinema*. in *Interseções: Revista de Estudos interdisciplinares*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais –UERJ ANO 5 número 1 – 2003 pg. 217-237 Rio de Janeiro. 2003.

Daí o interesse que justifica parte do sucesso alcançado não somente pelos denominados *reality shows*, – *Big Brother Brasil*, da Rede Globo, *Casa dos Artistas*, exibido pelo SBT, entre outros – baseados em um grupo de pessoas comuns, confinados em uma casa durante meses sob a permanente vigilância das câmeras de televisão. Como também dos programas que exibem a miséria da vida cotidiana – Márcia Goldsmith, do *Jogo da Vida*, Rede Bandeirantes, *Sonia Abraão e você*, da TV Record – baseados em confissões públicas de problemas supostamente “comuns a todos” (brigas de casais, traições, rixas entre vizinhos, discriminações sexuais etc.) que produzem na platéia breve momento de identificação, por meio da mensagem implícita de que “pode acontecer com qualquer um” e, portanto, “não há por que se envergonhar de admitir esse tipo de experiência”. No fórum público desses *talk-shows*, as pessoas entram sozinhas com seus problemas e saem ainda mais solitárias, posto que aprendem que, mesmo que o público emita suas opiniões ou dêem seus conselhos, a ajuda pública termina aí. Cabe apenas a ela decidir e arcar com as conseqüências de sua decisão. Já para a audiência resta a lição de que, a derrota, quando acontece, é conseqüência de seus próprios erros, preguiça ou negligência¹⁶³.

Para Machado, a grande esperteza reside em transformar a própria vigilância autoconsentida em espetáculo. Ao lado dos *reality shows*, a maioria das operadoras de TV a cabo oferecem atualmente um serviço extra aos edifícios que assinam os seus serviços, que possibilita a visualização das câmeras de vigilância do próprio prédio. Assim o espectador também pode “dar uma espiadinha” – e na mesma televisão – nos seus filhos brincando no *playground*, nas pessoas que entram e saem do prédio, no que ocorre na garagem ou mesmo nos vizinhos tomando banho na piscina, ao vivo e vinte e quatro horas no ar¹⁶⁴.

¹⁶³ Para mais detalhes sobre esta discussão, ver BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 71–74.

¹⁶⁴ MACHADO, Arlindo. *As origens do 'Big Brother'*, copyright Trópico – Disponível em www.uol.com.br/tropico, consultada em 02/03/2004.

O apelo que a visibilidade exerce sobre o desejo e a sedução é um aspecto que não pode ser negligenciado por este trabalho. Como aponta matéria publicada pela *Folha*, quando em 1949 George Orwell descreveu no romance *1984* uma sociedade constantemente monitorada por câmeras e microfones, não havia tecnologia disponível para este tipo de vigilância. Hoje, com o desenvolvimento tecnológico, dispositivos como a Internet e as *webcams* tornaram possíveis, e relativamente barato, vigiar pessoas e lugares remotos¹⁶⁵. Contudo, aquele que se mostra para o olhar do Outro, sintetizado pela câmera, ao contrário do descrito pelo romance, o faz de maneira voluntária, satisfazendo assim o desejo e a necessidade de se fazer existir, de afirmar o “eu sou”, por meio da visibilidade e da identificação com a imagem projetada no olhar do outro¹⁶⁶.

4.2.2 “Atenção, você está sendo filmado!” – analisando a dimensão política

No dia 15/02/97, a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria com o título “Campanha pede que cidadão filme crime”. A campanha em questão fazia parte de uma ação conjunta em prol do desarmamento, promovida pelo Ministério Público, pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e pela Delegacia Seccional Centro, que coordena nove delegacias da região central do estado de São Paulo. Nesta ação, a Delegacia Seccional distribuiu panfletos para as outras nove unidades, orientando as mesmas a incentivarem a população a fotografar e filmar ações criminosas, com o objetivo de ajudar a polícia na

¹⁶⁵ “Ficção do século XX criou avanços tecnológicos”, *Folha de São Paulo*, editoria: informática, 03/01/2001.

¹⁶⁶ Como aponta Kehl, “o que garante o ser, para um sujeito, é a sua visibilidade – para outro sujeito. A assertiva “eu sou” não esclarece *quem* eu sou, nem *o que* sou. Faz-me apenas saber que existo. As outras são certezas que se constroem ao longo de uma vida. Mas a identificação do sujeito consigo mesmo, o reconhecimento de que ele *é este*, apenas este, e não outro qualquer, se constitui precocemente. Só a partir desta certeza, os atributos conquistados e as identificações secundárias adquirem sentido e formam uma unidade razoavelmente coerente”. BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, *Videologias: ensaios sobre televisão*, coleção estado de sítio, São Paulo: Boitempo, 2004, p. 148.

identificação dos criminosos. Os panfletos destacavam que as imagens deveriam ser feitas discretamente, sem que os acusados percebessem, para não desencadear reações violentas por parte dos mesmos. Ainda constava dos panfletos, orientação para que as imagens das câmeras da CET (Companhia de Engenharia do Tráfego) instaladas em semáforos deveriam ser utilizadas pela polícia para flagrar assaltos em cruzamentos¹⁶⁷.

Em 2002, outra matéria afirmava que, segundo especialistas, mudança de atitude e cuidados são fundamentais para evitar a ação criminosa. “O comportamento da vítima desencadeia a ação criminal”, afirma Walter Sérgio de Abreu, titular da 3ª delegacia da divisão de crimes contra o patrimônio de São Paulo. E complementa: “embora eliminar o crime seja uma utopia, mudanças simples de hábitos podem diminuir em até 70% o risco de sofrer violências”. No corpo da matéria, segue uma série de orientações e cuidados que as pessoas devem seguir para evitar a ação dos criminosos. “A atitude de andar atento, olhando para os lados, reduz em mais de 50% o risco de roubo. No caso de furto, *o risco é quase zerado*” (grifo nosso). A matéria afirma a existência da “vítima ideal”, geralmente mulheres ou homens mais velhos, que andam pelas ruas desatentos, sem prestar atenção no caminho, ou desacompanhados por lugares ermos. “O ladrão procura o mesmo que nós: um negócio perfeito(...) mas se todos seguissem as orientações os índices de crimes cairiam sensivelmente”, afirma Abreu¹⁶⁸.

Em diversas matérias publicadas pela *Folha*, é fácil perceber um discurso que incentiva a participação da população nas questões relacionadas com os índices de criminalidade. Desse modo fica atribuída ao cidadão comum, e à sociedade em geral, uma co-responsabilização pela diminuição e pelo controle da violência. Nesse sentido, alguns

¹⁶⁷ “Campanha pede que cidadão filme crime”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 15/02/1997.

¹⁶⁸ “Aprenda a reduzir o risco de ser vítima”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 08/04/2002.

títulos são bastante ilustrativos: “Comerciante troca polícia por segurança” 07/09/1997; “Empresa de São José instala sistema invisível de câmeras”, 07/06/2000; “Entidades financiam segurança na região central de São José, 28/01/2001; “Permissionária dos transportes coletivos de Campinas começam a instalar câmeras”, 16/01/2003; “CPTM instala câmeras em vagões”, 30/07/2004; “Circuito de TV vigia comércio” 02/01/2005. Vale ainda destacar que no corpo de várias matérias a eficácia da câmera é demonstrada pela sua ausência. Em casos de roubos e assaltos, surge, ao final da matéria, a informação de que o “estabelecimento não possuía câmeras de vigilância”, levando o leitor, por oposição, a concluir que, caso o mesmo possuísse este dispositivo, o crime não teria ocorrido.

Tanto os títulos quanto os discursos adotados no corpo das matérias revelam o novo modelo de governamentalidade contemporânea, em que o Estado passa de uma política de governo soberano, principal responsável por encontrar soluções para os problemas sociais, para aderir a uma espécie de “governamentalidade corporativa”, na qual se destaca a divisão de responsabilidades e o discurso em defesa da “transparência” de informações para com o público interno e externo¹⁶⁹.

Analisando as políticas penais atualmente em curso na Grã-Bretanha, David Garland elabora uma teoria que, guardadas as devidas proporções, pode também ser aplicada à realidade brasileira. Para Garland, no momento em que a noção mais ampla de “soberania do Estado” se viu fortemente ameaçada ocorreu uma série de transformações não somente nos modos de ação do governo, como também na percepção oficial do crime, no discurso da criminologia, e, finalmente, na estrutura dos órgãos de justiça criminal.

¹⁶⁹ Esta política da “transparência” se ancora, dentre outros, no discurso da visibilidade e da publicização. Um sintoma da atenção dada pelo poder público a este discurso na atualidade, pode ser verificado pelo número significativo de canais a cabo pertencentes a órgãos que compõem o poder estatal, (TV Senado, TV Câmara, TV Justiça etc.) e que transmitem as sessões e as decisões destes órgãos. Contudo vale destacar que, por se tratar de canais pagos, não transmitidos pela TV aberta, uma parcela significativa da população não possui acesso a este serviço (nota da autora).

O discurso oficial abandonou a atitude confiante de que, sozinho, poderia vencer a “guerra contra o crime”, passando a fazer uso, em seus discursos de uma retórica mais modesta, que admite a existência de limites para o poder do Estado, evidenciando o fato de que os organismos governamentais não podem, isoladamente, conseguir controlar a criminalidade. No entanto, ao encarar o fato de que não podem mais ser a principal fonte da segurança e da repressão criminal, e, ciente das conseqüências politicamente desastrosas que podem advir de tal confissão pública, o governo adota uma tática de ação política notavelmente ambivalente, que oscila entre a preocupação em enfrentar adequadamente a situação e tentativas de fazê-la desaparecer como em um passe de mágica. De um lado, prevalece a percepção da necessidade de enfrentar a criminalidade como um aspecto constitutivo e rotineiro da vida social contemporânea, o que resulta em uma “criminologia do eu”, do criminoso como agente racional à nossa imagem e semelhança, que aponta para uma administração desse fato social, como algo normal e rotineiro; e, de outro, a negação dessa realidade, o que resulta em uma “criminologia do outro”, do criminoso como “monstro”, que aponta para a necessidade de políticas punitivas mais rigorosas¹⁷⁰.

Também a percepção do crime, anteriormente fundada no pressuposto de que este era um desvio da conduta normal, civilizada – explicado em termos de uma patologia individual ou de uma má sociabilização que poderia ser curada – modifica-se na sociedade contemporânea passando a ser percebido como um acontecimento que não requer nenhuma motivação ou disposição especial, nenhuma patologia ou anormalidade. Nesse sentido, a criminologia contemporânea vê o crime como algo que se inscreve nas rotinas da vida econômica, como o prolongamento de uma interação social normal, explicável por referência aos esquemas de

¹⁷⁰ GARLAND, David. *As contradições da “sociedade punitiva”*: o caso britânico, Revista de Sociologia e Política, nº 13: 59-80, novembro, 1999. p.64

motivação ou escolha. O crime não é mais o signo de que algo deu errado, de que o indivíduo é subsocializado ou está perturbado, ou ainda que tem um desvio de caráter. O crime implica uma escolha de carreira, um meio de conseguir emoções fortes ou de “vingar-se”. Para a vítima ou para o público que, sob certos aspectos compartilham dessa visão, o crime é um “risco” que deve ser calculado ou um “acidente” a ser evitado.

O criminoso, como desviante, cede lugar para um homem comum, um consumidor sem qualquer controle interno ou regulação moral. Trata-se simplesmente de uma versão depurada do indivíduo moderno, cuja identidade depende mais de uma escolha de consumo e de imagens de si do que da formação moral de escolha de valores ou de autocontrole. Trata-se do indivíduo livre de parâmetros que regulem suas escolhas, que pega o consegue pegar, sem preocupar-se com os outros¹⁷¹.

Os novos programas de ação procuram influenciar a conduta das vítimas potenciais, armar os alvos vulneráveis, melhorar a segurança em zonas perigosas e reestruturar as rotinas da vida cotidiana que têm por consequência desagradável propiciar ocasiões para o crime. Essa criminologia expeditiva visa, de fato, a modificar as rotinas cotidianas da vida social e econômica em direções que limitem a ocasião, redistribuam os custos e criem efeitos dissuasivos. Ela procura instaurar controles antes no seio do desdobramento da interação normal do que num plano superior, na forma de um comando soberano. Mas lá onde a idéia de repressão “interna” remetia ao domínio de si e à civilidade de humanos que participam de uma cena, recorre-se hoje às tecnologias de segurança e de supervisão, que guiam e mantêm as pessoas longe da tentação. (GARLAND, 1999: p. 66).

Essas teorias não vêm sem consequências práticas. Se as taxas de criminalidade, embora elevadas, são consideradas “normais”, não é apenas porque nos acostumamos a elas, mas é também porque elas são tidas como um dado sociológico, um traço distintivo de todas as sociedades similares em um estágio similar de desenvolvimento. Isto significa dizer que elas não seriam uma anomia ou uma aberração da qual poderíamos nos livrar por meio da adoção de

¹⁷¹ Idem, 1999, p. 66.

novas políticas ou por um reforço das antigas. Em última instância, elas representariam a contrapartida de nossas liberdades individuais e de nossos mercados não regulamentados, a dimensão externa de nossas decisões econômicas, um derivado de nossos estilos de vida mutáveis e de nossa cultura de consumo desenfreado.

Essas teorias, ao defenderem a premissa de que os delinquentes calculam suas ações, que a maior parte dos crimes são oportunistas, sinalizam como melhor estratégia de resposta a necessidade de tornar as coisas mais difíceis para os delinquentes.

A nova abordagem do crime, além de estimular as autoridades locais a coordenar os diferentes organismos que lidam com a criminalidade, incita a repressão criminal como responsabilidade de todos, aconselhando e recomendando medidas preventivas tais como blindagens de automóveis, vigias nos estacionamentos, e circuitos internos de tv nos espaços públicos e privados. A estratégia de responsabilização leva o Estado a tentar delegar sua responsabilidade na repressão criminal para as organizações privadas e para os indivíduos, incitando-os a agir em direções suscetíveis de reduzir os delitos¹⁷².

Convocado a participar, cada cidadão é persuadido a denunciar, vigiar, defender e lutar pela conservação de seus bens e valores. Faz-se necessário o policiamento e a vigilância constante. Como o acesso à proteção se encontra apenas ao alcance da elite, a exclusão é constantemente acentuada. Apenas para uns poucos privilegiados a segurança pode garantir conforto, saúde, vida longa, alterações genéticas, acesso tecnológico etc. Para os demais, resta o limite da tolerância zero, lá na periferia, onde continua nascendo o pedreiro e o presidiário, o trabalhador e o traficante, o estudante e o trombadinha; mas para a classe média, com o entendimento ofuscado pelo preconceito, e acentuado pela mídia, lá, do outro lado do portal, só brota o crime e o delincente.

¹⁷² Idem, 1999, p. 68.

4.2.3 “Não ria, você esta sendo filmado!” – análise da dimensão econômica

Em matéria publicada em 2000, a *Folha* citava o convênio assinado entre a Companhia Siderúrgica Nacional e o Iepha (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico), para reforçar a segurança das igrejas de Congonhas do Campo, Minas Gerais, onde se encontram as esculturas dos profetas, feitas em pedra-sabão por Aleijadinho. O valor envolvido, R\$ 300 mil, seria destinado à instalação de seis câmeras de vídeo para monitorar as igrejas. Conforme consta do corpo da matéria, o maior problema enfrentado pelas esculturas é a deterioração causada por microorganismos. Contudo, segundo declaração de Juliana Corrêa, coordenadora do Projeto Aleijadinho, “já que não sabemos como lidar com os microorganismos que atingem as esculturas vamos pelo menos dificultar o “*trabalho*” dos macroorganismos”¹⁷³ (grifo nosso).

A extensão da utilização dos dispositivos eletrônicos de segurança pode ser traduzida em números, posto que, com o recuo do Estado, a problemática da inevitabilidade dos riscos se constitui como um grande negócio para as empresas de segurança privada¹⁷⁴.

Já em 1998, a *Folha* divulgava que o medo impulsionava entre 30% e 35% a venda de equipamentos eletrônicos. Segundo João Wallig, proprietário da Ultrak Técnicas de Segurança Ltda, e sócio fundador da Abese (Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança), a crise econômica tem passado ao largo da indústria da segurança. Os números demonstravam, na época, crescimento nas vendas de equipamentos eletrônicos de vigilância (35%), no monitoramento de casas (15%), e na blindagem de carros (30%). Segundo Wallig, este

¹⁷³ “Acordo prevê vigilância antivandalismo”, *Folha de São Paulo*, editoria: ilustrada, 02/02/2002.

¹⁷⁴ Neste item, ao discutirmos as questões relacionadas à segurança eletrônica e a segurança privada, o faremos abordando, de um modo geral, as várias inovações tecnológicas desenvolvidas neste setor e não apenas àquelas relacionadas com as câmeras de vigilância propriamente dita (nota da autora).

aumento se deve não somente ao fato do custo ser menor, como também pelo maior grau de confiabilidade: “o porteiro e o segurança podem dormir, beber e tirar férias. O sistema eletrônico não tem esses inconvenientes e funcionam 24 horas a um custo muito mais baixo”¹⁷⁵.

É recorrente na mídia o discurso que incentiva a adesão por estes equipamentos enaltecendo sua eficácia na prevenção do crime. Em 2001, uma matéria afirma que o sistema de monitoração por vídeo adotado em Vinhedo, interior de São Paulo, reduziu em 45% o índice de ocorrência de roubos em apenas um ano de funcionamento. Em Americana, outra cidade do interior paulista, depois de três anos de instalação, a vigilância eletrônica, segundo a Polícia Militar, diminuiu de 55 para dois a média de ocorrências na região central da cidade. “É tolerância zero, pois a câmera gira 360° e tem um alcance muito longo de captação de imagens. Qualquer roubo é percebido pela polícia”, disse o capitão da PM Luiz Antônio Crivelari¹⁷⁶.

Além do baixo custo e da eficácia, também a acessibilidade é um fator destacado pela mídia como atrativo diferencial na opção por este tipo de vigilância. Em 2000, uma matéria enaltecia a profusão de modelos e a variedade de preços acessíveis “para todos os bolsos” das câmeras que, com o auxílio de um *software*, poderiam exercer vigilância sobre o local onde estava instalada, realizando gravações ao detectar movimentos no ambiente¹⁷⁷.

Em 2002, outra matéria afirmava que a iniciativa tecnológica poderia significar uma alternativa econômica. “Enquanto gastos mensais com um vigia contratado de empresas especializadas podem variar de R\$1.000 a R\$4.000, as mensalidades de serviços de monitoramento giram em torno de R\$70”¹⁷⁸.

¹⁷⁵ “Indústria de segurança ignora crise”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 23/11/1998.

¹⁷⁶ “Nº de ocorrência cai nas duas cidades”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 08/01/2001.

¹⁷⁷ “Preço de Câmera varia conforme recursos”, Folha de São Paulo, editoria: informática, 29/11/2000.

¹⁷⁸ “Tecnologia faz o papel de novo anjo da guarda”, Folha de São Paulo, editoria: dinheiro, 26/05/2002.

Em função da divulgação, nos *mass media*, de informações sobre os riscos, entre outros tópicos considerados vitais para a sobrevivência das populações, há o imediato interesse do público por tais questões, principalmente se considerada a possibilidade da imputação de irresponsabilidade, caso se assumam uma postura desacomodada a este respeito. Nesse sentido, o medo faz do Brasil um dos maiores mercados do mundo de equipamentos de segurança eletrônica. O país possui uma Federação Nacional, (Fenavist), preside a Federação Pan-americana de Segurança Privada, e lidera as discussões para a criação de uma Federação Mundial do setor, sendo também considerado país no qual o setor de segurança privada está mais organizado no mundo. É também um dos poucos que contam com uma legislação nacional sobre o setor. Além da Fenavist, o Brasil conta com a ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança), fundada por um grupo de empresários brasileiros da área de segurança eletrônica em novembro de 1995, com a “missão” de

Fortalecer o setor de sistemas eletrônicos de segurança em todos os segmentos e prestar serviços às associadas, com qualidade e transparência, através de benefícios que abrangem o fomento de negócios com o mercado e o desenvolvimento comercial, administrativo e técnico das empresas, antecipando suas necessidades individuais e qualificando sua empresa junto ao cliente final (ABESE, 2005).

Em constante processo de expansão, a ABESE possui associados em todo o país, dos quais 52% estão em São Paulo, 9% em Minas Gerais, 7% no Rio Grande do Sul e 6% no Paraná. Ainda segundo dados da entidade sobre os seus membros, 33% das empresas associadas fazem monitoramento eletrônico; 32% são instaladoras; 17% são revendedoras; 12% são distribuidoras; e 7% são fabricantes¹⁷⁹.

Segundo um estudo realizado pela Fenavist, e divulgado pela ABESE, o setor de segurança privada cresceu 79,5% no país em 2002, sendo que o crescimento médio anual do setor

¹⁷⁹ Dados divulgados pela ABESE – Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança, disponível em <http://www.abese.org.br/> - consultado em 27/05/2005.

de segurança patrimonial é de 5% a 7% e o de segurança eletrônica é de 20%. Ainda segundo o mesmo estudo, em 2001 foram autorizadas a funcionar 104 companhias de vigilância, e somente de janeiro a março de 2002 foram abertas 83 novas empresas de segurança no Brasil. O relatório da Fenavist afirma também que é na região Sudeste do Brasil que as empresas obtêm o maior faturamento, representando 70% do total. Dentro do Sudeste, São Paulo manteve a liderança em relação ao número de empresas abertas em 2001, 23, seguido pelo Rio de Janeiro, com 13. Em termos de funcionários, o Estado de São Paulo contratou 65,66% do efetivo de funcionários do Sudeste; e o Rio de Janeiro, 21,65%.

O setor de segurança eletrônica no Brasil faturou em 2001 cerca de US\$ 750 milhões, ou R\$ 2,25 bilhões. O crescimento médio anual nos últimos cinco anos foi de 20%, e atualmente é um dos segmentos mais promissores na economia nacional. As empresas chegam a investir cerca de 2% de seu faturamento para proteger seus negócios. No transporte de carga e joalherias esta porcentagem chega a atingir 12%. O setor de segurança eletrônica nacional importa por ano em torno de US\$300 milhões em equipamentos e exporta em média US\$30 milhões. No Estado de São Paulo existem 4,5 milhões de imóveis com potencial para instalação de sistemas eletrônicos. Somente 7% possuem algum tipo de sistema instalado, ou seja, 320 mil imóveis. A Abese estima que só nesse Estado existem entre 700 e um milhão de câmeras instaladas. As tendências apontam para o surgimento de um mercado inovador com empresas internacionais se instalando no país; e a indústria nacional, apostando na especialização profissional como forma de alcançar qualidade na produção e ser mais competitiva, se fortalecendo na produção, e na instalação de equipamentos de segurança eletrônica no Brasil¹⁸⁰.

Com base nos dados acima apresentados, fica claro que o setor mais beneficiado, do ponto de vista econômico, pelo crescimento da preocupação com a violência, é sem dúvida, o da

¹⁸⁰ Idem. Os dados divulgados se referem ao ano de 2001.

segurança privada, que articulou, em um curto espaço de tempo, uma verdadeira indústria da proteção institucional e pessoal no país. Nesse sentido, a segurança, de uma obrigação pública, transformou-se em artigo de consumo, cobiçado por muitos, mas acessível para poucos.

A crescente demanda por estes dispositivos sinaliza que o próprio medo se transformou em um produto de consumo rentável, e que as empresas que dele dependem alimentam a paranóia criada transformando-a em uma técnica de marketing de bens e serviços. Somado a isso se verifica a forma muitas vezes distorcida e sensacionalista com que os crimes são selecionados e divulgados, alimentando uma percepção do crime que guarda uma relação questionável com a realidade. Não se trata de acusar a mídia como principal promotora da sensação de insegurança generalizada. Tampouco de exigir que a mídia deixe de falar na violência. Trata-se, antes de qualquer coisa, de discutir e questionar o modo como ela fala da violência. Considerando que o campo da segurança é governado pelo modelo da gestão de riscos, em que as informações e os dados divulgados exercem forte apelo, tanto emocional como em termos de impacto sobre os acontecimentos, a preocupação com a qualidade e a veracidade da informação deve ser redobrada. Como em muitos casos, os responsáveis pelas políticas de controle do crime, tanto no setor público quanto no setor empresarial, se valem dos meios de comunicação como uma fonte importante de informações para pensar suas estratégias de atuação, torna-se fundamental um distanciamento crítico para que se possam fazer usos eficientes dessas informações,

Em última instância, como aponta Garland, não se trata apenas de disseminação ou da “privatização” da repressão criminal, ainda que essa estratégia certamente se assente em controles sociais de origem privada e, além disso, estimule o mercado em expansão da segurança privada. Trata-se antes de uma nova forma de administrar à distância, uma nova forma de governar o

crime, com suas formas próprias de saber, seus objetivos próprios, suas técnicas próprias e seus aparelhos próprios¹⁸¹.

4.2.4 “Sorrio, estou sendo filmado!” – uma análise da dimensão subjetiva

“Luz, câmera, ação – começa a missa... Zoom na hóstia, close no rosto da noiva...”.

A igreja Nossa Senhora Aparecida de Moema, em São Paulo, possui circuito interno de TV com quatro câmeras, uma ilha de edição e 12 TVs, das quais duas possuem tela de plasma e ficam ao lado do altar. Segundo matéria publicada, a novidade ganha elogio até dos fiéis mais apegados às tradições. “Agora dá para ver tudo”, afirma Alzira Bastos, 67 anos, que frequenta a paróquia há cinqüenta anos. De acordo com o padre Olivo Binotto, o número de participantes cresceu cerca de 50% em apenas oito meses depois que o equipamento foi instalado. Também cresceu o número de casamentos no local. “A vantagem: mal os noivos se beijam e já recebem a fita editada”¹⁸².

Partindo das questões formuladas por Foucault sobre as relações entre o discurso, os dispositivos de cada época, e a constituição das subjetividades, quero destacar que o papel da vigilância no processo de construção da subjetividade, objeto de interesse desse item, requer uma abertura da discussão, ampliando-a no sentido de contemplar outros dispositivos que constituem o campo de visibilidade contemporâneo, no qual novas subjetividades vão sendo produzidas. Para isso se faz necessário refletir não apenas sobre as câmeras destinadas à vigilância propriamente dita, como também sobre outras questões a exemplo das mudanças ocorridas na percepção; a

¹⁸¹GARLAND, D. *As contradições da “sociedade punitiva”*: o caso britânico, Revista de Sociologia e Política, nº 13: 59-80, novembro, 1999.

¹⁸² “Em SP, missa tem auxílio de circuito de tv”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 17/08/2003.

intensificação da produção e do consumo de imagens; a obsessão pela exposição do corpo e da vida íntima nas telas, a visão de si a partir da relação com o “olhar” do outro¹⁸³.

Nesse sentido, a matéria acima citada exemplifica a absorção dos novos dispositivos tecnológicos pelos mais diversos espaços e ocasiões da vida cotidiana, participando das metamorfoses ocorridas nas formas de percepção do mundo, operando transformações também no modo como os indivíduos reconstróem suas representações da realidade.

Entre os séculos XVII e XVIII, a compreensão clássica de que o mundo pode ser completamente representado e racionalizado está presente nos dispositivos da época, a exemplo da câmera escura¹⁸⁴ e das formas de representação do mundo como mapas, globos etc. Estes dispositivos sintetizam a compreensão vigente, a qual propõe uma percepção objetiva de mundo, posto que se destinam a rerepresentar uma realidade pré-existente, e a revelar proposições “verdadeiras” sobre o mundo real. O observador olha para uma imagem projetada da realidade exterior concebendo-a como independente de suas percepções, (na medida em que estas não interferem ou alteram a realidade representada) entendendo-as como mero testemunho visual.

No final do século XIX, a aceleração nos processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional, em conjunto com o surgimento de novas tecnologias, de novos meios de transporte, somados ao avanço do capitalismo e à explosão da cultura de consumo de massa, produzem transformações na estrutura da experiência subjetiva. Esta sofre choques físicos e perceptivos, tornando o modelo da percepção objetiva insuficiente para dar conta do ambiente

¹⁸³ Nesse sentido consideraremos tanto as telas das câmeras de vigilância quanto a da TV, do celular ou da Internet, partindo da concepção de que estes dispositivos, embora com destinação e características próprias, possuem o mesmo princípio, qual seja, a produção e a percepção da imagem, mediada por meio de câmeras, telas e visores. Nesse sentido a situação estabelecida é similar na medida em que temos a captura da imagem por meio do olho da câmera e sua exibição em uma tela, seja esta uma relação estabelecida de forma consentida, ou não, por parte dos envolvidos (nota da autora).

¹⁸⁴ A câmara escura tem seu princípio enunciado por Leonardo da Vinci, no século XV. O invento é desenvolvido pelo físico napolitano Giambattista Della Porta, no século XVI, que projeta uma caixa fechada, com um pequeno orifício coberto por uma lente. Através dele penetram e se cruzam os raios refletidos pelos objetos exteriores. A imagem, invertida, inscreve-se na face do fundo, no interior da caixa (WWW.cotianet.com.br/photo/hist/htm).

urbano moderno. Em meio às transformações, acelerações e instabilidades que estão ocorrendo nos diversos campos, e aos estímulos trazidos pelo mundo moderno, o homem desenvolve outro tipo de percepção, de cunho político, fundada na ciência e na técnica.

As imagens fotográfica e cinematográfica se apresentam como uma nova possibilidade de leitura e investigação do mundo e da realidade, e não mais como simples objeto de contemplação. Nesse sentido, essas técnicas são instrumentos de conhecimento, portanto de poder, e como tal devem ser utilizadas politicamente. Para Benjamin (*apud* Santos, 2003: p. 159), a fotografia e o cinema devem promover a substituição da percepção mágica e religiosa do mundo por uma percepção política, arrancando o espectador da contemplação, escandalizando-o e abrindo seus olhos para uma nova visão do mundo e da realidade em que vive. Essa politização da percepção, alcançada por meio do efeito de choque, deve ser tão intensa e envolver o espectador tão profundamente a ponto de transformar seus hábitos perceptivos. Levada ao extremo, a metamorfose da percepção conduziria o homem moderno “não somente a romper com a tradição, mas também e, sobretudo a construir uma nova sociedade a partir de uma nova visão do mundo e da realidade”¹⁸⁵.

Na modernidade, os domínios entre subjetividade, visibilidade e tecnologia, segundo Foucault, se tornaram inseparáveis. A vida em comunidade delegava ao grupo social o poder de impedir, criminalizar e punir os desviantes; o processo de construção das identidades era assegurado pelo olho público, que inscrevia a ordem social, por meio de normas e regras, promovendo a noção de pertencimento dos indivíduos a um coletivo mais amplo. As escolhas já estavam dadas e ninguém precisava decidir muita coisa. A progressiva interiorização do olhar do outro, através da vigilância normativa, definia as relações do sujeito consigo por meio da autovigilância, construindo seus limites e moldando sua subjetividade por meio da culpa.

¹⁸⁵ SANTOS, *op. cit.* 2003, p. 160.

Embora incidisse sobre o corpo, o olhar disciplinador visava, sobretudo, a interioridade, operando assim a passagem da vigilância para a autovigilância. Ao temor do outro, soma-se o temor do *mal* ou da anormalidade (existente no íntimo de todos) e que deve ser combatido por meio da adesão à norma. Assim, as fronteiras entre dentro e fora estão claramente definidas. A norma examinava o passado (anamnese) tendo em vista uma transformação no presente, e oferecia como contrapartida o ganho da normalidade, que assegurava a exclusão do indivíduo classificado como desviante, do grupo considerado “normal”. O “íntimo” era a parte mais valiosa do indivíduo. Era seu mistério e seu tesouro, posto que ali residia o “segredo” que diferenciava cada um e, por este motivo, atraía os demais.

São nos espaços deixados vagos pelo descrédito em que caíram as velhas instituições modernas que as novas tecnologias se inserem, promovendo uma espécie de inversão no processo de construção da subjetividade. Esta passa a ocorrer no âmbito da exterioridade para, em um segundo momento, se refletir no interior do sujeito. Numa mesma tacada, as mudanças fazem desaparecer o sentimento de comunidade e de pertencimento, ao mesmo tempo em que promovem a exteriorização e a impessoalidade, esgotando assim a demanda pelo íntimo.

A corrosão da intimidade dá lugar à necessidade da comprovação da própria existência por meio do olhar da câmera. As intimidades são expostas na tela por meio de câmeras de vigilância nos espaços públicos e privados, de *blogs* e *fotologs* que se multiplicam na Internet, de pessoas que expõem seus pensamentos e seus sentimentos mais escondidos na TV, enquanto as platéias deliram com confidências escabrosas e com revelações banais da vida privada. Com as novas tecnologias todos são livres para fazer suas escolhas, entre elas as de se abrirem à exposição.

Na sociedade do risco, a vigilância é efetuada à distância e em uma temporalidade presente. Ao assumir o discurso da predição e da prevenção, o risco visa erradicar possíveis

sofrimentos futuros, oferecendo, em contrapartida, o ganho da segurança e da visibilidade, definindo cada indivíduo como único responsável pelas conseqüências de suas opções. O controle passa a incidir sobre os comportamentos por meio da prevenção e do autocontrole. Com o alargamento das fronteiras entre o público e o privado, os olhares controladores monitoram a mobilidade, o trânsito de passagem dos indivíduos, em meio aos deslocamentos requeridos pelas ações cotidianas. Todos os campos se constituem, ao mesmo tempo, como espaços de vigilância e de visibilidade que possibilitam pensar uma nova subjetividade, articulada ainda em função do olhar do outro, mas agora mediada pelas lentes dos novos dispositivos tecnológicos.

Como destaca a professora Fernanda Bruno, se por um lado estes dispositivos dão continuidade à incidência do foco de visibilidade sobre o indivíduo comum, uma tendência própria da modernidade, também promovem discontinuidades nos processos de produção de subjetividades e identidades¹⁸⁶.

Sob a égide da visibilidade panóptica, o processo se dava, invariavelmente, de dentro para fora. A construção da subjetividade decorria de mudanças involuntárias e não intencionais que se davam primeiramente no interior do sujeito para, posteriormente, se refletir na sua exterioridade. Nesse sentido, era a forma como o sujeito resolvia um conflito ou um dilema interiorizado que originava uma transformação no seu exterior, que em última instância, promovia o bem-estar interno e o equilíbrio com o mundo externo. Com a crise da norma e a ascensão do risco, agoniza o critério vigente na modernidade da existência de um único padrão possível, capaz de promover a aceitação do eu pelo outro. Com o que podemos definir como uma “flexibilização dos padrões”,

¹⁸⁶ BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias da informação e de comunicação. Revista Famecos, nº 24, 2004, p. 110-124.

surgem novas possibilidades de construção para o sujeito, no que se refere ao modo de como quer ser visto pelo outro¹⁸⁷.

Com o apoio dos discursos que incentivam a liberdade de escolha individual, e com a diversidade de produtos que atendem à diversidade de modelos, o sujeito se vê liberado para, a partir da sua construção interna de um “ideal de eu”, realizar mudanças exteriores que tornem mais próximos a sua aparência exterior do eu “autêntico” (ainda que resultante de uma construção) que habita no seu interior. Para a realização pessoal não se faz mais necessário que o sujeito atravesse e supere qualquer crise interna, comumente associadas aos conflitos íntimos que afligiam os sujeitos modernos, frente ao rigor imposto pela norma. Basta apenas dispor das condições necessárias para realizar mudanças (muitas vezes puramente estéticas) ou para consumir os produtos que se afinam com aquilo que ficou definido como o “seu padrão”, que o sujeito alcança a realização pessoal e constrói o seu bem-estar interior¹⁸⁸.

A identidade social de cada um vai se afirmando na esfera do consumo como estratégia de sobrevivência diante do futuro incerto, e vai se configurando como construções sociais transitórias, em que o indivíduo produz e é produzido pelo consumo, pelo discurso imagético, que promove a visibilidade, a esteticização, a sedução e o desejo. Consumir e sobreviver se interligam já que ambos dependem do grau de inserção do sujeito na dinâmica acelerada imposta pela união da tecnociência e do capital global. Sob essa ótica, a subjetividade contemporânea se configura, ao mesmo tempo, como processo e produto, resultante das relações estabelecidas entre a vontade narcísica do ser visto e o prazer voyeurístico do ver. Como a grande tragédia atual é não ser observado, mostrar-se, mas antes de tudo mostrar-se na tela, torna-se o grande ideal de consumo contemporâneo.

¹⁸⁷ Estas inferências resultam das reflexões levantadas na ECO durante a reunião do grupo de estudos CiberIdéia, realizada em 29/09/2005, com base nas discussões promovidas pelos professores Fernanda Bruno e Paulo Vaz.

¹⁸⁸ BRUNO, Fernanda. *op.cit.* 2004.

As novas formas de ver, em latim *videre*, instituída pela mediação política, econômica e simbólica definida pelos novos dispositivos tecnológicos, a todo instante, convida ao ver e ao ser visto, constituindo subjetividades exteriorizadas em que a exposição se dá, invariavelmente, na esfera pública e o foco de visibilidade passa a incidir sobre o indivíduo comum. Pereira e Herschmann¹⁸⁹, ao definirem o momento atual como uma “era de alta visibilidade”, chamam atenção para o fato de estamos imersos em um ambiente em que o “ver e o exhibir” se constituem como aspectos culturais fundamentais.

Para Quessada, com a retirada do Estado como regulador da vida em coletividade e com o deslocamento do político para o econômico, o mercado passa a ocupar o papel de centro regulador dos corpos, individuais e sociais, atuando por meio do discurso publicitário da liberdade “democrática” para comercializar. Nesse sentido, o objeto desejado, aquele a ser consumido, torna-se “objeto de amor” que une e re-une os sujeitos produzindo o coletivo. Esse coletivo é controlado e privatizado, visto que é a empresa que detém o poder de produzir não apenas os objetos, como também os discursos que agregam a estes objetos o valor simbólico que prometem preencher as carências, comunicando “a comunhão pelo objeto, ao mesmo tempo em que comunica o objeto pela comunhão”¹⁹⁰.

Tanto a oferta quanto o consumo vão sendo mapeados para que essa relação nunca perca seu equilíbrio. Ou seja, para novas necessidades (desejos) surgem novos produtos (ofertas) que por sua vez criam novas necessidades em uma roda-viva sem fim. São tantas as mercadorias produzidas neste novo contexto (mesmo aquilo que não é mercadoria acaba sendo vendida e consumida como tal) e tão recorrente o discurso de incentivo ao consumo (cujo argumento

¹⁸⁹ PEREIRA, Carlos A. M. e HERSCHMANN, Micael. *Mídia, memórias e celebridades: estratégias narrativas em contexto de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

¹⁹⁰ QUESSADA, Dominique, *O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas: como a globalização impõe produtos, sonhos ilusões*, São Paulo: Futura, 2003: p. 13.

principal se encontra pautado justamente na “liberdade de escolha”) que o sujeito acaba por acreditar-se livre nos seus julgamentos e ações, com liberdade para adotar o estilo de vida que mais lhe convém¹⁹¹.

Contudo, embora “estilo de vida” seja um conceito em moda na sociedade do risco, por estar calcado na idéia de liberdade de escolha, o mesmo apresenta a seguinte contradição: para as classes com maior poder de consumo, estilo de vida se reflete na idéia do corpo como um bem que deve ser preservado em sua aparência de vigor físico e juventude. A idéia de boas condições de saúde, quando fundida à idéia de atratividade sexual, alimenta e incentiva um enorme mercado, industrial e comercial, de artigos e serviços (segurança, saúde privada, vestuário, lazer, alimentação, beleza, cosméticos etc.) voltados para a manutenção, não apenas da saúde, mas, principalmente, da beleza, da juventude e do vigor físico. Nesse sentido, a aparência do corpo se tornou central às noções de auto-identidade¹⁹².

Por outro lado, para as classes miseráveis, desprovidas de poder aquisitivo, em que as opções de escolhas praticamente inexistem, o conceito de estilo de vida se traduz como “estratégias de sobrevivência” uma vez que não há opções disponíveis para a eleição de estilos. Nesse sentido, fica evidente que a noção de risco, alicerçada pela liberdade de escolha, é um

¹⁹¹ Em relação ao entendimento de “estilos de vida” o autor destaca a visão de Giddens que, embora admita que considera este como um dos aspectos fundamentais da cultura da tardo-modernidade, posto que proporciona elementos para um senso de unidade e segurança existencial em um mundo incerto e ameaçador, admite que o mesmo depende das possibilidades de acesso e de aquisição. Já para Featherstone a noção está na moda e pretende desenvolver uma abordagem que vá além da perspectiva de estilo de vida equivaler basicamente ao padrão de consumo, manipulado pela chamada cultura de massa. Ou então, que consista em uma categoria bem demarcada, com um domínio autônomo, além dos efeitos manipulativos. Neste caso, o conceito de *habitus* de Bourdieu (1989) permitiria melhor entendimento. Descreve as disposições determinantes dos gostos que definem cada grupo social. Inclui elementos inconscientes, padrões classificatórios, predileções (explícitas ou não) relativas à idéia que o indivíduo faz de seus gostos e escolhas estéticas – arte, comida, bebida, indumentária, entretenimento etc., e de sua validade e valorização social. Mais ainda: está encarnado na própria apresentação corporal de si-mesmo – forma e relação com o próprio corpo, fisionomia, postura, linguajar, padrões discursivos, modos de gesticular, andar, sentar, comer, beber etc. Cada grupo, classe e fração possui um *habitus* /estilo de vida próprio (CASTIEL, L.D. *op. cit.* p. 33).

¹⁹² Idem, p. 33.

parâmetro que atende aos interesses das classes mais favorecidas, já que só a estas cabe avaliar, julgar e escolher.

No entanto, na maior parte das vezes, a propalada liberdade de julgamento se restringe ao valor de troca entre as inúmeras mercadorias oferecidas. Sua liberdade de ação parte do consumo desta ou daquela mercadoria, com base em uma necessidade mercadologicamente criada que promove uma identificação com o discurso a ela associado. O consumo desta ou daquela mercadoria reflete posições, cria subjetividades e alimenta identificações entre grupos e indivíduos.

Embora as relações entre as instituições produtoras de mercadorias e os indivíduos consumidores criem códigos que lutam entre si, elas também revelam a interação existente entre ambos. Em algumas circunstâncias, longe de serem manipulados, os últimos são adulados, bajulados e paparicados assumindo o controle, criando modas e ditando as regras. Surgem os tribalismos como forma de marcar o fim das individualidades; a customização e a personalização de produtos como forma de afirmar as diversidades; a despolitização; a apatia diante de causas políticas ou públicas; o narcisismo do ser visto, e o *voyeurismo* do ver; além do prazer pelo consumo, pela valorização do desejo, do hedonismo e da visibilidade.

Os corpos são construídos pelos discursos, re-construídos pelos avanços das tecnologias (info, bio, nano), modificados por meio de cirurgias plásticas, próteses, implantes, ou mesmos esculpidos em academias de ginásticas e centros de estética. São também metaforicamente transformados pela moda, por meio de tatuagens, piercings, cortes de cabelos ou posturas corporais. Nessa exibição excessiva de corpos anônimos, construídos para o sucesso instantâneo e passageiro, emerge o “corpo como imagem” que, em um processo de mão dupla, visa consolidar uma “imagem do corpo”.

Baseada na suposta liberdade de escolha individual, as tecnologias interferem nas construções das imagens, tanto corporais quanto subjetivas, abrindo para o indivíduo um leque de possibilidades que supostamente lhe permitiria construir a “imagem idealizada de si mesmo” e corporificar a representação social dessa imagem que deseja ver, refletida e admirada, no olhar do outro. Estas imagens se configuram como suportes para a comunicação, para subjetividade e para a linguagem. “Na atualidade tudo conspira para a imagem, para a visibilidade e para a composição de sentidos no plano do olhar. Os mitos, hoje, são mitos olhados”¹⁹³.

Esta “imagem do corpo”, subjetivo e físico, representa a idealização que o indivíduo faz de si mesmo e da forma como ele quer ser socialmente visto e aceito pelo outro. É a aceitação do outro que legitima sua inclusão e gera o sentimento de pertencimento (ainda que transitório) ao grupo. Embora este “ideal de ser” sofra alterações e transformações relacionadas aos processos sociais e individuais, ele permanece latente no indivíduo, ora se escondendo, ora se desvelando, conforme as interações sociais que vão sendo estabelecidas pelos sujeitos na sua relação com o meio e com o outro.

Frente ao excesso de ofertas e possibilidades alardeadas pelas mídias, ele faz escolhas que o aproximem da imagem idealizada do corpo físico e subjetivo. É nesse espaço que atuam os discursos da publicidade e das mídias. O discurso do consumo e da oferta (incluindo aqui a oferta de segurança prometida pelas câmeras de vigilância) atua na subjetividade do indivíduo, consumidor em potencial, falando diretamente aos seus desejos e afetos, promovendo novas formas de controle que não se traduz no racional e sim no emocional dos sujeitos. O discurso pós-moderno, de respeito às individualidades, à pluralidade e às diferenças, convive com câmeras

¹⁹³ BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, *Videologias: ensaios sobre televisão*, Coleção Estado de Sítio, São Paulo: Boitempo, 2004, p. 16.

de vídeos espalhadas pelos espaços sociais como uma forma diluída de controle dessa diversidade.

Na era das telas e visores, das imagens via satélite, do escaneamento das minúcias interiores do corpo, a experiência humana está mais submetida hoje à espetacularização e aos processos de visualização do que jamais esteve. Sob essa ótica, a sociedade contemporânea viria intensificar e consolidar as características da sociedade do espetáculo de Debord, promovendo interações quase sempre mediadas por imagens¹⁹⁴.

Não apenas consumimos como também contribuimos para a produção e a multiplicação destas imagens. Para Giddens, o corpo não é só uma entidade física. É também um sistema de ação, um modo de *práxis*. Sua inserção e as interações que ele estabelece na vida cotidiana são fatores determinantes para a manutenção de um sentido de auto-identidade. Algumas vezes pensado como “algo dado”, outras como “lugar da alma ou assento inadequado do eu”, o corpo, em constante e crescente interação com os sistemas simbólicos, foi emancipado. Nesse processo de emancipação, suas fronteiras foram alargadas, e o corpo acabou revelando-se muito menos dócil em relação ao eu do que jamais foi, tornando-se mais relevante para a identidade que o indivíduo promove. A possibilidade de adotar estilos de vida, livremente escolhidos, amplia a relevância do corpo para o eu e a auto-identidade¹⁹⁵.

Regimes corporais e a organização da sensualidade na alta modernidade se abrem à atenção reflexiva contínua, contra o pano de fundo da pluralidade da escolha. Tanto o planejamento da vida quanto a adoção de opções de estilo de vida se integram (em princípio) aos regimes corporais. Seria muita miopia ver esse fenômeno apenas em termos dos novos ideais de aparência corporal (como a esbelteza ou a juventude), ou apenas como produzido pela influência mercantilizada da propaganda. Tornamo-nos responsáveis pelos desenhos de nossos próprios corpos, e em certo sentido, somos forçados a fazê-lo quanto

¹⁹⁴ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

¹⁹⁵ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

mais pós-tradicionais forem os contextos sociais em que vivemos (GIDDENS, 2002: p. 98).

Nesse espaço de alta visibilidade, o olho que via pelo buraco da fechadura foi sendo substituído pelos milhares de acessos dos usuários aos novos dispositivos de visibilidade, que embora invertam o jogo, continuam praticando formas de controle sobre o desejo, o corpo e a vida. Em oposição à coerção, própria da modernidade, a persuasão e a negociação assumem uma nova fundamentalidade para a questão do controle. O indivíduo, embora sempre controlável, apresenta maior ou menor flexibilidade conforme o grau em que é tocado, em seus afetos e desejos, nas interações que estabelecem com o meio e com o outro. É o poder de penetrar no corpo do outro sem correr riscos, saber do outro sem precisar se expor, e que vai se multiplicando, na medida em que se multiplicam os dispositivos que incentivam o consumo e a produção de imagens.

Apresentado desta maneira, o cenário parece assustador. Inseridos em uma sociedade de “alta visibilidade”, o culto ao corpo, o apelo ao consumo e a erotização invadem o cotidiano por meio das mídias, da moda, da publicidade e das tecnologias. Contudo, o controle exercido por estas instituições são mais sutis, fluidos e negociáveis. A aceitação das simbologias e dos discursos não se dá de forma coesa e homogênea. Nesse sentido, uns se enquadram mais e outros menos às tessituras engendradas pelo controle, de acordo com o grau de flexibilização das negociações. Esse não é um panorama fixo e aceito sem que haja conflitos e resistências. Na verdade todas as relações que se estabelecem no contexto social são relações de disputa de sentidos entre sujeitos e grupos sociais para fazer valer suas crenças e seus valores. Tudo parece realmente girar em torno da negociação do controle e da visibilidade. Como quero que o outro me perceba? Qual a imagem idealizada do eu que construí? Até que ponto minhas opções de consumo refletem essa imagem? Quero mantê-la? Quero mudá-la? Com quais crenças e valores

estou interagindo? Essas e outras são perguntas que, conforme as respostas, levarão a uma maior ou menor exposição e visibilidade.

Como a liberdade de escolha é a moeda forte, e o espaço dos afetos e dos desejos é o ponto de vulnerabilidade (que se configura no principal alvo dos discursos persuasivos de controle), o poder de negociação do indivíduo põe, de um lado da balança, o quinhão de liberdade que ele dispõe para negociar, e do outro seus afetos e seus desejos atingidos pelos discursos e pelas relações estabelecidas com o meio. Resta saber para que lado o prato da balança penderá.

4.2.5 Outros usos e abusos

Embora a maior parte das matérias positivem a presença dos dispositivos de vigilância para a prevenção do crime, esta maioria não é absoluta. Algumas reportagens, principalmente as que tratam de rebeliões em presídios, seqüestros ou assaltos a bancos, revelam a falha desses dispositivos, por vezes associados à corrupção dentro do próprio sistema criminal (“Polícia apura nova facilitação em fuga de 37 no litoral norte”, *Folha: Cotidiano*, 22/06/99; “Ex-PM é reconhecido como assaltante”, *Folha: Cotidiano*, 27/01/99) o que, invariavelmente, conduz a um discurso que reivindica medidas de controle mais rígidas e punições mais severas.

Em outros casos, o discurso aponta para a possibilidade de neutralização destes equipamentos. Em matéria de 10/11/2000, “Seqüestro dura 22 horas e meia”, o texto relata que “antes, porém, demonstrando conhecer o sistema de segurança, pediram (os seqüestradores) as fitas do circuito interno de TV”. Também em outra matéria, o texto denuncia que “os presos atearam fogo nos colchões, quebraram as câmeras de vigilância e feriram quatro companheiros”. (“Crise carcerária: presos rebelados fazem 01 refém e ferem 04”, *Folha: Cotidiano*, 23/11/2000).

Em um número ínfimo (menos de 1%), aparecem algumas matérias nas quais os títulos falam por si só: “Aparato não evita crime” (29/08/2001), referindo-se ao seqüestro de Patrícia Abravanel, filha do apresentador de TV Silvio Santos. Ou ainda, “Câmera não evita sumiço de peça”, sobre o furto de uma obra de arte durante a Bienal em São Paulo (*Folha*: Cotidiano, 19/10/2003).

Como que para expor a fragilidade das políticas de segurança, ao mesmo tempo em que acentua a insegurança generalizada, a mídia também coloca as câmeras de vigilância nas mãos daqueles que deveriam ser o alvo, o “crime organizado”. Uma matéria, ao mesmo tempo em que afirma que a polícia de Campinas, São Paulo, teria desmontado um esquema de monitoramento eletrônico usado por supostos traficantes para vigiar a entrada da favela do São Fernando, conhecida como um dos principais pontos de tráfico de drogas da cidade, destaca também que uma testemunha teria denunciado o envolvimento de policiais com os traficantes da favela. No corpo da matéria surge o depoimento da psicóloga Maria de Fátima Franco dos Santos, afirmando que “a sofisticação do crime organizado é resultado da ausência de trabalho investigativo mais intenso por parte da polícia”¹⁹⁶.

Em “Polícia acha câmeras em favela de SP”(14/09/2004), os policiais encontraram na favela de Heliópolis, Zona Sul de São Paulo, dentro do barraco de José Adriano de Andrade, 27 anos, apontado pela polícia como “gerente do tráfico local”, seis câmeras com sensores infravermelhos para visão noturna. “Eles têm o que nós não temos”, declarou um dos policiais.

Algumas matérias encontradas pela pesquisa fazem coro com as discussões sobre as questões que envolvem a privacidade e a ética. Verifica-se inclusive denúncias de casos de abuso e desvirtuamento no uso destes equipamentos, como o que ocorre na matéria publicada na *Folha Mundo*, com o título “Banhistas nuas viram ‘alvos estratégicos’ – militares suecos espionam

¹⁹⁶ “Testemunha liga polícia à câmera em favela”, *Folha* de São Paulo, editoria: cotidiano, 01/11/2000.

mulheres”, publicada em 17/12/97. Nesta matéria, um jornal de Estocolmo denuncia as Forças Armadas suecas por estarem utilizando os modernos equipamentos de vigilância, destinado a gravar imagens de submarinos, “para fins pouco bélicos”. Além de fotografar banhistas nuas, copiar e distribuir estas fotos entre si, os militares suecos fizeram um vídeo de 45 minutos, com direito a closes e enquadramentos fechados, de uma mulher que tomava banho de sol nua no arquipélago de Karlskrona, na costa sudeste da Suécia.

Outra matéria denuncia o empresário Carlos Eduardo Calfat Salem, de sessenta anos, mantenedor do programa *Ação Criança*, como sendo acusado de usar microcâmeras para filmar o quarto e o banheiro da estudante A.L.L., de 15 anos, que morava temporariamente em sua casa, como um favor ao pai da adolescente, que reside em Paris. Foram encontradas câmeras no banheiro usado pela estudante, que transmitia as imagens diretamente para o telão instalado no quarto do empresário¹⁹⁷.

Também foi por colocar câmeras no banheiro que a escola estadual Deputado Bady Bassitt, em São José do Rio Preto, São Paulo, ganhou as páginas do jornal. As mesmas foram retiradas pouco depois devido a repercussão negativa do fato¹⁹⁸.

Quando as destinações e os usos diferem completamente daqueles assentados nos discursos que definem estes aparatos como estando a serviço da segurança, tornam-se evidentes as potencialidades destes dispositivos para invadir e devassar a privacidade alheia, inclusive, sem que o alvo dessa devassa tenha autorizado ou tomado conhecimento desta invasão, o que, em alguns casos, só acontece posteriormente. Com as novas tecnologias (que possibilitam, agilizam e facilitam a geração e disseminação das imagens) qualquer um pode publicizar imagens, com ou sem o consentimento daquele que foi filmado. Esta realidade aumenta as discussões éticas em

¹⁹⁷ “Empresário é suspeito de filmar jovem”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 08/08/2000.

¹⁹⁸ “Escola estadual coloca câmeras nos banheiros”, Folha de São Paulo, editoria: cotidiano, 24/09/2004.

torno da proliferação destes dispositivos. Além das questões polêmicas que giram em torno da possibilidade de ter a privacidade invadida por câmeras de vigilância, surge outra, ainda mais preocupante (posto que o número de denúncias vem aumentando com considerável frequência), que é a destinação que pode ser dada a estas imagens.

Em 2000, o programa de televisão do Sr. Carlos Massa, O Ratinho, transmitido pelo SBT, exibiu um vídeo¹⁹⁹ mostrando uma menina de três anos sendo barbaramente torturada. Este vídeo que “misteriosamente” chegou à produção do programa foi supostamente enviado pelo líder de uma quadrilha especializada em roubo de avião e carro-forte, que torturou por vingança, diante de uma câmera, a filha de um comparsa que o teria entregado à polícia. O criminoso aparece chutando a menina, socando sua cabeça, arremessando-a contra a parede, pisando em sua barriga e até forçando-a a ingerir as próprias fezes. O fato em si já seria suficientemente chocante para qualquer sociedade dita “civilizada”, posto que sinaliza o interesse por imagens bizarras em que seres humanos indefesos são cruelmente torturados. Contudo, sua exploração e espetacularização em um programa de TV, transmitido em rede aberta, demonstra implicações sociológicas e psicológicas mais profundas que, creio eu, requer sérios estudos quanto ao limite ético de utilização da torrente de imagens que vem sendo gerada e consumida pela sociedade.

Outro exemplo antiético desta apropriação indevida de imagens ocorreu recentemente, sendo amplamente divulgada pelas mídias de modo geral. Dois adolescentes de 17 anos divulgaram, na Internet, um filme em que um deles aparecia tendo relações sexuais com uma ex-namorada, na época com 15 anos. A menina, que denunciou os dois rapazes, afirma que não sabia que estava sendo filmada. O Ministério Público apreendeu na casa dos adolescentes os computadores em que as imagens estavam gravadas, junto com outras cenas de sexo, incluindo

¹⁹⁹ “Quem vai criar uma ratoeira para o Ratinho?” matéria divulgada pela Folha de São Paulo, editoria: ilustrada, 30/10/2000.

pedofilia. O filme em que aparecia a garota circulava pela Internet e foi encontrado em *sites* de vários países, como Noruega e China²⁰⁰.

A vigilância eletrônica, hoje, já se encontra projetada dentro do fluxo da vida diária. Muitas conveniências do dia-a-dia, a eficiência de vários serviços e comodidades, e até mesmo alguns aspectos da segurança, dependem da mediação da vigilância para funcionarem a contento. Grande parte das rotinas cotidianas são agora sujeitas a uma infinidade de formas de controlar, olhar, gravar e analisar, tanto assim que, como aponta Lyon, aceitamos como verdadeiro o fato de que nós deixamos pistas e rastros, onde quer que nós estamos e do que quer que nós fazemos. Para este autor, a vigilância é uma resposta ao desaparecimento da integração social dos relacionamentos, facilitados pelos meios modernos de comunicação e informação. Se na maior parte da história humana, a interação e a comunicação social sempre foi feita “cara a cara”, envolvendo a presença de pessoas em um mesmo lugar, hoje ela vem sendo gradativamente substituída pelas novas formas de comunicação e interação que não envolve a co-presença e que podem ser expandidas para todos os lugares, sem que haja limites impostos pela distância ou por qualquer tipo de barreira, sejam elas físicas ou temporais. Nesse sentido, a vigilância é um aspecto da mediação mundial, em que as novas formas de relacionamento, embora não sejam causadas pelas novas tecnologias, são as novas tecnologias que possibilitam essa mediação²⁰¹.

Contudo, embora a vigilância não possa ser vista hoje apenas pelo seu caráter negativo, uma vez que se trata de um processo ambíguo que envolve consentimento, negociação e até mesmo resistência, ela também promove questões relacionadas ao poder de publicização da imagem do outro sem o conhecimento deste outro. Nesse sentido, caso não levantemos algumas

²⁰⁰ “Jovens são detidos por divulgar vídeo erótico com imagens de garota de 15 anos”, Folha de São Paulo, editoria de cotidiano, 06 de julho de 2005.

²⁰¹ LYON, David. Surveillance society: monitoring everyday life, Issues in society, series editor: Tim May (texto em CD rom).

questões éticas sobre responsabilidades e sobre a invasão da privacidade (do tipo: como as imagens vão parar na rede? Em troca de quê? Quantas vezes isso acontece? Quais as sanções prescritas e quais as que realmente foram praticadas contra este tipo de ação? Por que as pessoas se interessam por certas imagens?) a superexposição da intimidade pode gerar vexames ou situações bizarras quando toma proporções ilimitadas como ocorre na atualidade. Provocar algumas reflexões em torno destas questões é, antes de tudo, a intenção deste item.

Considerações finais

Em meio às inovações tecnológicas próprias da contemporaneidade, esta dissertação se propôs a investigar a inserção das câmeras de vigilância nos espaços públicos e privados, considerando os discursos e as práticas sociais que contribuem para a proliferação e aceitação destes dispositivos por parte da sociedade.

Quando comecei esta pesquisa, acreditava que, pela correlação aparentemente óbvia entre câmera de vigilância e invasão de privacidade, esta ‘invasão silenciosa’ poderia ser pensada, simplesmente, como o extermínio do direito à privacidade. Quando pensados em comparação ao modelo de vigilância panóptica, me parecia evidente que a quase imaterialidade destes dispositivos promovia uma assimilação passiva por parte da sociedade, e que sua proliferação se ancorava em uma relação de verticalidade, em que os mesmos eram impostos por alguns e aceitos por outros, sem que ocorressem maiores questionamentos.

Ledo engano. Durante o desenvolvimento desta investigação, por meio de novas leituras que desencadearam novas reflexões e na troca com professores e pesquisadores da área, pude perceber que a presença destes dispositivos não somente determina, como também é determinada, por uma complexa trama de mediações sociais, políticas e econômicas e de embates simbólicos, nos quais estão envolvidos múltiplos atores e fatores. Nesse sentido, esses dispositivos são gerados e difundidos no contexto das relações sociais, transformando-os e sendo transformadas por eles, promovendo novos agenciamentos, novas formas de comunicar, novas governamentalidades, novos usos e apropriações por parte dos sujeitos, alterando a forma de constituição das individualidades e da produção de subjetividades.

Para que essa nova percepção fosse possível, foi necessário trilhar, no corpo dessa pesquisa, o seguinte caminho: no primeiro capítulo, o tratamento dado ao medo e aos diversos

dispositivos de vigilância surgidos no interior do processo de governamentalidade dos Estados – que inclui a gerência da população, dos indivíduos e das coisas – buscou demonstrar de que modo os dispositivos criados pelas sociedades, medieval e moderna, encarnaram, cada uma ao seu modo, o modelo de pensamento de cada época. O incentivo ao medo da natureza, dos vizinhos e das epidemias serviram ao modelo de pensamento medieval, que pregava a obediência cega aos dogmas da Igreja e ao poder soberano, ao mesmo tempo em que incentivava práticas de vigilância de todos contra todos. Do mesmo modo, a “inclusão do pestífero” e o modelo panóptico sintetizam, dentre outras, as aspirações do projeto moderno de visibilidade, ordenação, hierarquização e classificação. Nessa primeira etapa do percurso, o que se pretendeu mostrar foram os vínculos históricos existente entre o medo, a vigilância e os modos específicos de governar, inseridos no processo mais amplo de modernização da sociedade ocidental, e, o modo como estes vínculos fazem surgir a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo. Diante da necessidade de gerir a população e os indivíduos que a constituem, define-se, já nesse período, a importância da informação e dos dispositivos de vigilância, para o bom funcionamento do governo dos homens.

Já o segundo capítulo, ao fazer coro com a perspectiva foucaultiana apresentada pelo professor Paulo Vaz, alia-se ao entendimento da história como um processo sempre em construção, que vai se fazendo, por meio de descontinuidades e rupturas. Nesse sentido, surge a noção de risco como um fenômeno próprio da cultura atual, como um modo de dar sentido, ou seja, de atribuir responsabilidades para os sofrimentos humanos, associados à pretensão que, por meio da previsão e da prevenção, podemos controlar e/ou evitar a ocorrência desses sofrimentos. No novo contexto do risco, a prevenção funciona por meio da divulgação da informação, como a maneira de evitar conseqüências futuras que podem advir das escolhas realizadas no presente.

Nesse sentido, a prevenção se apresenta como uma forma de controlar por antecipação o futuro. É uma ameaça em potencial no presente que determina a construção social do risco como forma de problematizar as escolhas e as ações humanas. A percepção da suposta ameaça, e das suas conseqüências como algo real, desdobra-se em necessidade de segurança e ações preventivas que limitam a liberdade individual e, em muitos casos, resultam mais danosas do que a própria ameaça em potencial. Assim é que a divulgação de informações e estimativas, os dados estatísticos e os discursos legitimadores dos peritos, ancorados nos avanços tecnológicos e científicos, apontam para uma dilatação nas possibilidades dos sujeitos de calcular e construir um futuro parcialmente conhecido e, portanto, transformável²⁰².

Na esperança de controlar e prevenir a violência urbana, retratada como crescente e descontrolada, e reduzir a sensação de insegurança e abandono, câmeras de monitoramento e modernos sistemas de vigilância estão hoje espalhados pelos mais diferentes lugares, desde residências, lojas, consultórios, salas de aula, shoppings, praças, prédios e ruas de pacatas cidades interioranas, configurando estes dispositivos como uma necessidade dos novos tempos.

Nesse contexto, o governo do crime passa pela estratégia de “responsabilização” que, segundo Garland, opera procurando impor e delegar responsabilidades a grupos, indivíduos, organismos e organizações não estatais que, indiretamente, desempenham um papel-chave na prevenção e no controle do crime. Em um trabalho conjunto, estado e instituições acumulam um vasto banco de dados, no qual os indivíduos se constituem como um “estoque de informações” que definem fatores de risco²⁰³ e alimentam um conhecimento preditivo de probabilidades e risco,

²⁰² Observações constantes das anotações do curso ministrado pelo Prof. Paulo Vaz na pós-graduação da escola de comunicação da UFRJ no dia 17/11/2005.

²⁰³ Pesquisas demonstram que fatores de risco na infância funcionam como futuros indutores de delinquência. Ou seja: é grande a possibilidade de se prevenir a criminalidade por meio de bons serviços de educação e saúde para as crianças, especialmente aquelas de comunidades carentes. A prevenção situacional do crime busca articular esforços da sociedade e do governo no sentido de controlar a incidência de tipos específicos de crime através da manipulação de fatores, tais como a

visando identificar, categorizar e classificar perfis, padrões comportamentais, econômicos e socioculturais²⁰⁴.

Com base nos fatores de risco, o criminoso passa a ser definido como uma pessoa comum, que comete o crime por uma escolha própria, ou como alguém que comete o ato criminoso por possuir uma “tendência”, ou seja, uma “inclinação” para o crime.

Em ambos os casos, desaparecem qualquer possibilidade de se considerar as desigualdades, decorrentes da estrutura social, como explicação atenuante do ato. A responsabilização pelo crime é descontextualizada das condições históricas, econômicas e sociais, passando a ser uma questão individual de tendência ou escolha. Como os fatores que indicam os grupos de riscos estão, invariavelmente, associados às classes menos favorecidas, e portanto mais vulneráveis (jovens, negros, pobres, favelados), as classes mais abastadas, ao mesmo tempo em que cobram dos poderes políticos medidas mais rigorosas, também adotam, por conta própria, medidas que visam a prevenção e a segurança. Essas medidas, além de reduzirem o alcance da já enfraquecida noção de Estado de bem-estar social, ainda contribuem para estimular o mercado em expansão da segurança privada. Nesse sentido, como aponta Garland, o investimento na prevenção da criminalidade e nos dispositivos de segurança são (a exemplo das câmeras de vigilância), cada vez mais impostos antes pelas forças econômicas do que pelas forças políticas.

Para aferir empiricamente esse entendimento, foi necessário, já no terceiro capítulo, analisar as matérias publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo*, no período de 01/01/1995 a 31/08/2005.

disponibilidade de alvos, o incremento da vigilância e a motivação dos agressores. Ver QUAGLIA, Giovanni, I Fórum Metropolitano de Segurança Pública da Baixada Santista, em Cubatão (SP), dia 02/10/2003.

²⁰⁴ GARLAND, D. *As contradições da “sociedade punitiva”*: o caso britânico, Revista de Sociologia e Política, nº13: 59-80, novembro, 1999.

Das reportagens publicadas pelo jornal, observei uma maior incidência daquelas que articulam as câmeras de vigilância às questões relacionadas com a segurança e o controle da criminalidade, por meio de um discurso que ressalta as potencialidades preventivas destes dispositivos, ao mesmo tempo em que reafirma a estética do medo e apela para a co-responsabilização de toda a sociedade na efetivação deste controle. Merecem destaque também as reportagens que mostraram a ambigüidade destes dispositivos ao denunciarem sua ineficácia para impedir o ato criminoso, ou ainda sua re-apropriação por parte daqueles que, *a priori*, deveriam ser o alvo da vigilância, neste caso, os criminosos.

Menos freqüentes, mas também relevantes, foram as reportagens que questionaram ou discordaram dos excessos na utilização destes dispositivos, denunciando casos de destinação abusiva e/ou antiética, revelando invasões não autorizadas de privacidade, além de, ao questionar seu crescimento em progressão geométrica, sinalizar para a paranóia persecutória vivida na atualidade.

Por meio desta análise pude perceber que a proliferação das câmeras de vigilância se constitui como um fenômeno complexo, que apresenta diversas possibilidades de enfoques, sendo impossível, no corpo deste trabalho, cobrir tamanha variedade. Contudo, apresentarei algumas inferências possíveis, resultantes das análises realizadas.

Em primeiro lugar, fica evidente que, embora as câmeras de vigilância (a exemplo de todo dispositivo tecnológico) não sejam boas ou más em si mesmas, sua proliferação em todos os espaços reflete uma nova forma de pensamento e de estruturação da sociedade atual. Também os usos e as destinações, assim como as intencionalidades, são diversas e diferenciadas e, conforme o caso, pode acarretar benefícios e/ou prejuízos para os que dela são alvo. No caso dos usos destinados à prevenção do crime, a mídia, como principal divulgadora das notícias sobre a violência, ocupa papel de destaque. Ao reforçar o discurso do medo e da segurança para dar

maior credibilidade às potencialidades preventivas destes dispositivos, as mídias contribuem não somente para sua aceitação, mas, principalmente, auxiliam a promover uma demanda, cada vez maior, por estes dispositivos, por parte da sociedade. Assim, a vigilância eletrônica se configura como um incremento significativo no modelo da governamentalidade exercida por meio de um conhecimento subjetivo, baseado em informações sociais.

Nesse sentido, as câmeras de vigilância aparecem, na maior parte dos discursos midiáticos, de forma positivada, como dispositivos capazes de pré-ver, de antecipar e de inibir os riscos aleatórios, decorrentes da ação do outro. Esse discurso se encontra em perfeita sintonia com a nova forma de governamentalidade contemporânea, em que a liberdade de escolha e responsabilidade individual apregoam a co-responsabilização e convocam todos os segmentos sociais a participarem do modelo de assepsia preditiva promovido pela sociedade do risco.

Sob esse aspecto a demanda pelos dispositivos de vigilância coaduna perfeitamente com a ambição, própria da sociedade do risco (cujo modelo social se configura como tipicamente preditivo), de antecipação e domesticação do futuro. Mesmo o futuro sendo essencialmente imprevisível, ele se apresenta como um novo território de possibilidades, que se mostra propenso a ser colonizado pelo cálculo dos riscos, já considerando a possibilidade destes apresentarem resultados não intencionais e imprevistos.

O risco só emerge como conceito quando se torna possível pensar o futuro como passível de controle. Por sua vez, esta forma de pensamento só se fez possível por ter ocorrido o desenvolvimento do instrumental necessário (a exemplo da teoria da probabilidade e da viabilização de agregação e análise de um número cada vez maior de informações possibilitado pelas novas tecnologias), somado a emergência da população como um novo objeto de governo. Assim os mecanismos de vigilância passam cada vez mais a depender do gerenciamento de informações que, por sua vez, são de todos e não são de ninguém. O suposto acesso de qualquer

um à informação amplia as possibilidades de opções e de escolhas para alguns, gerando, para outros, novos mecanismos de exclusão social.

Como consequência prática, verifica-se a “privatização” dos serviços básicos para promover o bem-estar social (saúde, segurança, educação), que, por sua vez, origina e alimenta um próspero mercado privado para suprir estas carências; destacadamente, a indústria da segurança privada.

Essa, destinada à proteção e ao cuidado de poucos privilegiados, acentua a exclusão dos que não possuem as condições necessárias para consumir seus produtos, mantendo-os do lado de fora do seu “círculo protetor”. Em uma dupla exclusão, transforma o excluído em alvo potencial e preferencial da vigilância e das ações preventivas da governamentalidade contemporânea que, por sua vez, se reafirma por meio do discurso do risco.

Assim, os indivíduos, abandonados para cuidar de sua segurança e exorcizar seus medos em solidão, se rendem aos apelos do consumo de bens e mercadorias, do cultivo ao corpo e às curiosidades, buscando dessa maneira construir vínculos (ainda que ilusórios) de segurança, que ampliem a vida, diminuam o sofrimento e, talvez, quem sabe, dessa maneira consigam enfim, adiar a inevitabilidade da morte.

Referências bibliográficas:

ALLIEZ, Eric (org.), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*, São Paulo: Ed. 34, 2000.

ALMEIDA, Marcos Renato Holtz. *Do terror ao entretenimento: a evolução da figura do Diabo na sociedade pós-moderna*, disponível em http://www.uem.br/~urutagua/005/20soc_almeida.htm, consultado em 17/04/2005.

ANDERY, Maria Amália *et al.* *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*, 6ª, Rio de Janeiro: Espaço e tempo, São Paulo: Educ, 1996.

BAIERL, Luzia Fátima, *Medo social: da violência invisível ao invisível da violência*, São Paulo: Cortez, 2004.

BARBER, Benjamin R. *O império do medo; guerra, terrorismo e democracia*, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BATISTA, Vera Malaguti, *O medo na cidade do Rio de Janeiro; dois tempos de uma história*, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____, Zygmunt. *Em busca da política*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____, Zygmunt, *Globalização: as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.

_____, Zygmunt, *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

_____, Zygmunt, *Vidas desperdiçadas*, tradução Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, Ulrich, *Risk Society: towards a new modernity*. London, SAGE Publications, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, coleção Obras escolhidas, vol.1, 6ª, São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENTES, Ivana. *Estéticas da Violência no Cinema*: in *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais –UERJ ano 5 número 1 – 2003 pg. 217-237 Rio de Janeiro. 2003

BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (orgs.), *O mal à brasileira*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. 236 p.

BORNHEIM, Gerd. *Breves observações sobre o sentido e a evolução do trágico*, in: *O sentido e a máscara*, São Paulo: Boitempo, 1975.

BRANDÃO, Junito de Souza, *Mitologia Grega*, Vol. II, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias da informação e de comunicação. Revista Famecos, nº 24, 2004, p.110-124.

_____, Fernanda. *Dispositivos tecnológicos*, anotações de aula com base no curso ministrado na pós-graduação em Comunicação da ECO/ UFRJ, durante o período de 10/03/2005 a 30/06/2005.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita, *Videologias*: ensaios sobre televisão, coleção estado de sítio, São Paulo: Boitempo, 2004.

BURCKHARDT, J. - *A cultura do Renascimento na Itália*, Brasília: Unb, 1991.

CASTIEL, L.D., *Vivendo entre exposições e agravos*: a teoria da relatividade do risco. 1996. disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/> consultado em 29/03/2005.

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*, Tradução Regina Thompson, 2ª, São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967]

DEJOURS, C. *A loucura no trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho, tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5a. edição ampliada. São Paulo: Cortez - Oboré, 1992.

DELEUZE, Gilles, *Conversações*; Rio de Janeiro: Ed. 34 Literatura, 1992.

_____, Gilles, *Espinosa*: filosofia prática, tradução Daniel Lins e Fabien pascal Lins, São Paulo: Escuta, 2002.

_____, Gilles, *O mistério de Ariana*: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze; tradução Edmundo Cordeiro; 1ª, Lisboa; Vega, 1996.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente (1300-1800)*: uma cidade sitiada, 3ª, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DELUMEAU, Jean, *O pecado e o medo*: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18), Vol. I e II, tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: EDUSC, 2003.

DE GIORGI, Raffaele. *Democracia e risco*: vínculos com o futuro. Tradução Sérgio Antonio Fabris, Porto Alegre: UFRGS, 1998. 263 p.

DOUGLAS, Mary e WILDAWSKY, Aaron, *Risk and culture*, Berkeley: University of California Press, 1982.

_____, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70.s.d.

EAGLETON, Terry, *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESTEVES, João Pissarra. *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*, 2ª, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FILHO, Ciro Marcondes. *A Devoração da telinha*, artigo extraído do Caderno Mais da Folha de São Paulo de 31/03/2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio; 9ª*, São Paulo: Loyola, 1996.

_____, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993 (11ª edição).

_____, Michel. *Microfísica do poder*, 19ª, Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____, Michel. *Os anormais: aula de 15 de janeiro de 1975*, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____, Michel, *Vigiar e punir; 25ª*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva; política, tradição e estética na ordem social moderna; 2ª*, São Paulo: Unesp, 1997.

GARLAND, D. *As contradições da “sociedade punitiva”*: o caso britânico, *Revista de Sociologia e Política*, nº 13: 59-80, novembro, 1999.

_____, D. *The culture of control : crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GLASSNER, Barry, *Cultura do medo: porque tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*, São Paulo: Francis, 2003.

GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1968.

GUILAM, Maria Cristina Rodrigues, *O Conceito de risco; sua utilização pela Epidemiologia, Engenharia e Ciências Sociais*. Julho, 1996, dissertação (mestrado em saúde), disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/maryfim1.htm> consultado em 22/10/2005.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, tradução Tomaz.T. da silva e Guacira Lopes Louro, 7ª, Rio de Janeiro: DP&A, 2002
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, 3ª, São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBBS, Thomas, *Leviatão: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, tradução Alex Marins, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2004.
- HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*; tradução Carlos Irineu da Costa; Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152p.
- LUHMANN, Niklas. *Legitimação pelo procedimento*, Brasília, Ed. Unb, 1980
- _____, Niklas, DE GIORGI, Raffaele. *Teoria della società*. 5ª ed. Milano: Franco Angeli, 1993. 400 p.
- LYON, David. *Surveillance society: monitoring everyday life*, Issues in society, series editor: Tim May (texto em cd rom).
- MACHADO, Arlindo. “*As origens do ‘Big Brother’*”, copyright Trópico – disponível em www.uol.com.br/tropico, consultada em 02/03/2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau, *O príncipe*, tradução Pietro Nasseti, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*, tradução Jean Meville, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2003.
- NOVAES, Adauto (org.), *Rede imaginária: televisão e democracia*, São Paulo: Cia das Letras, 2ª, 1999.
- ORWELL, George. *1984*, tradução de Wilson Velloso, 27ª, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
- PASSOS, J. J. Calmon de. *O risco na sociedade moderna e seus reflexos na teoria da responsabilidade civil e na natureza jurídica do contrato de seguro*. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 57, jul. 2002. Disponível em: www.jus.com.br/doutrina/texto.id=2988, acesso em: 04 nov. 2005.
- PEREIRA, Carlos A. M. e HERSCHMANN, Micael. *Mídia, memórias e celebrações: Estratégias narrativas em contexto de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

PRATES, Francisco de Castilho. *O estado democrático de direito em uma sociedade complexa e de risco*. Disponível na Internet: <http://www.mundojuridico.adv.br>. Acesso em 04 de nov. de 2005.

QUESSADA, Dominique, *O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas: como a globalização impõe produtos, sonhos ilusões*, São Paulo: Futura, 2003.

QUILICI, Mário. *O medo*, abril de 1999, disponível em http://www.psipoint.com.br/arquivo_psicologias_medo.htm, consultado em 17/04/2005.

ROSALEN, Rachel. *Caleidoscopias: poéticas do desejo*. in: NOJOSA, Urbano e GARCIA, Wilton, (orgs). *Revista Comunicação & tecnologia*. São Paulo: U.N.Nojosa, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos, *Politizar as novas tecnologias; o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*, São Paulo: Ed.34, 2003.

SPINK, M. J. P. (org) *Risco e sociedade contemporânea: O papel da mídia na circulação dos repertórios sobre risco*. in: *A construção social do risco no cenário da aids*, Relatório de Pesquisa, pp. 1-31, São Paulo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (mimeo)

_____, M.J.P. *Suor, arranhões e diamantes: as contradições dos riscos na modernidade reflexiva*, disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/>, consultado em 25/07/2005.

SPINOZA, Baruch de, *Ética: demonstrada à maneira dos geômetras*, tradução Jean Melville, coleção obra-prima de cada autor, São Paulo: Martin Claret, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*, tradução Elias Ferreira, Petrópolis: Vozes, 1994.

VAZ, Paulo. *O risco e sua existência na mídia*, anotações de aula com base no curso ministrado na pós-graduação em Comunicação da ECO/ UFRJ, durante o período de 10/03/2004 a 30/06/2004.

_____, Paulo, *Corpo e risco*, in *Que corpo é esse? - Novas perspectivas*, Edited by N. Villaça, F. Góes, and E. Kosovski, pp. 159-171. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____, Paulo, *Tempo e tecnologia*; in DOCTORS, Marcio (Org.), *Tempo dos tempos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____, Paulo, *Um corpo com futuro*, in *O trabalho da multidão*. Edited by A. Pacheco, G. Cocco, and P. Vaz, pp. 121-146. Rio de Janeiro: Gryphus. 2002.

_____, Paulo *et all.* *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime*, texto (mimeo) apresentado no XIV encontro anual da Compós, ocorrido no período de 01 a 04 de junho de 2005, na Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rj. 2005: p. 06.

VILLAÇA, Nízia (2001). *A emancipação cultural do corpo*: in Nas fronteiras do contemporâneo, Rio de Janeiro: Mauad. p. 131-136.

VIRILIO, Paul. *A máquina de visão*, 2ª, Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.abese.org.br/> consultado em 27/05/2005.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/> consultado durante o período de 25/05/2004 a 31/08/2005.

<http://www.ivc.org.br/>, consultado em 20/09/2005.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/atomismo> consultado em 05/05/2005.

ANEXOS

Relação das matérias encontradas por esta pesquisa, nos arquivos do Jornal Folha de São Paulo – período 01/01/1995 a 31/08/ 2005.

ANO/ total	Dia	Título	Editoria
<u>1995</u>			
<u>18</u>			
01	26/01	Seis homens assaltam estação de metrô de SP	Cotidiano
02	22/04	Para Motta, Estado financia empresários.	Brasil
03	30/03	Produto não entregue diretor acaba preso	Ilustrada
04	12/05	PC foi traído por políticos	Brasil
05	13/05	Galeria Preste Maia será filial	Ilustrada
06	22/05	Idéias fora de lugar	Opinião
07	24/05	Deputado afirma que enrolava eleitores	Brasil
08	28/06	Bangu I registra a primeira fuga	Cotidiano
09	30/06	PM vai testar circuito de TV no Pacaembu	Esporte
10	01/08	Grupo foi responsável por seqüestro de Hearst	Mundo
11	09/08	Câmera filma ação dos ladrões	Cotidiano
12	09/08	Ladrões tinham entrado em centro em junho	Cotidiano
13	26/08	Caetano põe MPB a serviço da hispanidad	Ilustrada
14	21/10	Roubo a bancos atrai criminosos iniciantes	Cotidiano
15	26/11	Senado dribla leis e compra carros novos	Brasil
16	15/12	Palácio ganha esquema de segurança	Ilustrada
17	24/12	Inovação garante sobrevivência	Ilustrada
18	31/12	Ladrões levam R\$ 100 mil de bingo em SP	Cotidiano
<u>1996</u>			
<u>11</u>			
01	01/02	Lei pune bancos sem dispositivos	Cotidiano
02	03/06	Acordo prevê fim de Carandiru	Cotidiano
03	20/03	A retórica antiviolença	Esporte
04	16/04	Homens assaltam playcenter, levam...	Cotidiano
05	16/06	Cavalos ganham ventiladores, vapor gelado e tv.	Esporte
06	01/07	Grupo de 200 adere à tv paga sem taxa	Imóveis
07	30/07	FBI recebeu 900 ligações	Esporte
08	04/11	Rebelião mata 04 e fere 09 em Praia Grande	Cotidiano
09	06/11	Demissão de Adib Jatene antecipa entrevista...	Brasil
10	21/12	Michael Douglas troca mulheres por leões	Ilustrada
11	26/12	FHC passa férias em Fernando de Noronha	Brasil

<u>1997</u>	Dia	Título	Editoria
<u>25</u>			
01	15/02	Campanha pede que cidadão filme crime	Cotidiano
02	02/03	Cidade de esquerda adota televigilância	Mundo
03	04/03	Quatro homens armados assaltam metrô	Cotidiano
04	24/03	Israel reforça segurança para Putin	Mundo
05	13/04	Câmera escondida vira olho da justiça	Cotidiano
06	10/05	Presos mantêm dois reféns	Cotidiano
07	12/05	Filme decepciona, apesar de conciliar Wenders e Hollywood	Mundo
08	12/05	Câmeras ajudam na vigilância de escolas paulistanas.	Cotidiano
09	13/05	Grande irmão no trânsito	Opinião
10	13/05	Preso acusado de assaltos ao metrô	Cotidiano
11	28/05	PUC contrata bedel para fiscalizar alunos	Cotidiano
12	03/07	Cães ajudam polícia do PR a vigiar presos contra fugas	Cotidiano
13	22/07	FHC defende maior uso de pena alternativa	Cotidiano
14	06/08	Assalto frustrado acaba com tiroteios	Cotidiano
15	30/08	Grupo rouba 4 estações do metrô	Cotidiano
16	07/09	Comerciante troca polícia por segurança	Cotidiano
17	23/09	Ladrões levaram 75 de casa de câmbio	Cotidiano
18	23/09	Bando domina funcionários e assalta hipermercado em SP	Cotidiano
19	25/09	Homens fardados assaltam prédios	Cotidiano
20	04/10	Comitiva terá 800 pessoas	Brasil
21	25/10	Estação do metrô é assaltada duas vezes	Cotidiano
22	25/10	Metrô nega aumento	Cotidiano
23	25/10	Para sindicato há 40 caso	Cotidiano
24	10/12	Kit pode ter vários usos	Informática
25	17/12	Militares suecos espionam mulheres	Mundo
<u>1998</u>	Dia	Título	Editoria
<u>24</u>			
01	31/01	Lotérica é a bola da vez de assaltantes	Cotidiano
02	03/02	Câmara dos deputados instala CCTV para transmitir...	Brasil
03	10/02	Polícia prende 2 acusados de assalto e morte	Cotidiano
04	19/02	Armadilhas de um novo meio de comunicação	Especial
05	15/03	Corpo nu e cru	Especial
06	19/03	Casal de SP é preso acusado de furto em hipermercado	Cotidiano
07	04/04	Policiais europeus se unem para vigiar torcida	Esporte
08	16/05	Acusado de roubar banco...	Cotidiano
09	06/06	Perda chega a 9000	Cotidiano
19	11/06	Pieguice marca fim da violência	Especial
11	29/06	Circuito interno impede fuga de presos	Cotidiano
12	13/07	Quem vai ganhar a copa nacional de falsificação	Ilustrada
13	29/07	A era da automação residencial	Informática
14	30/07	Aumenta 30% procura por segurança	Cotidiano
15	13/08	Grupo rouba mercado e foge com 188 mil	Cotidiano
16	15/08	Olhos de Serpente, Brian de Palma	Ilustrada
17	22/09	Maia quer usar câmeras para coibir crime	Especial

18	20/10	Medo faz Campinas dobrar condomínios	Cotidiano
19	21/10	SP cobra de preso dano causado em motim	Cotidiano
20	29/10	Policia civil é morto durante assalto	Cotidiano
21	29/10	Presos matam 03 e ferem 30	Cotidiano
22	23/11	Indústria de segurança ignora crise	Cotidiano
23	14/12	Grupo de 25 homens rouba supermercado	Cotidiano
24	27/12	Câmeras fazem vigilância eletrônica no Ceará	Cotidiano

1999**30**

	Dia	Título	Editoria
01	13/01	A casa de Albano Franco é uma fortaleza	Ilustrada
02	27/01	Ex-PM é reconhecido como assaltante	Cotidiano
03	25/02	Câmera flagra síndico matando o vizinho	Cotidiano
04	25/02	Síndico estava no 2º mandato	Cotidiano
05	27/02	Não sou bandido para ficar preso	Cotidiano
06	15/03	Brasileiro é morto no Waldorf Astória	Cotidiano
07	16/03	Polícia tem suspeito de crime nos EUA	Cotidiano
08	26/03	Corpo encontrado em rede da Sabesp...	Cotidiano
09	25/04	Crimes migram para cidades pequenas	Cotidiano
10	27/04	Instalação de tv gera crise no legislativo	Cotidiano
11	29/04	Acusado de crime em NY é preso	Cotidiano
12	07/05	Tráfico usa câmera para vigiar morro	Cotidiano
13	08/05	Síndico acusado de morte se entrega	Cotidiano
14	20/05	Entradas da Unicamp terão câmeras	Cotidiano
15	20/05	Operação policial vai combater crime próximo...	Cotidiano
16	19/06	Polícia instala sensor e câmera	Cotidiano
17	22/06	Polícia apura a fuga de 37 no litoral norte	Cotidiano
18	08/07	Presos dois ladrões de bancos em SP	Cotidiano
19	01/08	Inglaterra usa câmeras contra o crime	Cotidiano
20	02/08	Vereador quer CEI sobre sistema de TV	Cotidiano
21	28/09	Renovias vai tornar a SP-340 “rodovia inteligente”	Cotidiano
22	07/10	PF investiga grampos BNDES	Brasil
23	13/10	Projeto em Londres enfrenta oposição	Informática
24	13/10	Câmeras inteligentes iniciam caçadas virtuais	Informática
25	18/10	Para secretario juventude e crack acirram a violência	Brasil
26	11/11	Controle remoto abre banco no Rio	Cotidiano
27	04/12	Safra é assassinado em Mônaco	Especial
28	07/12	Presos contam que pagaram para fugir	Cotidiano
29	22/12	Quadrilha tenta levar caixa eletrônico	Cotidiano
30	30/12	Scherer pede para STJ suspender sua prisão	Cotidiano

2000**34**

	Dia	Título	Editoria
01	20/01	Segurança ameaça copa Brasil	Esporte
02	21/01	Ladrões invadem edifício em SP	Cotidiano

03	02/02	Acordo prevê vigilância antivandalismo com obras...	Ilustrada
04	12/02	Hóspede é morto em assalto à hotel	Cotidiano
05	28/02	Ação conjunta de diretores e pais faz a diferença ...	Cotidiano
06	05/03	A guerra da privacidade	Especial
07	27/03	Voyerismo gera game show na tv	Ilustrada
08	11/04	Polícia e promotoria investigam morte de jovem em ...	Cotidiano
09	11/04	Obras de Aleijadinho ganham proteção	Ilustrada
10	26/04	Câmera cumpre papel de filmar e tirar fotos	Informática
11	27/04	Grupo armado faz arrastão em edifício do Morumbi	Cotidiano
12	28/05	+3 questões sobre câmeras ocultas	Opinião
13	07/06	Empresa de São José instala sistema invisível de câmeras	Cotidiano
14	15/06	Enterro de Geísa é acompanhado por 3 mil pessoas em Fortaleza	Cotidiano
15	20/06	Quadrilha - Imigração	Mundo
16	21/07	Presos se rebelam um dia depois que 14 fugiram	Cotidiano
17	01/08	Em Vinhedo e Americana roubos caíram	Cotidiano
18	01/08	Franca e Ribeirão terão vigilância eletrônica	Cotidiano
19	18/08	Campineiros desenvolvem segurança	Cotidiano
20	22/08	Jardim da Luz será vigiado por câmeras	Cotidiano
21	23/08	Pitta quer fim da prostituição no Trianon	Cotidiano
22	03/09	Prostituta teme expulsão da Luz.	Cotidiano
23	06/09	Presídio é dividido de acordo com facções no Rio	Cotidiano
24	24/09	Violência “isola” campi da comunidade	Cotidiano
25	24/09	Mingone diz que reduz desemprego	Cotidiano
26	24/09	“Sorria você está sendo filmado”	Esporte
27	14/10	Cadeia de Peruíbe superlotada	Cotidiano
28	01/11	Testemunha liga polícia à câmera em favela	Cotidiano
29	02/11	Delegado investiga caderno	Cotidiano
30	10/11	Seqüestro dura 22 horas e meia	Cotidiano
31	23/11	Crise carcerária...	Cotidiano
32	28/11	Maresias quer vigiar os turistas	Cotidiano
33	29/11	Preço de câmeras...	Informática
34	12/12	Prefeitura de Caraguá planeja instalar câmeras	Cotidiano

2001**42**

	Dia	Título	Editoria
01	03/01	Ficção do século XX criou avanços tecnológicos	Informática
02	03/01	Muito além de 2001	Informática
03	08/01	Nº de ocorrência cai nas duas cidades (Vinhedo e Campinas)	Cotidiano
04	08/01	Câmeras reduzem crime em até 96%	Cotidiano
05	09/01	Assassinos de meninos ganham direito ao anonimato	Mundo
06	10/01	Prefeito vai a Ministro da Justiça	Cotidiano
07	17/01	Caraguá prepara instalação de câmeras	Cotidiano
08	17/01	Caraguatatuba revê sistema de câmeras	Cotidiano
09	23/01	Prefeituras irão mapear violência	Cotidiano
10	23/01	Porto Alegre discute criação de Orgão	Cotidiano
11	28/01	Conselho faz vigilância	Cotidiano
12	28/01	Entidades financiam segurança na região central de São José	Cotidiano

13	31/01	A globalização acabou em Jacarepaguá	Brasil
14	01/02	Polícia apura se hipermercado fraudou fitas	Cotidiano
15	03/02	Lojista derruba versão de seguranças	Cotidiano
16	11/02	PF investiga megaquadrilha	Cotidiano
17	31/03	“No Limite” e a irrealidade cotidiana	Ilustrada
18	01/04	Taxas de monitoramento variam 350%	Cotidiano
19	01/04	Microempresas se armam contra furto e roubo	Cotidiano
20	14/04	Secretária simula roubo e seqüestro relâmpago	Cotidiano
21	22/04	Taubaté instala câmeras em praça	Cotidiano
22	03/05	Ladrão com roupa social é preso após roubar casa	Cotidiano
23	09/05	Flagrante pode levar a demissão diz secretário	Cotidiano
24	12/06	Ressurge teoria que terrorista não agiu só	Mundo
25	12/06	Mcveigh olha testemunha antes de morrer	Mundo
26	23/06	Quadrilha faz arrastão em hospital do ABC	Cotidiano
27	16/07	Quadrilha tenta clonar cartão	Cotidiano
28	19/07	Ação pede segurança em casa lotérica	Cotidiano
29	23/07	Periferia fica com pior dos parques	Cotidiano
30	07/08	Casa de chá da Luz será licitada	Cotidiano
31	16/08	Reino Unido têm 2,5 milhões de câmeras vigiando cidadãos	Mundo
32	16/08	Insegurança 24 horas	Opinião
33	29/08	Aparato não evita crime	Cotidiano
34	09/09	“Dependência ou morte”	Cotidiano
35	16/09	PR instalou câmeras depois do seqüestro	Cotidiano
36	16/09	Raio X em aeroportos custariam R\$ 8 milhões	Cotidiano
37	01/10	Boeing discute como será avião do futuro	Acontece
38	05/10	Suspeitos comeram pizza na véspera	Mundo
39	07/10	Invasão de privacidade	Mundo
40	31/10	Vandalismo bancário	Opinião
41	08/11	Os EUA e o novo macarthismo	Mundo
42	04/12	Presidente de ONG antiviolência é assassinado	Cotidiano

2002
45

	Dia	Título	Editoria
01	13/01	Medo de multa faz mais vítimas	Cotidiano
02	27/01	Vinhedo adota segurança municipalizada	Cotidiano
03	01/02	Segurança privada pode contribuir para reduzir a criminalidade nas grandes cidades?	Cotidiano
04	10/02	Colapso na segurança: Colégios viram abrigos antiviolência	Cotidiano
05	10/02	Aparatos de segurança acalmam os pais	Cotidiano
06	10/02	Escolas se instalam em shoppings e condomínios	Cotidiano
07	20/02	Sauditas evitam política em peregrinação a Meca	Mundo
08	13/03	Prostitutas viram modelo de civilidade	Cotidiano
09	20/03	Polícia monta esquema de autodefesa	Cotidiano
10	31/03	A devoração da telinha	Ilustrada
11	31/03	Guerrilha de sofá	Ilustrada
12	08/04	Aprenda a reduzir o risco de ser vítima	Cotidiano

13	10/04	São Paulo quer ampliar segurança em escolas	Cotidiano
14	11/04	Ladrões levam caixa do World Trade Center	Cotidiano
15	09/05	Amuleto indígena some em mostra	Cotidiano
16	09/05	Pedagogia da segurança	Opinião
17	26/05	O lar da família Scolari	Esporte
18	26/05	Violência pesa no caixa das empresas	Dinheiro
19	26/05	Tecnologia faz o papel de novo anjo da guarda	Dinheiro
20	28/05	Trio invade e assalta o restaurante Fasano	Cotidiano
21	04/06	São Paulo tem 2000 escolas sem câmeras	Cotidiano
22	16/06	Americano comanda ONG contra a violência	Mundo
23	16/06	Loja filma todas as reações dos consumidores	Mundo
24	16/06	Big Brother EUA	Mundo
25	17/06	Espetáculo monstro	Ilustrada
26	26/06	Governo Estadual reforça vigilância	Cotidiano
27	14/07	Dormitório prioriza segurança	Imóveis
28	26/07	Bomba explode na sede da OAB	Brasil
29	07/08	Alunos de Escola estadual são presos	Cotidiano
30	08/08	Empresário é suspeito de filmar jovens	Cotidiano
31	15/08	Circuito de TV irá monitorar evento	Cotidiano
32	03/09	Dirigível vai vigiar cidade do Rio	Cotidiano
33	04/09	Ladrão e comerciante morrem em casa lotérica	Cotidiano
34	09/09	Países aproveitam a guerra do terror para cercear direitos	Mundo
35	09/09	Para especialistas aviões mudaram pouco	Acontece
36	09/09	“11/09” – um ano depois	Mundo
37	15/09	A quinta estação do medo	Ilustrada
38	17/09	Polícia encontra falsa bomba em aeroporto	Cotidiano
39	27/10	O olhar tardio da segurança	Brasil
40	04/11	Polícia não localiza ex-empregada de assassinado no Brooklin	Cotidiano
41	06/11	Europa quer monitorar troca de emails	Informática
42	24/11	Casos do litoral de São Paulo estão sem solução	Cotidiano
43	04/12	Adoção tira praças e estátuas do abandono	Especial
44	25/12	Ubatuba e Ilhabela terão câmeras	Cotidiano
45	27/12	Câmeras vigiam ruas de Praia Grande	Cotidiano

2003
61

	Dia	Título	Editoria
01	15/01	Ibirapuera vai ficar aberto das 05:00 às 24:00 horas	Cotidiano
02	16/01	Permissão dos transportes coletivos de Campinas começam a instalar câmeras	Cotidiano
03	22/01	Tecnologias atuais já permitem vigilância	Informática
04	09/02	Sauditas temem protesto contra a guerra	Mundo
05	12/02	Conheça vida e obra dos grande autores	Informática
06	17/02	Muvuca de Salvador exige cuidados extra	Mundo

07	18/02	“Socorro... (macaco Simão)	Ilustrada
08	20/02	Silêncio no poder - Planalto estabelece lei da mordança para funcionários	Brasil
09	25/02	FEBEM – fita mostra suposto boicote de agentes	Cotidiano
10	26/02	Caso Copel: prisão de ex-secretário é decretada	Brasil
111	28/02	Presídio nunca teve registro de incidentes	Cotidiano
12	01/03	Ex-policial acusado de participação de assalto a banco no Pará é detido.	Cotidiano
13	12/03	Na zona leste, 60 saqueiam supermercado	Cotidiano
14	19/03	DF e RS não querem receber Beira-Mar	Cotidiano
15	06/04	Cidade vai instalar 160 câmeras de vídeo	Cotidiano
16	17/04	Preso acusado de usar câmera como olheiro	Cotidiano
17	10/05	Ameaçadas escolas fecham; policiais matam 08 em favelas	Cotidiano
18	11/05	Tiro pode ser dado de campus, afirma Garotinho	Cotidiano
19	13/05	Garotinho afasta delegado e critica policiais civil	Cotidiano
20	14/05	Peritos concluem que tiro que feriu estudante não saiu do morro	Cotidiano
21	15/05	Para secretaria, policial atirou em aluna	Cotidiano
22	16/05	O papel da polícia	Opinião
23	17/05	Polícia do Rio não tem tecnologia para examinar imagens da Estácio	Cotidiano
24	18/05	Reality investigativo	Ilustrada
25	19/05	Arma e fita podem resolver caso da Estácio	Cotidiano
26	20/05	Polícia tem 3ª versão para crime na Estácio	Cotidiano
27	22/05	Perito da Unicamp entra no caso da Estácio de Sá	Cotidiano
28	22/05	Em outros países, leis do torcedor são costumeiras	Esporte
29	23/05	Estácio pediu vídeo ‘piorado’ diz gerente.	Cotidiano
30	24/05	Diretor do campus é indiciado sob acusação de fraudes nas gravações	Cotidiano
31	27/05	Polícia diz que resolve nesta semana caso da aluna baleada em campus	Cotidiano
32	01/06	“1984” em 2003	Ilustrada
33	05/06	Após um mês, autor de tiro não foi identificado	Cotidiano
34	09/06	Fortaleza devassada – Mônica Bergamo	Ilustrada
35	15/06	Perito é afastado de investigação	Cotidiano
36	27/06	Promotoria denuncia oito por incitação a rebeldia	Cotidiano
37	28/06	Grupo invade prédio, faz 30 refêns	Cotidiano
38	03/07	Lei do torcedor falha no final	Esporte
38	10/07	Grupo assalta banco dentro do pátio da PM	Cotidiano
40	10/07	Perito considera versão muito estranha...	Cotidiano
41	10/07	Rapazes que agrediram homem são indiciados por crime hediondo	Cotidiano
42	27/07	EUA criam planos para espionar o mundo	Mundo
43	27/07	Projetos são pouco eficazes, diz analista	Cotidiano
44	02/08	Robô e câmera formam redoma de segurança	Especial
45	08/08	Imagens de depredação na Câmara são analisadas para achar culpados	Brasil
46	11/08	Coppola busca inspiração no Brasil	Ilustrada
47	12/08	USP usa câmeras para coibir roubos	Cotidiano

48	14/08	05 são presos por roubar laptop em Congonhas	Cotidiano
49	16/08	Fitas podem ajudar polícia a esclarecer caso	Cotidiano
50	17/08	Em São Paulo missa tem auxílio de circuito de TV	Cotidiano
51	28/08	ONG combate controle por câmeras	Acontece
52	28/08	Como identificar a presença do equipamento	Acontece
53	28/08	Sorria, você está sendo vigiado!	Acontece
54	28/08	Sob o domínio do medo	Ilustrada
55	31/08	14ª Festival de Cannes – Nós nos duplicamos numa imagem	Acontece
56	11/09	Israel e o muro da discórdia	Especial
57	28/09	O Anjo do Dr. Alceu vai morar nas livrarias	Brasil
58	19/10	Câmera não evita sumiço de peça	Cotidiano
59	21/10	Tiroteio deixa 01 morto e 12 feridos	Cotidiano
60	25/10	Matadouro – Indianópolis	Esporte
61	17/11	Índio vira informante da Polícia Federal na Amazônia	Brasil

2004**35**

	Dia	Título	Editoria
01	22/02	Olho Vivo	Brasil
02	29/02	Mundo Animal	Brasil
03	03/03	Veja como eliminar os fios do PC	Informática
04	04/03	Policiais civis pediram gravação, diz Infraero	Brasil
05	23/03	Perícia identifica diálogos de Waldomiro	Brasil
06	30/03	Empresário comprara circuito interno de TV na 6ª	Cotidiano
07	31/03	Justiça decreta segredo sobre investigação de morte de casal	Cotidiano
08	03/04	Filho de empresário tem prisão decretada	Cotidiano
09	11/04	Vila Olímpia desperta	Imóveis
10	31/05	A segurança pública e o combate ao crime	Opinião
11	18/06	Suíço é torturado e morto	Cotidiano
12	21/06	+ cadeados + vigilância	Opinião
13	01/07	Exposição em São Paulo politiza união entre arte e tecnologia	Ilustrada
14	01/07	Faculdade terá de indenizar aluna baleada	Cotidiano
15	18/07	Diretores colocam ‘Buena Onda’ a serviço da história	Ilustrada
16	27/07	Garotinho admite mudar cúpula das polícias	Cotidiano
17	29/07	EUA querem 3ª caixa-preta com vídeo	Mundo
18	30/07	CPTM instala câmeras em vagões	Cotidiano
19	06/08	Só comida assusta o Brasil, à vontade na ‘Gaza’ Olímpica	Esporte
20	08/08	Segurança absorve verbas de universidades	Cotidiano
21	10/08	Atenas, cidade grampeada	Esporte
22	15/08	Preparados para a guerra	Ilustrada
23	19/08	Escolas estendem vigilância à área externa	Cotidiano
24	24/08	Onde está Bin Laden	Esporte
25	26/08	Revista oferece recompensa por ‘O Grito’	Ilustrada
26	14/09	Polícia acha câmeras em favela de São Paulo	Cotidiano
27	17/09	Obras no maracanã custarão mais da metade do valor de nova arena	Esporte
28	24/09	Escola estadual coloca câmeras no banheiro	Cotidiano

29	30/09	Anestesista é esfaqueado em Pompéia	Cotidiano
30	07/10	Meta de chegar a 93 terminais para em 23	Cotidiano
31	17/10	Predial: feira aposta em sistema de monitoramento digital	Imóveis
32	25/11	Medo da violência pode provocar síndrome do Pânico	Cotidiano
33	28/11	Grupo armado invade flat em Higienópolis	Cotidiano
34	03/12	Big Brother CBF	Esporte
35	29/12	Game coloca jogador no papel de supervisor	Cotidiano

2005**54**

	Dia	Título	Editoria
01	02/01	Circuito de TV vigia comércio	Dinheiro
02	02/01	Acesso a Juqueí terá câmeras	Cotidiano
03	06/02	Guaritas demolidas geram protestos em Juqueí	Cotidiano
04	15/02	Brasileira quer ajuda do governo federal para sair do Japão	Cotidiano
05	25/02	João Paulo II piora e é operado	Mundo
06	02/03	Juiz que matou vigia é preso	Cotidiano
07	04/03	Juiz afirma que tiro em vigia foi acidental	Cotidiano
08	06/03	Chão foi lavado após juiz atirar	Cotidiano
09	06/03	Universidades adotam cães e câmeras	Cotidiano
10	11/03	Para desembargador, ato de juiz foi execrável	Cotidiano
11	16/03	Juiz que matou vigia de mercado é denunciado	Cotidiano
12	16/03	Big Brother Painei	Esporte
13	31/03	Casa de Vidro	Opinião
14	20/04	Justiça aceita denúncia de juiz acusado de matar vigia	Cotidiano
15	24/04	Sistema destacam vigilância na entrada	Imóveis
16	24/04	Casal Garotinho gastam 111 mil com reformas	Esporte
17	29/04	Alunos do Rio Branco fazem simulado todo mês no 3º ano	Cotidiano
18	12/05	Bragança paulista já tem tecnologia	Cotidiano
19	12/05	Nova câmera vai flagrar devedor de IPVA	Cotidiano
20	14/05	Empresa fantasma fornece câmeras em BH	Cotidiano
21	15/05	Casas terão elevador privativo e vigilância	Imóveis
22	17/05	Lojistas negam irregularidades em projetos	Cotidiano
23	19/05	Prefeitura terá que se explicar na justiça	Cotidiano
24	02/06	“Grande irmão” Rio instala câmeras	Cotidiano
25	22/06	Praças do centro terão obras de 10 mil	Cotidiano
26	23/06	PM é detido por levar colega preso para passear em shopping de ES	Cotidiano
27	25/06	Cantora teve laptop furtado em check-in	Cotidiano
28	02/07	Atlético do PR improvisa na arena	Esporte
29	07/07	Crime em Perdizes – arma achada em prédio matou casal Rugai	Cotidiano
30	10/07	Terror em Londres: bombas foram quase simultâneas	Mundo
31	15/07	Câmera indiscreta	Brasil
32	21/07	Fotos raras somem da biblioteca nacional	Cotidiano
33	22/07	Segundo especialistas, não existe proteção total	Mundo
34	25/07	Primo volta ao local da morte	Mundo
35	26/07	Imagem pode comprovar quem entregou dinheiro a petista	Brasil

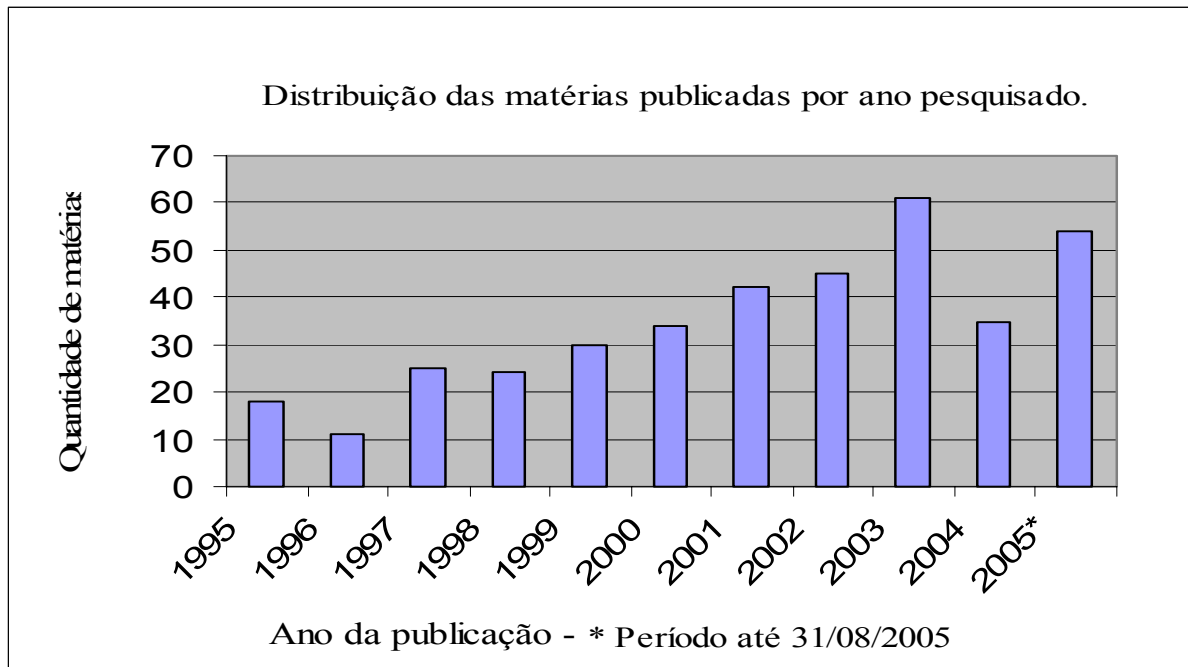
36	26/07	Versões negam que Jean tenha corrido da polícia em metrô	Mundo
37	27/07	Comissão da EU quer maior controle de transferências bancárias no bloco	Mundo
38	28/07	Villepin contraria política britânica de abater suspeitos	Mundo
39	29/07	Pop e terror	Ilustrada
40	30/07	Supostos autores de ataques estão presos	Mundo
41	31/07	Vigilância lucrativa	Dinheiro
42	02/08	Latrocínio aumenta 81% na capital	Cotidiano
43	02/08	Prédio de alto padrão é assaltado	Cotidiano
44	02/08	Irã diz que seu projeto atômico está reativado	Mundo
45	06/08	Equipamento não é garantia, diz pesquisadora	Cotidiano
46	09/08	Falha em sistema não é explicado	Cotidiano
47	09/08	“De cinema” – Roubo do BC	Brasil
48	10/08	Sistema do cofre do BC não gravava imagem	Cotidiano
49	17/08	TV contradiz polícia sobre a morte de Jean	Mundo
50	18/08	Teatro municipal obtém aval para instalar 38 câmeras de segurança	Cotidiano
51	24/08	CET liga 20 câmeras para multar infrator no sinal vermelho	Cotidiano
52	27/08	Câmera é roubada na Vila Pinheiros	Cotidiano
53	29/08	Mollina brinca com imagens retrata o cinema da boca	Acontece
54	31/08	Museus participam da programação	Ilustrada
Total: 379 matérias			

“Segurança é um conceito ilusório que mascara o problema real. Não há segurança que esteja livre do risco.” (DE GIORGI, 1998:220).

Tabela 1 - Distribuição das matérias publicadas por ano pesquisado.

Ano	Quantidade	Frequência
1995	18	4,75%
1996	11	2,90%
1997	25	6,60%
1998	24	6,33%
1999	30	7,92%
2000	34	8,97%
2001	42	11,08%
2002	45	11,87%
2003	61	16,09%
2004	35	9,23%
2005	54	14,25%
Total	379	100,00%

Fonte: Jornal Folha de São Paulo – período de 01/01/1995 a 31/08/2005

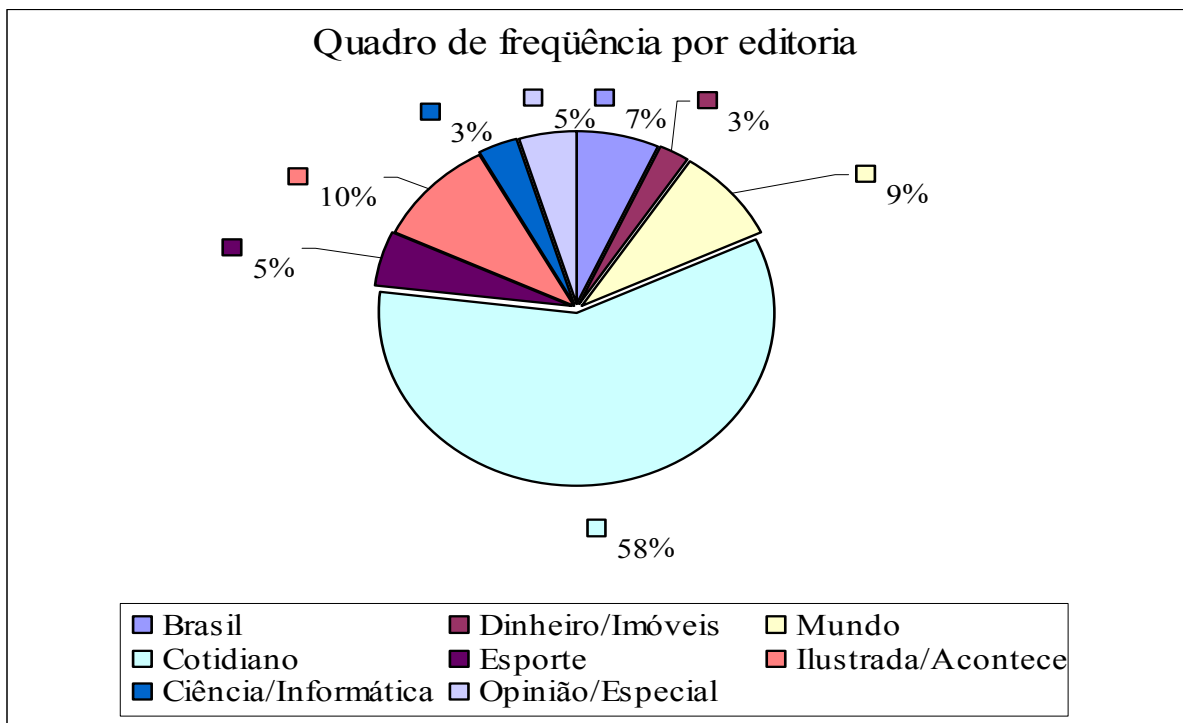
Gráfico 1

Obs: Estes dados foram gerados com base nas matérias publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo no período de janeiro/ 1995 a agosto/ 2005.

Tabela 2 - Quadro de frequência por editoria.

Editoria	Quantidade	Frequência
Brasil	25	6,60%
Dinheiro/ Imóveis	10	2,64%
Mundo	33	8,71%
Cotidiano	224	59,10%
Esporte	19	5,01%
Ilustrada/ Acontece	37	9,76%
Ciência/ Informática	13	3,43%
Opinião/ Especial	18	4,75%
Total	379	100,00%

Fonte: Jornal Folha de São Paulo – período de 01/01/1995 a 31/08/2005.

Gráfico 2

Estes dados foram gerados com base nas matérias publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo no período de janeiro/ 1995 a agosto/ 2005.